

CADERNOS DO

# terceiro mundo

*Governo  
Bush:  
Sem novidades*

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 118 • NCZ\$ 1,90 • BOA VISTA, MANAUS NCZ\$ 2,50 • ANO XII

# DÍVIDA EXTERNA

**165 anos de sangria de recursos  
desviados do desenvolvimento nacional**

# ANGOLA

## terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911  
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

**LUANDA / RIO:**

**SÁBADO:**

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

**RIO / LUANDA:**

**DOMINGO:**

Saída / Rio: 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

## AOS LEITORES

O Terceiro Mundo vive, há muito tempo, sob o esmagador peso da dívida externa, que atingiu, nos anos 80, feições de calamidade insuperável para a maioria das nações subdesenvolvidas. Brasil e México são os dois maiores devedores, e o bloco dos países latino-americanos líder, como conjunto, o clube dos que transferem a credores insaciáveis, continuamente, a parte mais substancial das rendas anuais de seus esforços, de suas exportações, de sua criação de riquezas. O processo é perverso – já se denunciou. O processo é a hemorragia desatada das potencialidades da maioria das nações do mundo, pois a espiral ascendente dos débitos significa que, além de impagável, a dívida externa do Terceiro Mundo funciona como a válvula, por onde se escoam a possibilidade de acumulação de riquezas. Tudo o que poderia restar para investimentos produtivos – econômicos e sociais – é levado pelos sempre crescentes compromissos financeiros assumidos com os bancos internacionais. E por mais que se pague, mais se deve.

Este é o assunto de capa desta edição. Centrado sobre o caso brasileiro, paradigmático sob vários aspectos, o estudo do economista e professor Luiz Fernando Víctor, da Universidade de Brasília, desvela todo o processo do endividamento, um resquício da prepotência colonial, pois reduz o Terceiro Mundo a contribuinte forçado e permanente das nações centrais. No caso brasileiro, somente nas últimas três décadas (1960-87) os débitos externos significaram a transferência, para o exterior, do equivalente a 228 bilhões de dólares, a título de amortização da dívida, mas continuamos a dever 116 bilhões de dólares.

O estudo do professor Luiz Fernando Víctor oferece aos leitores a visão completa de um drama que se arrasta há século e meio e que ameaça marcar, com o mesmo rosário de amarguras, outro século e meio da vida de nações como o Brasil.

## SUMÁRIO

3 CARTAS

4 PANORAMA TRICONTINENTAL

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

10 EUA-Terceiro Mundo: Otimismo  
Cauteloso

16 Ajuda externa: muita arma e pouco pão

ÁFRICA

18 Angola: Começa a retirada das tropas  
cubanas

SOCIALISMO

22 Albânia: O país silencioso

ECONOMIA

25 Oriente Médio: Tempos difíceis para o  
mundo árabe

27 Gatt: Volta o protecionismo

AGRICULTURA

29 Andes: O saque das riquezas

MEIO AMBIENTE

32 Resíduos tóxicos: Lixeira nuclear no  
Terceiro Mundo

37 Bopal: Um beco sem saída

EDUCAÇÃO

39 Direitos humanos: Forjar a consciência  
na escola

IGREJA

40 Pastor Castro: O novo papel da religião

SUPLEMENTO BRASIL

48 Panorama Nacional

MATÉRIA DE CAPA

51 Dívida externa: Brasil, o endividamento  
inútil

57 Economia: O lucro da inflação

59 Reforma Econômica: As expectativas do  
Plano Verão63 Sucessão: Um programa contra o  
Estado67 Carnaval: A resistêndia cultural das  
escolas de samba70 Cultura: Teatro em busca de raízes  
Um cineasta em Moçambique

72 Opinião: A hora é esta



Bush: política externa não terá grandes modificações



Cubanos: retornando à ilha, após o acordo na África Austral



Víctor: dívida é processo permanente de sucção das riquezas



Samba: uma forma de preservação cultural das camadas pobres

## INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Elias Pereira dos Santos**  
Rua Dona Catarina Velasco, 115- Jardim Rodolfo Pirani  
São Paulo - SP  
Cep 08310
- **Maria Aparecida de Brito Marinho**  
Rua Horácio Nóbrega, 422  
Patos - PB  
Cep 58700
- **Flávia Luz**  
Rua Pereira Barreto, 63 - Chácara da Barra  
Campinas - SP  
Cep 13093
- **Armando Capita Ulisses**  
R. Baky, 153 n/r 21A  
Az.CCP - CCCP  
União Soviética
- **Magdalena Ferreiro**  
San Salvador, 2108/001  
Código Postal 11200  
Montevideo - Uruguay
- **Micaela Solé**  
Guaná, 2229 - apto 302  
Montevideo - Uruguay
- **Cícero Borges Netto**  
Rua Prof. Alceu G. Gonzalez, 42  
Caixa Postal, 99  
Pompéia - SP  
Cep 17580
- **Paulo Roberto Gonçalves**  
Rua Engenheiro Antônio Guerra, 186/302  
J. Pinheiro - Belo Horizonte - MG  
Cep 30530
- **Rainério Araújo Dias**  
Rua Andrinopla, 329  
Jardim Oriental - Santo André - SP  
Cep 09185
- **Adão João**  
A/C de Nunes Miguel  
Caixa Postal 1387  
Luanda - Angola
- **João F. Bastos**  
I.P.E. nº 26 "Inti Peredo"  
Ilha da Juventude - Cuba
- **Eduardo Silva de Menezes**  
Rua Estância, 1266  
Aracaju - SE - Cep 49035
- **Raimundo Nonato Lima**  
Orient - Av. Solimões, 1430  
D.I. - Manaus - AM  
Cep 69075

- **Honório de Souza Carneiro**  
UFMS - CEUL - DCI - História  
Av. Cap. Olinto Mancini, 1662  
Três Lagoas - MS  
Cep 79600
- **Nodil Andrade Pereira**  
Itaoca - Apiaí - SP  
Cep 18360
- **Luiz Araújo Torres**  
Caixa Postal 68757  
São Paulo - SP  
Cep 02095
- **José Salvador R. de A. Neto**  
S.H.C.E. 1505 Bloco - H Apartamento 104  
Brasília - DF Brasil CEP 70650
- **Sheila de Oliveira Bezerra**  
Rua César no. 277 B. Realengo - Piraquara  
Rio de Janeiro - RJ Brasil  
CEP 21750
- **Cesar Pemas**  
Fragoso de Rivera, 1202  
Barrio Rivera  
Maldonado  
Uruguay
- **Mônica Cardoso**  
Rua Almirante Pestana 701  
bloco 3 ap. 101  
CEP 21921  
Ilha do Governador - RJ
- **Arlindo Bernardo**  
Rua Serpa Pinto, 13  
Caixa Postal 1049  
Ao c/ de Cesar Bernardo  
Benguela/Angola
- **Bárbara M. C. Almeida**  
Casilla 5359  
Santa Cruz de la Sierra  
Bolívia
- **Márcio Antônio Araújo**  
Caixa Postal 032  
CEP 30161 - Belo Horizonte - MG
- **Amada da Silva Thomás**  
Part. dos Correios 1684  
A cuidado Amandio T.  
Benguela - Angola
- **Constantino Moisés José**  
C.P. 16801  
a/c Amandio Thomas  
Benguela - Angola
- **Joaquim Monteiro**  
a/c Tony Fernando  
Caixa Postal 452  
Benguela - Angola
- **José Geraldo Soares**  
Av. Rio Branco, 2993/302  
CEP 36025 - Juiz de Fora - MG  
Brasil
- **Federico Leguani Risso**  
33.459 - Canelones  
Uruguay
- **Manuel Domingos**  
A/C de Mingo Pirex  
C.P. 997  
Benguela - Angola

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Diretor Geral:** Neiva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Piacentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

**Redação Permanente:** Claudia Neiva, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narain Roy (Índia), A. W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selsler (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias, **Colaboradores:** Adérito Gusmão, Dayse Vitoria e Guilhermina Ieracó, **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Sônia Lana Drum, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Alfonso César N. F. da Silva, **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Programador:** Antonio Carlos S. Aguirre. **Composição:** Luzia A. Neiva e Paulo Rui G. Batista. **Revisão:** Cléia Márcia Soares. **Diretor Administrativo:** Henrique Menezes, **Deptº de Assinaturas e Circulação:** Rafael Peres Borges Filho Editora Terceiro Mundo Ltda. - Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957/ Assinaturas: 252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

### EDIÇÕES REGIONAIS:

#### • Edição em Português:

**Diretor:** Neiva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro.  
**Editor Assistente:** Antônio Carlos da Cunha.  
**Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)

#### • Edição em Espanhol:

**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

#### • Edição em Inglês:

**Diretores:** Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio  
**Assinaturas:** A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461/ Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

**Distribuição na Argentina (em livrarias):** Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina

#### • Edição em Inglês:

**Editor:** Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo

**Correspondência:** Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil

**cadernos do terceiro mundo** utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Reuters.

ISSN - 0101-7993

Capa: Pedro Toste

Revista mensal nº 118 - janeiro - 1989

**Pela cultura**

Sou mais uma a engrossar a lista dos admiradores desta revista. Mas, o objetivo desta é fazer uma sugestão: que tal ampliar o suplemento de cultura? Deve existir muita gente nova criando. Não há espaço para divulgar as novidades, porque os meios de comunicação estão mais retrógrados do que na época da ditadura. **terceiro mundo** deveria ampliar a divulgação dos artistas que pintam por aí.

**Gláucia Rodrigues**  
Rua Olavo Andrade, 500,  
Carlito, Fortaleza-CE  
CEP 60.310



**Chile: a força da união derrotou Pinochet**

**União é força**

Há muito quero parabenizá-los pela revista **terceiro mundo**. Sou professora de Geografia, trabalhei, em 1987, no Iraque, ensinando os filhos dos brasileiros que trabalham lá. Pude, então, constatar o quanto vocês se esforçam para manter bem informados os leitores da revista, nas questões tão graves do Terceiro Mundo, fornecendo-lhes informações fiéis à realidade.

Utilizo muito os artigos da revista em minhas aulas e elas têm se tornado mais reais e interessantes. Gostaria, agora, de usar a revista para me comunicar com outras pessoas da América Latina, pois acredito que, sem tentarmos uma verdadeira integração entre os nossos países, não conseguiremos superar a dominação dos poderosos e a crise, em que todos estamos envolvidos. Já que nossos governos não

tomam atitude, nós, o povo, podemos, pelo menos, tentar nos conhecer. Ainda que haja uma certa barreira, em termos de idioma.

Fico impressionada, quando vejo meus alunos (que são de classe média e classe média alta) não saberem nada sobre os nossos vizinhos latino-americanos. Mas conhecem bem, às vezes muito mais do que eu, sobre os EUA e a Europa. Gostaria de ter um conhecimento maior dos nossos vizinhos e mesmo do México, América Central e Antilhas.

Posso estar enganada, mas, particularmente, não vejo outra saída para nós, que não o caminho da integração verdadeira de toda a América Latina, pois ainda acredito que a união faz a força.

**Silvia R. Barbosa**  
Rua Itaúna, 28 - Floresta  
Belo Horizonte  
MG CEP 31.110

**Eleições**

Gostei muito das matérias de capa dos dois números de **terceiro mundo**, que trataram da "Guerra pela Paz" e "O cerco do Vaticano à Teologia da Libertação".

Este ano, serão realizadas eleições diretas para a presidência da República no Brasil, Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai. Seria importante que tivéssemos uma análise detalhada dos processos políticos de cada um desses países.

**Fernando Costa Paula**  
Estrada Fazenda Inglesa Moinho Preto, 1991  
CEP 25670 - Petrópolis-RJ



**Sandino, exemplo nicaraguense**

**Sandino vivo**

Há nove anos, a Frente Sandinista de Libertação Nacional derrotava finalmente a ditadura somozista. Após prolongada luta, tinha fim o regime apoiado pelos Estados Unidos e que tanto infelicitou o povo nicaraguense.

O povo da Nicarágua tem demonstrado saber levar adiante o processo revolucionário, reafirmando que a confiança e a determinação, existentes no interior de cada um, farão com que a justiça e a felicidade coletivas sejam metas perfeitamente alcançáveis e que o sonho do comandante Sandino permaneça mais vivo do que nunca.

**Arthur Santos**  
Av. Rui Barbosa, 1690  
Penápolis-SP  
CEP:16300



**O natal negro**

Parabenizo a equipe de **terceiro mundo** pela reportagem de capa da edição 115. Quanto à 116, já recebi alguns telefonemas comentando positivamente a reportagem sobre "O natal negro". A ideologia e o comprometimento da revista estão cada vez mais nítidos.

**Frey David R. Santos**  
Praça Getúlio Vargas, 1,  
Igreja da Matriz  
São João de Meriti, RJ.  
CEP 25.520



A conferência fracassou ao tentar eliminar arsenais de gases tóxicos

## NAÇÕES UNIDAS

### Armas químicas, nunca mais

A Conferência Internacional sobre o Desarmamento Químico que se realizou em Paris foi um acontecimento diplomático de primeira grandeza. Compareceram representantes de 149 nações, entre os quais 80 ministros de relações exteriores.

Não foi apenas um imenso torneio oratório, com frases altisonantes sobre os horrores da guerra química e a paz, no qual os mortos de Yprés, da primeira guerra mundial, — uma experiência maciça do emprego de gases letais — foram evocados e homenageados. Verificou-se também um confronto diplomático por vezes pouco sutil, mas, em nenhum momento, a conferência esteve realmente próxima do seu objetivo: a proibição

das armas químicas e a destruição dos seus arsenais.

A derrubada de aviões da Líbia e as ameaças norte-americanas de bombardear uma indústria de produtos químicos daquele país, que os Estados Unidos consideraram uma fábrica de armas químicas letais, davam a impressão de que a delegação do governo Reagan levava a Paris a firme determinação de liquidar com o flagelo daquele tipo de guerra. Mas, pelo menos quanto a Washington, não foi assim. O presidente Mitterrand deu ao seu colega Reagan, sobre o tema líbio, uma sutil resposta: "A conferência não tem por objetivo condenar este ou aquele país, mas sim mobilizar a comunidade internacional para evitar que

povos inteiros sejam destruídos", disse ele.

Sob o aspecto da mobilização, a reunião foi um êxito. O mesmo não ocorreu com a esperada proscrição da guerra química. A decisão dos soviéticos de destruir unilateralmente os seus arsenais químicos não foi seguida pelas demais potências, que se negaram a determinar prazos para liquidar os seus próprios estoques. Também não logrou apoio a proposta do bloco árabe, de que as armas químicas fossem equiparadas às nucleares e ambas proscritas. Essa omissão foi considerada uma "decepção" pelo chanceler iraquiano, Tarek Aziz.

Foram registrados, no entanto, indícios positivos de que, finalmente, os signatários do Tratado de Genebra, que proíbe o uso de gases letais, e outros países que a ele aderiram se dispõem a encarar com firmeza esse imenso desafio. Afinal, quase meio século de discussões deve ser mais do que suficiente para se obter um consenso sobre o fim da guerra química.

A próxima conferência, convocada na reunião de Paris, para esse fim preciso, deve concluir esse longo e sinuoso processo de negociações, que correu paralelo ao sinistro aperfeiçoamento desse tipo de guerra. A destruição dos mísseis de médio alcance na Europa, que parecia impossível, já é uma realidade. Não está fora de alcance a mesma decisão sobre armas químicas. Afinal, é justo homenagear os mortos na batalha química de Yprés. Melhor será, no entanto, impedir que se repita aquele terrível morticínio.

## NÃO-ALINHADOS

### Assumindo o volante



Os Não-Alinhados buscam maior eficácia do grupo

A recente reunião do Comitê Ministerial dos Países Não-Alinhados, realizada em Nicósia, Chipre, revelou certa inquietação no seio do movimento. Durante décadas aquele grupo de nações atuou, num difícil equilíbrio, entre os Estados Unidos e seus aliados ocidentais e a URSS. Embora os seus mais de cem membros estivessem mais ou menos próximos dos blocos das grandes potências, o movimento em si identificou muitos fatores que estimulavam a sua independência e asseguravam a unidade.

A distensão, nas relações entre os Estados Unidos e a URSS e suas repercussões internacionais, estão exigindo dos países não-alinhados um reexame de sua posição. Também se tornaram necessárias novas estratégias que fortaleçam o movimento e dê mais eficácia às suas decisões. Os ministros decidiram realizar mais duas sessões preparatórias da reunião de chefes de Estado de Belgrado, em setembro próximo.

O chanceler de Chipre, George Jacovou, fez uma declaração significativa: "Durante muitos anos, os países não-alinhados ocuparam a parte traseira do ônibus, enquanto outros o conduziam. Queremos ter agora o direito de participar da condução. E assim o faremos". Já era tempo.

## ARGENTINA

### Crise de energia

Técnicos argentinos vinham advertindo há muito tempo que o país avançava para uma crise energética, que poderá levar ao "apagón" total.

Suas advertências não foram ouvidas. Enquanto o Brasil desenvolvia um amplo programa energético, principalmente hidrelétrico, o governo argentino continuou patinando em discussões acadêmicas. Os governos militares, com uma visão obtusa da segurança nacional, se preocuparam mais em institucionalizar a repressão e agredir os direitos

humanos, em vez de aproveitar os seus ilimitados poderes para solucionar problemas fundamentais do país, a partir da energia. O presidente Raul Alfonsín ampliou a discussão do problema, mas, na prática, fez pouco.

O resultado aí está: a Argentina à beira do colapso energético, com interrupções de fornecimento de eletricidade de até 14 horas por dia. Além de uma seca prolongada, das altas temperaturas do verão, o fator fundamental da crise está na deterioração do sistema elétrico nacional.

O governo argentino tomou algumas medidas de emergência. Comprou na Alemanha Federal quatro turbinas a gás, que funcionarão a curto prazo e gerarão 150 megawatts diários. Mas são meros paliativos. O que poupará a Argentina do apagão será um plano amplo e corajoso, capaz de aproveitar sua tríplice potencialidade: recursos hídricos, que são abundantes, o petróleo que o país produz e a energia nuclear.

## HONDURAS

### Assassinato em Tegucigalpa

Um dos dirigentes dos "contras", Manuel Adan Rugama Acevedo, foi morto a tiros numa rua de Tegucigalpa. O "comandante Aureliano", como era conhecido, ocupava dois cargos importantes: subchefe militar e porta-voz dos anti-sandinistas que atuam em Honduras.

Os inimigos da revolução sandinista apressaram-se em acusar o governo de Nicarágua como responsável pelo crime. Em Manágua, a acusação foi tida como absurda e nem mesmo nos Estados Unidos essa versão do crime foi considerada aceitável. Por isso mesmo o tema deixou de ser notícia. Qualquer investigação séria chegará a uma conclusão concreta: Manuel Adan foi assassinado em consequência das lutas internas que, simultaneamente com as derrotas militares e o isolamento internacional, estão corroendo a unidade dos "contras".

O "comandante Aureliano" fora acusado, recentemente, de estar envolvido com uma "gang" dos "contras" que recebia as armas norte-americanas e as vendia à guerrilha de El Salvador. A informação produziu um escândalo e repercutiu em Washington. Observadores em Tegucigalpa acreditam que o assassinato originou-se nas disputas de grupos sobre o botim do apoio norte-americano.

## AMÉRICA CENTRAL

### Bush e a Nicarágua

Dados confiáveis, ultimamente divulgados, revelam que a guerra imposta pelos Estados Unidos à Nicarágua já causou a esse país as seguintes perdas: 29.113 mortos, 17.867 feridos, 14.460 órfãos, 250 mil desabrigados. Danos materiais: 12,216 bilhões de dólares.

Reagan não pode eximir-se da responsabilidade por esse crime. E George Bush vai continuar alimentando essa guerra injusta e brutal já perdida para os Estados Unidos? Não bastaria a lição do Vietnã?

Há um interesse mundial em saber como agirá o novo presidente.

## EQUADOR

A defesa da ecologia marcou um tento importante, e, sobretudo, criativo, no Equador.

Segundo informação da revista "The Ecologist", os cem mil habitantes da cidade de Cuenca, na região andina daquele país, compraram uma floresta para impedir a sua destruição, que teria graves repercussões no meio ambiente, inclusive no abastecimento d'água à região. Cada habitante, um dólar; 100 mil, o preço da floresta.

É um exemplo que merece destaque.



Semanas após outra rebelião militar, a Argentina viveu dois dias de perplexidade, no final de janeiro, com a despropositada invasão do quartel de La Tablada, em Buenos Aires, por um grupo ultra-esquerdista de uma Frente de Resistência Popular. A ação resultou na morte de 36 pessoas e no fortalecimento da direita

## COLÔMBIA

**O massacre dos juízes**

A comissão judicial que foi atacada no nordeste da Colômbia, tendo como saldo 13 mortos, entre eles dois juízes de vara criminal, investigava cerca de 30 assassinatos de grupos paramilitares, informou o secretário da vara criminal de Bucaramanga, Horácio Martínez.

No atentado, morreram a juíza Mariela Morais, o juiz Pablo Beltran e seus respectivos secretários, dois motoristas e sete policiais.

O ministro da Justiça, Guillermo Plazas Alcid, disse, em Bogotá, que desconhecia os motivos e os autores do atentado. Apesar de confirmar a existência de um grande número de grupos paramilitares de direita atuando naquela região, o ministro optou por lavar as mãos como Pilatos ao dizer que, "existe na região desde a extrema-direita até a extrema-esquerda".

"Careço de elementos de juízo", acrescentou Plazas Alcid, "para apontar com segurança quem são os autores do atentado: se as agrupações subversivas esquerdistas da linha stalinista ou as nazifascistas de extrema-direita".

A região, onde se deu o atentado, é a área de atuação de diversos "esquadrões-da-morte" da ultra-direita, como o "Morte aos Sequestradores", "Los Gorillos", "Los Tiznados", "Alfa 83", "Kankil", "Mano Negra" e "Terminator".

Na Colômbia, operam mais de 140 grupos paramilitares da extrema-direita em distintas regiões, segun-

do admitiu em 1988, perante o Congresso, o ministro do interior, Cesar Trujillo. Nos primeiros 15 dias de 89, morreram na Colômbia mais de 400 pessoas num recrudescimento da violência política e da delinquência que sacode o país há 41 anos. A maioria das vítimas era formada por camponeses, líderes políticos e militantes da esquerda. As demais vítimas resultaram da guerra da droga entre os cartéis da cocaína.

## NAMÍBIA

**Sabotagem à paz**

Nos Estados Unidos e na África do Sul, sucedem-se as manobras, visando a sabotar o acordo que assegura a independência de Namíbia.

Os sul-africanos estão aumentando para 35 mil soldados suas forças policiais no território namibiano. A Swapo denunciou o fato como manobra para impedir que as eleições, previstas nos últimos acordos, sejam realmente "livres e democráticas".

Um grupo de religiosos de Namíbia, que visitou re-

centemente o norte do país, ficou surpreendido com o aumento das delegacias de polícia que os sul-africanos estão instalando na região, coagindo o povo a não apoiar a Swapo.

Por sua vez, o governo norte-americano tem insistido na decisão de financiar os grupos da Unita. Uma verba de 15 milhões de dólares já está destinada à organização fantoche. Enquanto os dois governos sabotam o tratado de paz, Cuba dá um exemplo contrário: 3.000 soldados que deveriam estar de volta à pátria até abril já estão em Cuba, em atividades civis, incorporados às grandes obras do pólo turístico de Varadero.

Em sua recente visita a Luanda, Jêsse Jackson, o importante dirigente negro do Partido Democrata dos Estados Unidos, exigiu uma nova política do seu país para com Angola. Jackson sugeriu uma ajuda internacional à reconstrução da estrada-de-ferro de Benguela, permitindo aos países da "Linha de Frente", na África Austral, negociar entre si, sem serem forçados a fazê-lo através da África do Sul.



A ação da extrema-direita de El Salvador volta-se contra todos os setores progressistas. Além da Igreja Católica, também os luteranos começam a ser atingidos: no final de dezembro, a igreja do bispo luterano Medardo Gomez foi destruída a dinamite

## NIGERIA

**Medicina tradicional**

O governo da Nigéria tomou medida interessante em favor da medicina tradicional. Uma nova lei estipula que "qualquer pessoa, cuja formação no domínio da medicina tradicional for reconhecida por sua comunidade, é automaticamente qualificada para praticá-la".

Numa prevenção contra os excessos irresponsáveis, a lei interdita aos "médicos tradicionais" efetuar operações cirúrgicas em seres humanos, administrar, fornecer e injetar aos pacientes produtos perigosos. Um Conselho de Disciplina Médica julgará os casos de delito profissional.

Simultaneamente, já se instalou uma Comissão Nacional para a Pesquisa e o Desenvolvimento da Medicina Tradicional. A iniciativa nigeriana foi considerada oportuna, permitindo não apenas disciplinar o uso da medicina tradicional, como intercambiar conhecimentos com outros países africanos, onde a mesma é muito popular.

## CABO VERDE

**A areia movediça da dívida**

O ministro-adjunto do Plano e Cooperação, José Brito, afirmou, na cidade de Praia, que "não há solução para os problemas do endividamento dos países sub-desenvolvidos".

"O fosso tecnológico entre os países industrializados e o Terceiro Mundo está



## PANORAMA TRICONTINENTAL

aumentando cada vez mais", sublinhou José Brito.

O ministro, que falava ao regressar de Copenhague, onde participou da Conferência Internacional "Interdependência: Europa, terceira via para o Terceiro Mundo", revelou que, nos seus contatos na Dinamarca, ficou confirmado o financiamento daquele país à instalação de um parque de energia eólica na cidade de Praia, avaliada em cerca de dez milhões de dólares.

A Espanha ofereceu à

Guiné-Equatorial, sua antiga colônia na África, a liquidação de um terço da dívida bilateral de 45 milhões de dólares.

A oferta, feita durante a visita de dois dias a Madrid do presidente guineense, Teodoro Obiang Nguema, incluiu o reescalonamento do restante da dívida da Guiné-Equatorial em 14 anos, com oito anos de carência. A proposta espanhola deve ser sancionada pelo Clube de Paris, formado pelos países credores.



A Líbia foi alvo de mais uma agressão dos Estados Unidos, cuja frota derrubou dois jatos de Trípoli. A pressão de Washington recebeu condenação mundial. Na foto, diplomatas líbios, que levaram o assunto à ONU.

## PALESTINA

# O isolamento de Israel



A população israelense vem aumentando a pressão sobre o governo, para que negocie com os palestinos.

A política do governo de Israel contrária a qualquer negociação com os palestinos liderados por Arafat, sofreu, nos últimos dias, dois graves insucessos: a conferência do vice-ministro

das Relações Exteriores da Inglaterra, William Waldegrave, com uma delegação da OLP, em Túnis, e a entrevista de parlamentares israelenses com dirigentes palestinos, em Paris.

A declaração do ministro inglês é duplamente importante: pela constatação em si mesma e por ser formulada por um membro de governo de Margareth Thatcher, até aqui alinhada incondicio-

nalmente com Washington, no apoio ao governo israelense. Waldegrave chamou a atenção do governo de Israel para o isolamento em que se lança.

O primeiro-ministro israelense, Itzak Shamir, a essa quase unanimidade internacional a favor da negociação com a OLP, responde com mais repressão nos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Quase todos os dias o mundo é desafiado pela brutalidade das tropas israelenses e o sacrifício heróico de civis palestinos, principalmente jovens, enfrentando com paus e pedras o poderio militar dos ocupantes de sua pátria.

O fato novo nesse quadro é que nunca a causa palestina teve maior compreensão e apoio internacionais como agora e, em nenhum momento, o governo ultradireitista de Israel esteve mais isolado e acuado pela pressão interna e externa.

O tempo hoje corre célere a favor dos palestinos, cujo Estado independente, sob a direção da OLP, ganha rapidamente o reconhecimento internacional.



Estudantes africanos atribuem a manifestações racistas o conflito com colegas chineses, na Universidade de Nanquim, no final do ano

## DOIS MUNDOS

### Trilateral em Moscou

O líder soviético, Mikhail Gorbachev, debateu com uma delegação da Comissão Trilateral (América do Norte, Europa e Japão) sobre "o prazo em que poderia a economia da União Soviética vir a integrar-se à economia mundial".

A delegação esteve integrada pelo ex-secretário de estado norte-americano Henry Kissinger, o ex-presidente francês Valery Giscard d'Estaing, o ex-primeiro ministro japonês Yasuhiro Nakasone, o secretário da trilateral para a América do Norte, David Rockefeller, e o diretor da revista "Foreign Affairs", dos Estados Unidos, William Hayland.

Giscard sublinhou, durante a entrevista com Gorbachev, segundo a agência "Tass", que "não é lógico que um país tão grande como a União Soviética esteja ausente das principais organizações econômicas internacionais, como o Gatt, o FMI e o Banco Mundial".

O ex-presidente francês estimou que "deve criar-se um sistema que permita a cooperação, em vez da competição, e que permita que os Estados assegurem seus interesses, não às custas de outros países, mas mediante o mútuo benefício".

O líder soviético destacou a mudança de mentalidade

que está acontecendo em todo o mundo sobre as relações entre as superpotências, e disse que "todos devemos modificar nossas relações, e não pretender que possuímos a verdade absoluta".

No encontro, os políticos atribuíram as mudanças que aconteceram nas relações leste-oeste, como consequência da "perestroika" (reestruturação interna da economia e do sistema político soviéticos), assim como a aplicação do "novo pensamento" nas relações exteriores da União Soviética.

Gorbachev advertiu a comissão da trilateral de que "não se pode esperar um saneamento autêntico das relações internacionais sem a modernização das relações econômicas mundiais. É necessário ser mais independentes economicamente, para construir com êxito a estrutura política contemporânea da comunidade internacional", acrescentou.

O líder soviético frisou que a União Soviética está iniciando um caminho de abertura, mas admitiu que se está na primeira etapa e o país não chegou ao estágio de ingressar nas organizações econômicas internacionais.

O presidente soviético previu que a redução unilateral do Exército Vermelho, anunciada por ele na ONU, não só supõe a desmobilização de 12% dos soldados, mas também uma diminuição de 19,5% dos gastos militares. Ao concluir a entrevista, Gorbachev lançou um desafio aos representantes do mundo capitalista: "Nós já estamos em plena 'perestroika'. Agora, esperamos que vocês façam a 'perestroika' de vocês".

## CHINA

### Enfrentando males

O contato com o capitalismo ocidental não tem sido tranquilo para a China Popular. É possível que, ao admitir a presença de empresas estrangeiras, os chineses estivessem preocupados em ampliar o intercâmbio econômico, incorporar novas técnicas e melhorar o padrão de consumo do povo. Seguramente algo disso está ocorrendo, mas, de contrabando, empresas estrangeiras exportaram para o país um produto perigoso, a corrupção.

O governo chinês está realizando um vasto operativo anticorrupção: 7.500 funcionários já foram identificados como recebedores de algum tipo de suborno para fazer concessões ilícitas a empresas estrangeiras.

Alguns casos divulgados são típicos do trabalho dos "lobbies" internacionais. Um engenheiro do Ministério de Transportes forneceu a uma empresa estrangeira um documento sobre as necessidades tecnológicas da China, facilitando o trabalho dos vendedores. Em compensação, recebeu "facilidades" para que seus filhos estudassem no Japão.

A indústria das viagens foi outro dos métodos de corrupção. Um grupo de 71 trabalhadores de uma fábrica de alumínio realiza, naturalmente por conta do tesouro, 14 viagens aos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental para "analisar" um só negócio. A despesa foi de 200 mil dólares.

As investigações estão sendo realizadas com o rigor

com que o governo chinês trata esses problemas e não se limitam ao país. Também estão na mira dos investigadores certas empresas de Hong-Kong, que negociam com a China. Além de outros problemas, os chineses estão chamados a enfrentar o poder de contaminação de certo tipo de capitalismo, cuja ética está apenas nos lucros.

## UNESCO

### De olho no mercado

A reunião da Unesco, em Genebra, concluiu suas atividades com uma recomendação importante: os países devem reformar seus sistemas de ensino e treinamento pós-secundário, para atender às novas demandas do mercado de trabalho. Vozes influentes foram ouvidas, exigindo mais do que isso: que o sistema universitário seja transformado, de modo a enfrentar as novas realidades. No caso do Terceiro Mundo, a escola — do primário à universidade — deve voltar-se para as nossas próprias realidades, deixando de ser uma cópia ineficaz dos métodos e estilos dos países industrializados.

No Brasil e em outros países da América Latina, há escassez de mão-de-obra especializada, enquanto milhares de advogados, médicos e outros profissionais estão no desemprego ou no subemprego. Seria positivo que os 500 delegados das 121 nações presentes considerassem seriamente as recomendações da conferência.



Yuli Vorontsov, embaixador soviético em Cabul, conversou com guerrilheiros afegãos, na Arábia Saudita, e com o ex-rei Zahir Shá, em Roma, tentando avançar no diálogo para a paz



No Campuchea, prossegue a retirada das tropas vietnamitas, que estarão todas repatriadas até setembro, segundo acordo estabelecido com a China, no final de janeiro

## PETRÓLEO

### Os sauditas nos Estados Unidos

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo-Opep vem dando mostras de preocupação com o futuro e buscando fórmulas para superar as atuais dificuldades. A Opep está enfrentando muitos problemas. O fim da guerra Irã-Iraque e o aumento de produção nas áreas de exploração mais recente, como o Mar do Norte, aumentaram

a oferta no mercado petrolífero, provocando uma acentuada baixa nos preços.

Apesar das expectativas de que esses problemas levariam a organização à desagregação, a verdade é que os países produtores têm sabido administrar competentemente suas dificuldades. A diminuição da produção tem sido um recurso eficaz e mesmo o Irã, que, no

período da guerra, sempre se opunha a enquadrar-se nas decisões da Opep, vem acatando com mais flexibilidade as quotas estabelecidas. A produção global dos países da Opep está chegando ao limite autofixado de 18,5 milhões de barris diários, com uma diminuição de quatro milhões por dia.

Mas, agora os países produtores estão buscando fórmulas diversificadas e mais eficazes de fazer face à crise. Os sauditas, que têm um peso importante na organização, acabam de tomar uma iniciativa inovadora: entraram no mercado distribuidor de petróleo nos Estados Unidos. Compraram da Texaco três refinarias e 12 mil postos de gasolina, uma operação superior a 2 bilhões de dólares. Nos Estados de Lusiânia, Texas e Delaware, a Arábia Saudita já controla a metade das ações das refinarias de petróleo da Texaco.

Dominados tantos anos pelas multinacionais do petróleo, os sauditas estão indo à forra: desembarcam nos Estados Unidos. Seguramente outros países produtores seguirão o exemplo.

A Venezuela e o Kuwait estão estendendo também seus negócios a outros setores da economia do petróleo, o que faz prever um novo fortalecimento da Opep. Passariam a atuar nas duas etapas: na produção e na comercialização nos grandes centros consumidores.

Em seu recente giro pelos países petrolíferos do Golfo, o novo presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, discutiu com governantes e técnicos o futuro da Opep e os novos caminhos para o seu fortalecimento.

# OTIMISMO CAUTELOSO

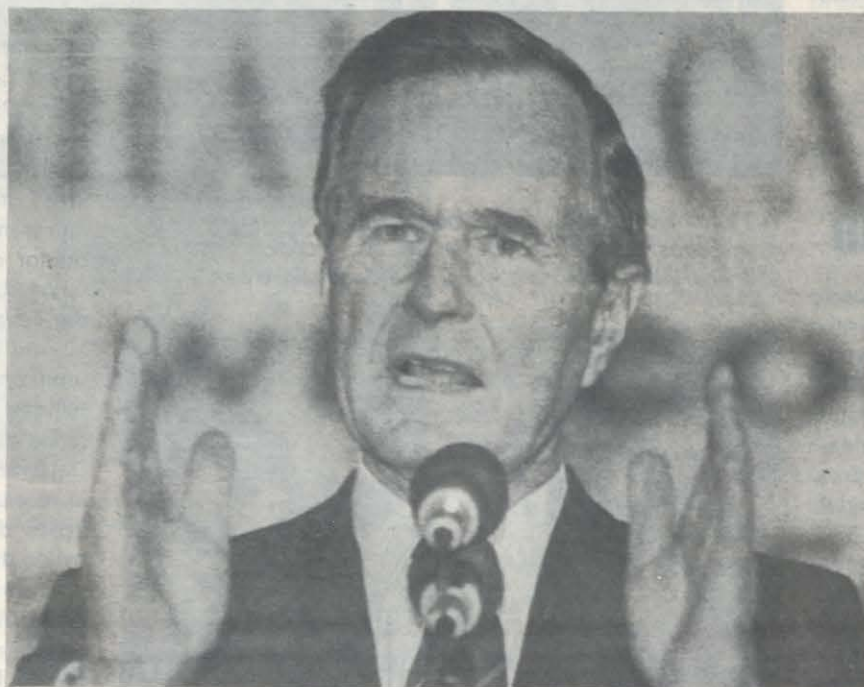
Bill Hinchberger

**T**entar decidir a política que o novo presidente dos Estados Unidos seguirá em relação ao Terceiro Mundo, tomando como base a campanha eleitoral, é um trabalho similar a adivinhar o possível comportamento de uma pessoa baseando-se em seu signo zodiacal. Os elementos disponíveis não serão mais do que um punhado de referências e um panorama tão geral que pouca utilidade terão, quando aplicados ao mundo real.

Além da diferença entre Nancy Reagan, que se assessorou com os astros, e a senhora Bush, que provavelmente não fará o mesmo, outros fatos distinguirão as gestões de ambos os mandatários. Portanto, não é recomendável cair no simplismo em que costumam se deixar envolver certos observadores, especialmente da esquerda. "Não haverá mudanças na política norte-americana", concluiu, por exemplo, o deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

Obviamente, Barbosa está correto ao pensar que a essência da política norte-americana não irá mudar. Jesse Jackson, ex-candidato nas internas do Partido Democrata, também expressou durante a campanha um ponto de vista similar. Ele interpretou que o postulante republicano, ao afirmar que iria aumentar os gastos militares, estaria em

**As bases da política externa de Reagan não mudarão na gestão de George Bush. Mas, em alguns tópicos de interesse para o Terceiro Mundo, talvez o novo presidente mostre maior pragmatismo que seu antecessor**



Segundo analistas, Bush promete política exterior mais sutil que a executada por Reagan

código dizendo: "Não vamos permitir que nações não-brancas do Terceiro Mundo fiquem nos pressionando".

Entretanto, em relação ao Terceiro Mundo, certamente a nova administração se esforçará em manter suas esferas de influência. Essa questão é aceita nos Estados Unidos, mesmo quando se sabe que a política fiscal poderá obrigar o novo presidente a cortes nas verbas do Pentágono.

Os antecedentes pessoais de Bush e os de seu secretário de Estado, James Baker — seu amigo pessoal — parecem indicar que a nova administração terá crité-

rios mais pragmáticos e menos ideológicos que a de Reagan e, como consequência, terá uma maior margem de negociação e compromisso. Essa orientação ficou manifesta nas primeiras posições adotadas por Bush como presidente eleito, e na atitude da administração Reagandurante a campanha eleitoral, quando o então vice-presidente Bush começou a ter mais influência nas decisões. Essa tendência também será reforçada pelo Congresso, que estará controlado pelo Partido Democrata e tentará aumentar sua penetração em todas as áreas, inclusive na política externa.

George Bush preocupou-se em mostrar, durante o período eleitoral, que tinha mais experiência em política externa do que seu adversário, o democrata Michael Dukakis e, aparentemente, isso pareceria verdade. Além de embaixador nas Nações Unidas e na China, também se saiu bem como diretor da Agência Central de Inteligência (CIA).



Ronald Reagan

**Um especialista em política exterior?**

Reagan deixou nas mãos de seu vice várias tarefas da área de política internacional, como o papel de "czar das drogas", responsável pela campanha dos Estados Unidos contra o tráfico internacional. Durante o tempo que ocupou a vice-presidência, Bush teve também o encargo de uma força-tarefa an-



Baker: o amigo

veveu: "A maioria dos eleitores norte-americanos...prefere não pensar em temas de política exterior, e decide votar naquele candidato que demonstra estar preparado nos temas de segurança nacional, um candidato capaz de produzir a ilusão de que entende sobre rotas marítimas, pontos conflitantes e matérias estratégicas, um candidato como George Bush".

Um boletim publicado pelo "Washington Post", no entanto, apresentou uma

terrorista e ocupou uma das cadeiras do Conselho de Segurança Nacional.

Na política exterior, ele conseguiu apresentar imagem de firmeza e preparo durante a campanha eleitoral. O especialista em ciências políticas Bud Kenworthy, num artigo publicado pelo semanário "In These Times", escreveu:

"Em seu desempenho nas tarefas de responsabilidade, Bush raramente aparecia encarregado das principais questões: pelo contrário, muitas vezes permanecia em segundo plano e delegava aspectos importantes da sua gestão aos assessores, deixando em mãos de terceiros a condução da discussão política", observam Bob Woodward e Walter Pincus.

**Uma educação refinada**

O informe narra um encontro entre Bush e Nixon, depois da derrota do primeiro como candidato a senador pelo estado do Texas, em 1970, eleição da qual saiu eleito Lloyd Bentsen (companheiro de chapa de Dukakis). Nixon ofereceu-lhe um posto na Casa Branca, como assessor especial da presidência, e Bush aceitou ser nomeado para as Nações Unidas. Essa conversação consta de um memorando, redigido por H.R. (Bob) Haldeman, e que pertence ao arquivos de Nixon. Haldeman escreveu também: "Bush alegou que não existia

entre o dinâmico pastor evangélico Billy Graham, o comediante Bob Hope e o lendário humorista Will Rogers.

Bush teve muitas oportunidades de polir seu refinamento social durante a juventude. Filho de um financista de Wall Street que foi eleito para o Senado dos Estados Unidos, o jovem Bush estudou num exclusivo colégio da Nova Inglaterra, onde se destacou como delegado de sua classe, presidente do clube de estudantes e capitão da equipe de esportes do colégio. Depois de servir brevemente no exército, durante a II Guerra Mundial, rejeitando o uso da influência familiar para se livrar dessa obrigação, graduou-se na prestigiosa Universidade de Yale.

Terminados os estudos universitários, Bush utilizou as conexões de sua família para começar negócios petrolíferos no Texas, área na qual chegou a ser importante empresário independente. No começo da década de 60, Bush vendeu sua empresa por 1 milhão de dólares (cifra que atualmente duplicou) e começou a dedicar-se à política na-



O entendimento com Mikhail Gorbachev e Deng Xiao-Ping não deverá sofrer modificações com Bush, interlocutor antigo de ambos

imagem diferente do presidente eleito. O artigo revela que o presidente Richard Nixon designou Bush para as Nações Unidas com o objetivo de ter um porta-voz em Nova Iorque; que o presidente Gerald Ford o nomeou embaixador na China como prêmio de consolação por tê-lo relegado na candidatura vice-presidencial e, depois, o nomeou diretor da CIA, por sua especial habilidade em manter boas relações com o Congresso e sua disposição em obedecer ordens.

uma promoção adequada da figura presidencial em Nova Iorque, e ele seria o personagem apropriado para preencher esse vazio, através dos círculos sociais que podia frequentar como embaixador".

"Acaba de nascer uma estrela", exclamou Tex MacCrary, especialista em relações públicas, ao comprovar o êxito do então embaixador norte-americano nas Nações Unidas nos salões de Nova Iorque. MacCrary, em 1971, descreveu Bush como uma figura intermediária

quele estado. Combatido por ser um recém-chegado, moderado, apesar de republicano e liberal, Bush competiu duas vezes sem êxito, por uma vaga no senado, conseguindo, no entanto, ser eleito para a câmara. Ali se converteu em líder da bancada republicana, destacando-se entre os jovens representantes do partido, ajudado por um amigo de seu pai, o democrata Wilbur D. Mills, presidente da Comissão de Orçamento, que lhe permitiu ocupar um lugar nesse in-



Entre os primeiros desafios, a adoção de uma nova política para Kadafi e esforços para o diálogo OLP-Israel

fluente organismo – algo inédito, tratando-se de um parlamentar novo.

“Apesar desses antecedentes, seria um erro atribuir os êxitos políticos do novo presidente dos Estados Unidos apenas à sua origem privilegiada”, escreve o jornalista Walt Harrington, autor de um perfil de Bush, publicado pela revista do “Washington Post”. Em outra publicação, no “Mother Jones”, o mesmo articulista comenta: “No que diz respeito à juventude de Bush, existem dois aspectos característicos que ninguém pode negar: grandes privilégios e grande habilidade”.

Tal habilidade nem sempre foi evidente durante a gestão de Bush como vice, em parte, talvez, pela natureza da função. Politicamente, os vice-presidentes do Estados Unidos caminham à sombra do presidente. Nesse sentido, a lealdade de Bush para com Reagan é compreensível. Inquietante, no entanto, é o papel que o vice-presidente desempenhou nas corrupções que caracterizaram aquela administração, ou no escândalo Irã-Contras e a troca de armas por reféns.

**Um amigo inseparável**

Talvez Bush não imaginasse participar nesse tipo de episódio, quando em 1970 abordou James Baker, no clube que frequentavam, para pedir-lhe colaboração em sua campanha como candidato ao senado. Baker, um advogado de empresas no fórum de Houston, sem nenhum antecedente político, se converteu desde então na inseparável fi-



Ortega: esperando realismo do novo governo



Noriega: um dos alvos preferidos de Reagan

gura da ascensão de Bush. Amigo pessoal do presidente eleito durante três décadas, Baker abandonou o posto de secretário do Tesouro para dirigir a campanha eleitoral de Bush e, depois da vitória, foi designado para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores.

Entre os integrantes da atual administração, Baker é considerado um pragmático. Aliado ao ex-diretor de Orçamento, David A. Stockman, pressionou Reagan a deixar de lado a política econômica baseada no excesso de oferta – chamada “economia vodu” – orientação questionada por Bush nas prévias do Partido Republicano em 1980.

Estima-se que Baker será o homem forte da administração Bush: ele é tido como a pessoa que mais influência exerce sobre o presidente. Em 1980, por exemplo, Baker atuava como coordenador da campanha de Bush nas prévias do Partido Republicano. Reagan levava considerável vantagem, e Baker aconselhou que Bush retirasse sua candidatura antes das eleições na Califórnia, o estado natal de seu adversário. Bush rejeitou a idéia, mas Baker anunciou sua retirada do mesmo jeito, evitando assim uma descomunal derrota. Bush tomou conhecimento pelos jornalistas, quando foi solicitado a comentar sua renúncia pela disputa interna presidencial.

Baker goza de grande reputação em Washington. O senador democrata Bennet Johnston comentou sobre o novo secretário de Estado: “Aqui, no Capitólio, Baker tem nosso respeito e confiança”.

Para o presidente eleito, Johnston utilizou palavras mais duras: "Se Bush quer o enfrentamento, como evidenciou em sua campanha, vai ter mais do que procura", disse o legislador. Suas palavras parecem refletir o estado de ânimo que domina ambas as câmaras do Congresso, onde os democratas, nas últimas eleições, reforçaram sua maioria.

**Pragmatismo e enfrentamento**

Jim Wright, o porta-voz da Câmara de Deputados, será, certamente, o principal intérprete dessa tendência. Segundo comentou o colunista James Reston, no "The New York Times" durante a campanha: "No último ano, os republicanos dedicaram-se a insultar Wright grosseiramente, acusando-o de intrometer-se nas questões de política externa e de utilizar seu cargo para obter vantagens financeiras pessoais. Isso não causou nenhuma graça ao porta-voz do Congresso, que reagiu com um grunhido de raiva às acusações". No Senado, Bush deverá entender-se não só com as reclamações de Johnston, mas também com os poderosos Daniel Inouye e George Mitchell, dois dos críticos mais duros do governo durante as interpelações sobre o caso Irã-Contras.

Outros senadores estão ainda curando as feridas que Bush abriu durante a campanha: Bentsen, companheiro de chapa de Dukakis, e o aspirante republicano nas prévias, Bob Dole. "E quem pensar que essas questões não pesam, realmente não conhece o mundo de Washington", destacou Reston.

Rivalidades pessoais à parte, o Congresso espera cumprir um importante



Terceiro Mundo: a definição da nova política de Washington poderá aplainar os caminhos ou aprofundar a crise das nações do Terceiro Mundo, como as do Grupo dos Oito latino-americanos e da África

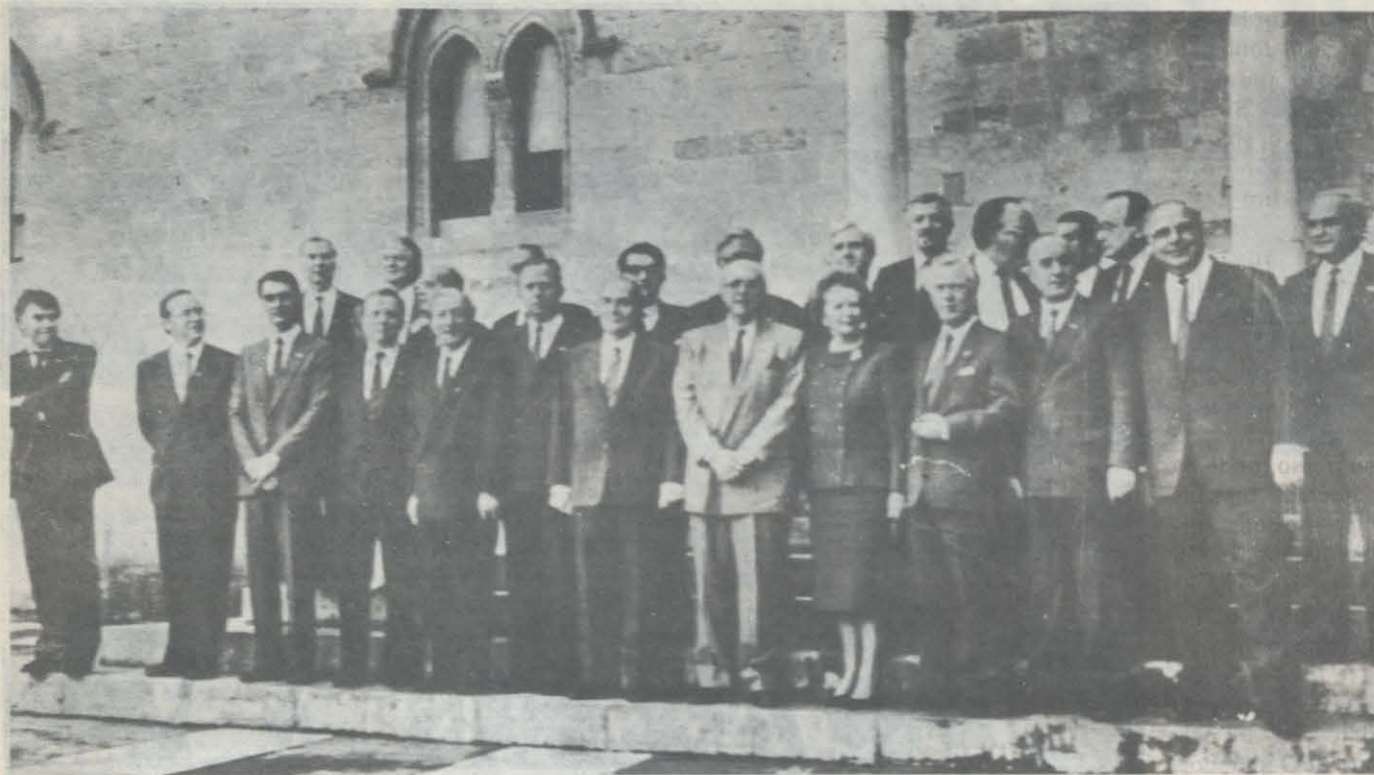
papel na política externa da era pós-Reagan. O senador Richard C. Lugar, um ultraconservador do Partido Republicano, escreveu no influente jornal "Foreign Affairs": "A partir dos acontecimentos do Golfo Árabe, ficou evidente o fortalecimento das restrições existentes (desde a guerra do Vietnã) a uma intervenção militar em países estrangeiros, e a utilização da força em defesa dos interesses dos Estados Unidos no Terceiro Mundo, seja direta ou indiretamente. E isso é uma reafirmação do papel do Congresso no processo de decisões de guerra".

O reconhecimento da importância do Congresso na formulação da política externa explica, em parte, a relativa moderação das declarações do novo presidente, numa série de questões importantes. Na realidade, o recatamento dos republicanos ficou evidente nas atitudes da administração Reagan durante a campanha, quando o então presidente decidiu coordenar suas ações políticas com o candidato Bush. "Algu-

mas decisões e designações políticas recentes lembram mais o período de moderação liderado por Gerald Ford que o período 81/87 de Reagan", escreveu o analista Johna B. Judis no "In These Times". "Para desespero dos mais conservadores, a administração republicana começou a abandonar a doutrina Reagan de perseguir os insurgentes comunistas por todo o mundo", acrescentou Judis.

**Ênfase diplomática**

Efetivamente, no final de seu mandato, Reagan deixou de pedir ao Congresso que votasse mais ajuda aos "contras" nicaraguenses, e pressionou para conseguir um acordo na guerra de Angola. Depois das eleições, o "Miami Herald" informou que os assessores do presidente eleito estavam delineando novas políticas em relação aos "contras". O jornal caracterizou essas modificações como "parte de uma estratégia mais ampla da nova administração para



Sob o governo Bush, a Europa completa a integração e torna-se forte competidor dos EUA, que, por sua vez, se integram com Canadá

moderar sua política na América Latina, deslocando os esforços realizados por seu antecessor para fortalecer a ação armada dos "contras" em favor de vias diplomáticas, e procurando soluções negociadas para a crise cada dia mais preocupante da dívida.

Segundo o "Herald", a nova administração norte-americana demorará bastante tempo, antes de pedir ao Congresso a aprovação de nova ajuda militar para os "contras". Na opinião desse importante jornal, Bush apoiará e promoverá, pela primeira vez de forma nítida, as iniciativas diplomáticas para alcançar a paz na América Central. Formalmente, o governo Reagan apoiou o plano de paz lançado pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias, e os esforços do Grupo de Contadora, mas, na prática, sabotava as negociações diretamente ou através de pressões sobre os governos mais servís da região, principalmente os de Honduras e El Salvador.

A dívida externa dos países do Terceiro Mundo constitui um dos assuntos mais delicados para James Baker, desde que, em 1985, apresentou um plano de soluções que foi batizado com seu no-

me. Apesar de estar oficialmente em vigência, o Plano Baker está morto. Logo depois de ser anunciado, o projeto do então secretário do Tesouro norte-americano foi objeto de duras críticas, por parte dos principais líderes do Terceiro Mundo.

Na realidade, o mencionado plano foi o primeiro reconhecimento oficial, por parte dos Estados Unidos, do caráter político da dívida. Até esse momento, a Casa Branca insistia que se tratava de um tema estritamente financeiro e, como tal, devia ser resolvido em negociações bilaterais entre os bancos e as nações devedoras.

#### A virada na questão palestina

Várias chancelarias da América Latina avaliam que o novo governo norte-americano permanecerá dentro da fórmula do Plano Baker, proporcionando créditos só para aqueles países devedores que implementem reformas econômicas, e que continuará com sua política de negociar com cada nação separadamente.

Outro tema que dominará a agenda

política exterior da nova administração é a questão palestina. Em discurso pronunciado durante a campanha, perante a organização judaica B'nai B'rith, George Bush disse que, em relação à OLP, "continuarei insistindo para que aceite a Resolução 242 das Nações Unidas, reconheça a existência de Israel, abandone o terrorismo e modifique sua posição de lutar para destruir Israel". Nesse mesmo discurso, complementou: "Estou orgulhoso de que, nesse momento, os Estados Unidos estejam trabalhando com Israel na construção de um míssil antibalístico".

A reação de Bush ante a declaração de independência do Estado Palestino, formulada em 15 de novembro pelo Conselho Nacional Palestino (Parlamento no exílio) reunido em Argel, foi menos cautelosa que a do presidente Reagan. Com respeito à aceitação das resoluções 242 e 338 pela OLP, o que significa o reconhecimento de Israel, Bush falou: "É algo que estamos pedindo faz muito tempo, por isso acredito que devemos receber com otimismo".

A decisão de Reagan de 14 de dezembro, de fazer uma negociação direta



com a OLP, estendeu-se nos círculos diplomáticos como a primeira evidência de que a Casa Branca pretende mudar sua política para o Oriente Médio. Efetivamente, quinze dias depois de ter negado um visto ao presidente da OLP – fato que motivou uma furiosa resposta da comunidade internacional e levou as Nações Unidas a transferirem de Nova Iorque para Genebra a discussão do tema palestino – Reagan pessoalmente resolveu abrir um diálogo direto com Yasser Arafat, para negociar a paz no Oriente. E o embaixador Vernon Walters anunciou, em Genebra, que os Estados Unidos pressionarão Israel, para que se retire dos territórios que ocupa militarmente desde 1967.

Essa atitude – que mostra uma mudança de 180 graus na política externa da administração republicana – não pode ser tomada sem o consentimento de George Bush.

Entre as figuras da nova equipe republicana, será sem dúvida o ex-governador de New Hampshire, John Sununu, um conservador, que terá uma atuação mais destacada quanto ao Oriente Médio. Chefe do staff presidencial, Sununu – descendente de libaneses – é apoiado pela ala direita do Partido Republicano e foi criticado pelos grupos pró-israelenses, quando se negou a assinar uma declaração condenatória à resolução da ONU, que comparou o sionismo ao racismo. Sununu ressaltou que, na plataforma do partido, se encontra uma crítica à resolução em questão. Bush confiou a Sununu a redação da parte de sua plataforma correspondente ao Oriente Médio.

#### Flexibilidade na África Austral

A nova política norte-americana em relação a África do Sul – outro foco de tensão mundial – permanecerá sem grandes mudanças, apesar da posição mais flexível adotada pela administração Reagan em relação a Angola. Sobre a questão sul-africana, existe nos Estados Unidos um debate sobre a aplicação de sanções econômicas ao *apartheid*, coisa que Bush descarta.

Em março de 1988, durante as eleições primárias, Michael T. Klare, professor do "Hampshire College" na cátedra



Noboru Takeshita e o canadense Brian Mulroney: apoio à política externa de Washington

de "Estudos do Mundo e da Paz", escreveu no semanário norte-americano "The Nation": "Ainda que resulte impossível prever a reação dos candidatos frente a uma crise internacional, tomando como base seus discursos de campanha, a retórica reflete uma crescente inclinação dos políticos norte-americanos em considerar a possibilidade de uma intervenção militar direta nos conflitos do Terceiro Mundo".

Quatro meses mais tarde, Klare destacou um fato que a seu juízo representava uma mudança importante na política militar dos Estados Unidos. "Essa virada, que começou na metade dos anos 80, reflete uma reacomodação da questão militar, na qual o conflito Leste/Oeste vai perdendo significado, enquanto as controvérsias entre o Norte industrializado e o Sul, em grande parte agrícola e potencialmente revolucionário, vão adquirindo maior urgência". Paradoxalmente, essa atitude constitui uma resposta à atitude conciliatória do líder soviético Mikhail Gorbachev, com quem Bush promete continuar negociando.

A doutrina que surgiu do Pentágono, no segundo quinquênio dos anos 80, desenvolve o conceito de "conflitos de baixa intensidade", retirado da velha doutrina da contra-insurgência, vigente

durante a guerra do Vietnã. Mas essa noção "não é simplesmente uma equiparação com a doutrina da contra-insurgência", escreveu o tenente coronel Peter Bond. "Trata-se de um conceito muito amplo, que estende o espectro de um conflito, desde uma paz relativa à guerra convencional". Tal como o sublinha Klare, "em outros tempos, essas atividades eram conhecidas como simples operações de polícia".

Enquanto o Pentágono continuará, sem dúvida, elaborando seus planos contingentes, não está claro até que ponto Bush vai querer implementá-los. Nesse sentido, é importante levar em conta a oposição potencial do Congresso, cujo papel também poderá ser redimensionado.

Alguns analistas temem que o ex-diretor da CIA possa optar pela execução de operações escondidas, ainda que essa tática tenha sido pouco praticada sob sua direção naquela instituição. Comenta-se que Bush só pode ser considerado um "moderado", se comparado com Reagan. No entanto, é uma comparação fundamental. Bush e seu braço direito Baker possivelmente adotarão uma atitude mais pragmática em termos de política exterior, fato que permite guardar um cauteloso otimismo no Terceiro Mundo.

# AJUDA EXTERNA

## Muita arma e pouco pão

A maior parte da ajuda norte-americana não se destina a diminuir a fome dos pobres. Contribui para consolidar as elites do Terceiro Mundo, que perpetuam as bases da miséria, diz um relatório

Kevin Danaher\*

As pesquisas de opinião mostram que a ampla maioria dos cidadãos norte-americanos (89%) sente que "onde quer que exista gente faminta ou pobre, devemos fazer o possível para ajudar". No entanto, uma maioria também duvida se o dinheiro, que o governo envia ao exterior, realmente chega aos mais necessitados. O ceticismo tem fundamento. Mais de dois terços da ajuda exterior norte-americana se destinam a reforçar a segurança: treinamento militar, envio de armas ou dinheiro para governos que as autoridades consideram aliados "na luta contra o comunismo".

Sob o governo Reagan, quase toda a assistência externa norte-americana — inclusive a ajuda alimentícia — contribuiu para manter o *status quo* de países, nos quais o poder está nas mãos de elites antidemocráticas, que mantêm seus povos na miséria. Estes grupos privilegiados, à mínima tentativa de rebelião e sob a desculpa do comunismo, recebem o apoio de Washington.

### Primeiro, as armas

A maior parte dessa ajuda dos Estados Unidos é de três tipos: alimentícia, de segurança e de desenvolvimento. A assistência aplicada à segurança representa mais de duas terças partes da ajuda total, e é também a que mais cresceu: 84% em termos reais, entre 1981 e 86. Nessa assistência existem dois tipos:



Argentina: caras-pintadas são herança do tipo da ajuda proporcionada pelos Estados Unidos

a ajuda militar direta e o que se denomina de Fundos de Apoio Econômico. Os governos assistidos usam esse dinheiro para importar armamentos e bens sofisticados, ou para pagar dívidas com bancos ocidentais.

Os principais beneficiários são o Egito e Israel, que recebem não por suas necessidades econômicas, mas devido ao alinhamento com a política externa de Washington. Outros países favorecidos na década de 80 são a Turquia, o Paquistão, El Salvador e as Filipinas. Os governos desses países podem ser antidemocráticos e violar os direitos humanos, mas albergam bases militares norte-americanas ou estão enfrentando a União Soviética e seus aliados.

A ajuda militar é outro tipo de assistência aplicada à segurança. Ainda que as pesquisas de opinião digam que a

maioria dos norte-americanos se opõe à ajuda militar, sob o governo Reagan ela foi tão ampliada, que se tornou a maior parte (39%) da assistência total.

Nos primeiros seis anos de 1980, os governos que recebiam ajuda militar norte-americana aumentaram de 57 a 89, e em 1986 o montante superou os 5,8 bilhões de dólares, mais do triplo do investido em assistência para o desenvolvimento. (Naturalmente, sem contar os milhões de dólares de ajuda militar clandestina).

Quais são os países armados por Washington? A maioria não enfrenta qualquer ameaça externa: necessita de armas apenas para usá-las contra seu próprio povo. Nos últimos 20 anos, os Estados Unidos deram mais de 27 bilhões de dólares em material militar para ditaduras. Em 1985, 43 países "beneficiados" estavam sob alguma forma



Contras: a criação de grupos, que recebem financiamento e armas para gerar a guerra civil, foi um instrumento da política de Reagan



#### O exemplo chileno

primeiro e segundo. O capítulo primeiro regula a forma clássica de assistência: o excedente de alimentos dos Estados Unidos é entregue a grupos de caridade, para que o distribuam entre os necessitados. Mas, a maior parte da ajuda nos últimos 30 anos se restringe ao capítulo segundo: esta ajuda consiste em empréstimos a juros reduzidos para governos do Terceiro Mundo, que usam o dinheiro para comprar dos Estados Unidos alimentos, que depois revendem, ficando com os lucros. Ou seja, os pobres não se beneficiam.

#### Medo da mudança

Ainda que os dirigentes norte-americanos dificilmente possam negar a natureza antidemocrática de muitos de seus aliados, justificam o auxílio prestado a esses regimes, argumentando que

de governo militar, e mais da metade cometeu frequentes atos de violência contra seu próprio povo.

Mesmo a ajuda alimentícia cumpre uma função de segurança e está baseada na lei 480,

sob os capítulos

é para contrabalançar as tentativas soviéticas de dominar o mundo. Esse argumento ignora que a influência, tanto dos Estados Unidos como da União Soviética, está-se debilitando a nível internacional. O argumento exposto considera a competição EEUU-URSS como uma partida, na qual a perda de uma parte significa automaticamente ganho para a outra. Ressalte-se, porém, nesses últimos 30 anos, o avanço político experimentado pelo Terceiro Mundo: aproximadamente 100 países, com diferentes sistemas políticos e econômicos, concordam que não querem mais ser dominados, nem pelos Estados Unidos nem pela União Soviética.

O argumento da ameaça soviética, além disso, promove entre os cidadãos norte-americanos uma idéia racista, já que partem do pressuposto de que os povos do Terceiro Mundo, pressionados pela miséria, não são capazes de lutar pela transformação dessas condições degradantes, a não ser que sejam incitados por alguém vindo de Moscou, portador do Manifesto Comunista.

Supõe-se que, com os dólares, compraremos aliados, consolidando dessa forma nossa segurança. Mas, nossa ajuda fracassou também nesse aspecto. Os principais beneficiários da ajuda norte-americana, entre eles Hailé Selassié, da

Etiópia; o xá do Irã; Somoza, da Nicarágua; Marcos, das Filipinas, e Duvalier, do Haiti, finalmente foram derrubados. E os milhões de dólares enviados a Israel e Egito – os maiores receptores atuais da ajuda norte-americana – não conseguiram assegurar uma paz duradoura no Oriente Médio.

Talvez o perigo maior seja a estratégia norte-americana – baseada no temor da transformação social – acabar por ameaçar a própria democracia interna de que tanto se orgulham os cidadãos estadunidenses. Os sinais estão nas notícias diárias: revelações de acordos secretos, tentativas de ajuda aos “contras”, que violam as leis internacionais e nacionais, e campanhas de desinformação elaboradas pela Casa Branca para enganar o povo norte-americano.

A maior ameaça para os Estados Unidos não é a mudança no Terceiro Mundo, mas um governo, em Washington, que teme tanto as transformações, que para impedi-las está disposto a sacrificar os princípios democráticos que nos são tão caros. ●

\* O dr. Kevin Danaher é pesquisador do Instituto de Alimentação e Desenvolvimento de São Francisco. É co-autor do livro “Betraying the National Interest” (Traindo os Interesses Nacionais) um estudo sobre a natureza e repercussão da ajuda externa norte-americana, no qual se baseia esse artigo.



No desfile de despedida, em Luanda, soldados cubanos levam crianças angolanas aos ombros

## Começa a retirada das tropas cubanas

Num gesto de boa vontade, Angola e Cuba antecipam saída do primeiro contingente das tropas internacionalistas que ajudaram a derrotar as agressões do regime racista desde 1975

**E**rnesto Che Guevara foi lembrado em 10 de janeiro, em Luanda, durante o comício popular com que as autoridades angolanas resolveram marcar, para a História, a saída do primeiro contingente de internacionalistas cubanos que, nos últimos treze anos, ajudaram o país a enfrentar as agressões sul-africanas.

Falando perante milhares de pessoas concentradas no largo Primeiro de Maio, o mesmo local onde, em 1975, foi proclamada a independência, o presidente José Eduardo dos Santos recordou que as ligações históricas entre os povos angolano e cubano datam dos primeiros tempos da luta de libertação nacional, quando o Che esteve durante vários meses com os guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de

Angola-MPLA, "articulando uma estratégia global, que visava ao desenvolvimento do processo revolucionário no Terceiro Mundo".

Os primeiros 450 internacionalistas deixaram Luanda na presença do general brasileiro Péricles Ferreira Gomes, comandante da Missão de Verificação das Nações Unidas. Eles faziam parte de um grupo de três mil soldados cubanos que regressarão para casa até 1º de abril, no âmbito dos acordos de paz assinados em 22 de dezembro de 1988, em Nova Iorque, entre Angola, Cuba e África do Sul, após oito meses de negociações mediadas pelos Estados Unidos.

Segundo os acordos, a África do Sul compromete-se a dar a independência à Namíbia num prazo de sete meses, em troca da retirada cubana de Angola em

27 meses. O processo de independência da Namíbia, que terá como base a Resolução 435 das Nações Unidas, inicia-se em 1º de abril. A saída de três mil soldados antes dessa data foi definida pelas autoridades angolanas e cubanas como "um gesto de boa vontade" destinado a "assinalar a seriedade e a boa fé" dos dois países.

### Defesa do país

José Eduardo dos Santos destacou a contribuição cubana na defesa de Luanda, em novembro de 1975, na véspera da proclamação da independência.

"Os primeiros contingentes - disse - eram transportados diretamente do aeroporto para as frentes de combate, em Kifangondo e no Ebo", linhas que os

exércitos do Zaire e da África do Sul tentavam romper a todo custo, para chegar à capital antes da data da independência. "É esta solidariedade, de novo tipo, que os nossos inimigos preferem não compreender", afirmou o presidente.

Eduardo dos Santos sublinhou que, graças aos acordos de Nova Iorque, o regime do *apartheid* aceitou, finalmente, aplicar a Resolução 435 das Nações Unidas, "depois de décadas de ocupação ilegal e das mais diversas formas de chantagem e pressão". Para ele, "isso se deve à contribuição decisiva de Angola e de Cuba".

O presidente angolano anunciou a construção de um monumento, em memória dos combatentes internacionalistas tombados no país, e de um ou-

tro, em homenagem à batalha de Cuito Cuanavale, pequena, mas estratégica localidade situada no sudeste de Angola. Foi depois da derrota nessa batalha, chamada "Waterloo Africano", que, em maio de 1988, Pretória se sentou pela primeira vez à mesa das negociações, em Londres, com representantes de Angola e de Cuba.

#### Internacionalismo

Em 9 de dezembro de 1988, em um quartel na Funda, a 50km de Luanda, 34 oficiais, sargentos e soldados das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba foram distinguidos com a "Medalha de Serviços Prestados na Defesa da Pátria Angolana", concedida pela Assembleia do Povo, o parlamento do país. As me-

dalhas foram entregues em cerimônia, à qual esteve presente também o general Ferreira Gomes, do Brasil.

"O povo angolano está a viver um momento alto da sua História e do internacionalismo proletário", afirmou, na ocasião, o ministro da Defesa de Angola, general Pedro Maria Tonha Pedalé. Ele afirmou que os combatentes cubanos "não só ajudaram o povo angolano, como também deram ao mundo o exemplo mais vivo do internacionalismo proletário registrado na história contemporânea".

Nesse mesmo dia 9, uma declaração emitida pelo escritório político do MPLA - Partido do Trabalho, assinalava: "Ao regressarem triunfalmente à sua pátria, as tropas internacionalistas cubanas fazem-no com a confiança de terem cum-

## Cuito Cuanavale inspira combatentes

A derrota do exército sul-africano em Cuito Cuanavale, em Angola, constitui fonte de inspiração para forças democráticas em luta contra o regime do *apartheid* na África do Sul, comentou, em Londres, Mohammed Valli, secretário-geral da Frente Democrática Unida-FDU, movimento anti-racista sul-africano.

Valli, que passou pela capital inglesa em trânsito para os Estados Unidos, frisou que as tropas sul-africanas foram "humilhantemente derrotadas" pelas forças angolano-cubanas, sendo esse o motivo da retirada e não em função de qualquer mudança de atitude do regime de Pretória ou persuasão de alguns países ocidentais.

O líder da FDU considerou as últimas evoluções da situação no sudoeste da África dão um novo impulso à corrente das forças anti-*apartheid* dentro da África do Sul, porque, por um lado, "o nosso povo acredita agora que a nossa liberdade está muito próxima e pode ser conquistada", e, por outro lado, o processo em curso na região "desmoraliza e enfraquece a minoria branca".

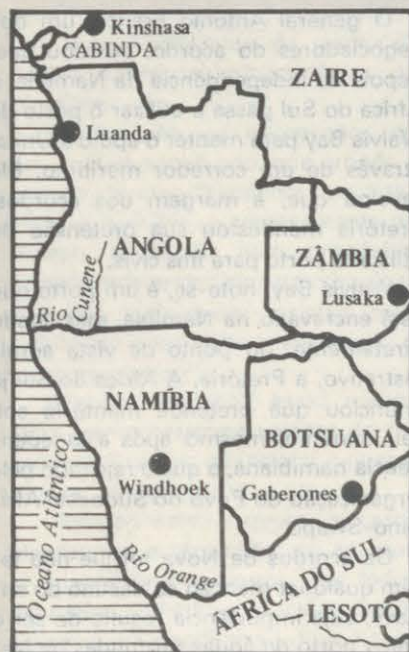
"A paz em Angola e a indepen-

dência da Namíbia provam que a correlação de forças na África Austral pende cada vez mais a favor das forças democráticas e isso significa, automaticamente, que a posição dos

que lutam pela liberdade na África do Sul torna-se cada vez mais forte", observou.

O dirigente da UDF acrescentou que o regime do *apartheid* tem-se desarticulado cada vez mais, como resultado da intensificação da luta, posicionando-se alguns do lado das forças democráticas, enquanto outros, desesperadamente se juntam a "agrupamentos ultra-racistas como a AWB", dirigida por Andries Teurnicht.

Valli, que viaja com o secretário para propaganda da UDF, Murphy Morobe, aproveitou a passagem por Londres para contatos com autoridades, como a vice-ministra dos Negócios Estrangeiros para Assuntos Africanos, Linda Chalker, e o secretário-geral da Commonwealth, Shridath Ramphal. Valli e Morobe são os únicos membros do comitê executivo da FDU ainda em liberdade, após terem conseguido, em setembro de 88, escapar da prisão, onde haviam passado 14 meses sem julgamento, e refugiar-se no consulado norte-americano, em Joanesburgo, de onde saíram com garantias de que não voltariam a ser detidos.



Derrota sul-africana trouxe a paz à região

## ÁFRICA

prido o seu dever, ao lado de um povo irmão, com o qual possuem laços históricos e culturais profundos”.

A saída dos primeiros militares cubanos de Angola foi acolhida com satisfação na África do Sul. A emissora oficial do país reconheceu, que “o início da retirada dos soldados cubanos significa que Cuba e Angola estão a dar sua contribuição para o processo de paz”.

A disposição pacífica das autoridades de Luanda foi reafirmada, em Lisboa, pelo embaixador de Angola acreditado na capital portuguesa. Em entrevista ao jornal “Página Um”, Mawete João Baptista declarou, enfaticamente: “Do lado da República Popular de Angola, nunca haverá tentativa de violar esse acordo”.

O vice-ministro angolano da Defesa, general Antonio França Ndalú, um dos negociadores do acordo de Nova Iorque, disse estar convicto de que a África do Sul também vai cumprir os entendimentos assinados, pois “percebeu que a política de confrontação não levou a lugar nenhum”. Segundo ele, “só com paz os sul-africanos poderão ter um lugar na região, na África e no mundo”.

O oficial angolano explicou que o alto custo da retirada completa das tropas cubanas do país (800 milhões de dólares) se deve, fundamentalmente, à necessidade de construir uma série de infra-estruturas para permitir essa retirada nos prazos combinados. Ndalú mencionou, a título de exemplo, a construção de duas pistas de aviação ao norte do paralelo 13 e de novos alojamentos, para acolher as unidades que se retirarão do sul de Angola.

Esclareceu ainda que a retirada cubana será por unidades, o que implica a saída de homens e meios materiais. Acrescentou que, como os prazos para a retirada dos cubanos foram definidos no âmbito de um acordo internacional, Angola solicitou ajuda ao exterior para cobrir os gastos com essa operação. “Mas – sublinhou – nunca fizemos depender a saída dos cubanos da obtenção do dinheiro”.

### Unita

A estrutura militar de Jamba, o quartel-general da Unita, na fronteira com a Namíbia, “acabará por si pró-



José Eduardo: fim da chantagem de Pretória

pria”, disse o vice-ministro Ndalú.

Em entrevista à agência portuguesa Lusa, Ndalú disse também ser impossível a transferência de Jamba para outro ponto do território angolano. “Naquela região remota, que se encontra no perímetro de defesa de uma base militar sul-africana, é que foi possível montá-la”, explicou.

A província de Kuando Kubango, no sudoeste de Angola, onde se localiza Jamba, é uma região longínqua, semi-árida e praticamente despovoada, a que os portugueses chamavam, antes da independência, “terras do fim do mundo”. O apoio sul-africano à Unita deve cessar agora, no quadro dos acordos de paz assinados em Nova Iorque. Nos termos do acordo, Angola e África do Sul comprometeram-se a não permitir a utilização dos seus territórios como trampolim de agressões ao outro Estado.

O general Antonio França, um dos negociadores do acordo, duvidou que, depois da independência da Namíbia, a África do Sul passe a utilizar o porto de Walvis Bay para manter o apoio à Unita, através de um corredor marítimo. Ele revelou que, à margem dos acordos, Pretória manifestou sua pretensão de utilizar o porto para fins civis.

Walvis Bay, note-se, é um porto que está encravado na Namíbia, mas ligado diretamente, do ponto de vista administrativo, a Pretória. A África do Sul já anunciou que pretende mantê-lo sob seu domínio, mesmo após a independência namibiana, o que é rejeitado pela Organização do Povo do Sudoeste Africano-Swapo.

Os acordos de Nova Iorque não fazem qualquer menção ao destino do enclave, cuja importância resulta de ser o único porto de águas profundas da Namíbia.

Em Lisboa, o embaixador angolano Mawete João Baptista reiterou a rejeição do governo de Angola a qualquer



Pieter Botha: enfarte o afastou do poder

aproximação com os contra-revolucionários chefiados por Jonas Savimbi. Ele reiterou que a paz em Angola depende de fatores externos. “Sem o apoio do exterior, a Unita desaparecerá”, declarou o diplomata, em entrevista ao jornal “Primeira Página”.

Baptista descreveu os esforços do governo angolano para promover a harmonização nacional no país, com base na lei de anistia aprovada em 25 de dezembro de 1988. De acordo com essa lei, todos os opositores ao regime poderão ser reintegrados na sociedade, desde que deponham as armas e aceitem as leis e os órgãos de poder constituídos.

A única exceção feita pelas autoridades é o chefe da Unita, acusado de ser responsável pela ligação com a África do Sul e pela guerra que até hoje o país teve de suportar. “Savimbi jamais terá coragem de entrar em Angola, porque está consciente dos crimes que praticou contra o povo angolano”, disse o embaixador em Lisboa. ●

Informações fornecidas pelo serviço noticioso Angop



Havana: Soldados no desembarque

## Swapo denuncia manobras sul-africanas



Nujoma: alerta contra as tentativas de Pretória para impedir libertação

□ O regime racista sul-africano vem instalando, na faixa de Caprivi, no norte da Namíbia, grupos de terroristas pertencentes à Unita para confundi-los com refugiados namibianos.

A denúncia foi feita em Harare, pelo representante da Organização do Povo do Sudoeste Africano-Swapo, no Zimbábue, Nyaula Kapuka, que revelou serem elementos da UNITA portadores de identificação namibiana.

O representante da Swapo indicou que essa manobra do regime racista visa a permitir a continuação da ajuda de Pretória aos grupos da Unita, que utilizam a região fronteiriça como trampolim para sua infiltração no sul de Angola.

### Fraudar eleições

Segundo o dirigente nacionalista namibiano, os elementos da Unita, portadores de carteira de identidade namibiana serão também utilizados para votar contra a Swapo, durante o processo eleitoral previsto ao abrigo da resolução 435/78, da ONU, sobre a independência do território.

Além de angolanos, as autoridades racistas estão utilizando cidadãos sul-africanos e alguns de Botsuana,

que estão sendo instalados nas zonas de Kumbi, Kuanhama, Kavango e Caprivi.

Existem informações de que muitos desses cidadãos estão também sendo integrados na Polícia, para incrementar as unidades da Koevoet, no momento em que os Estados Unidos buscam reduzir o número de efetivos da Untag, força da ONU encarregada de supervisionar a implementação da resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia.

Comentando as declarações de um político namibiano, que propôs a criação de uma "república" no interior da Namíbia, o representante da Swapo condenou esse propósito, qualificando-o de "sinistra maquinação das autoridades racistas, para balcanizar o território e desintegrar o povo namibiano".

Kapuka identificou essas manobras como tentativas veladas do regime de Pretória de instalar a guerra civil no nosso país.

"Não podemos esquecer os casos de Angola e Moçambique, em que o imperialismo procurou, por todos os meios, impedir a ascensão destes países à independência", disse Kapuka. Ele exortou a comunidade internacional a condenar firmemente os

desígnios secessionistas na Namíbia, principalmente em relação à faixa de Caprivi.

### Recrutamento

A Swapo condenou o alistamento, pelo regime sul-africano, de novos recrutas para a chamada força territorial namibiana, SWATF.

Num comunicado distribuído na capital inglesa, a Swapo revela que mais de 3 mil recrutas farão um treino básico, antes de ingressarem no exército sul-africano de ocupação ilegal da Namíbia, não obstante o aparente compromisso de Pretória em cooperar na implementação da resolução 435, com início previsto para abril próximo.

"Nada justifica novos alistamentos para o exército de ocupação do regime racista, se Pretória tem a genuína intenção de cumprir o plano da ONU para a independência da Namíbia", diz o comunicado.

O plano preconiza o aquartelamento das forças do exército sul-africano na Namíbia e o desmantelamento da chamada força territorial. A organização nacionalista namibiana considera que tais alistamentos demonstram a "insidiosa intenção" de Pretória em sabotar a implementação da resolução 435, ou de preparar forças para jogarem um papel separatista durante o processo eleitoral. Denunciou, em particular, os planos de criação da chamada República de Reoboth, no sul da Namíbia, alimentados pelo regime sul-africano.

A Swapo exortou a comunidade internacional, no sentido de exigir que Pretória ponha imediatamente fim a tais recrutamentos, que "são claramente incompatíveis com o compromisso de cooperar na implementação da resolução 435".

No dia 16 de janeiro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou resolução, reiterando os termos da resolução 435 e exigindo a imediata redução da presença militar sul-africana na Namíbia.

## O país silencioso



A Albânia é um país de pastores e camponeses, onde a primeira regra é o rigor ideológico do regime

**Há 45 anos os preços não se alteram. A religião é proibida, mas as igrejas e capelas estão sendo restauradas para funcionarem como museus. Seria um discreto processo de abertura?**

*Edouard Bailby\**

**C**om o rebuliço causado pela "perestroika", na União Soviética, e a súbita melhora das relações entre Moscou e Washington, há uma pergunta inevitável: será que na Albânia algo está mudando também?

Encravado entre a Iugoslávia e a Grécia, esse pequeno país de três milhões de habitantes tem vivido praticamente isolado do resto do mundo. Depois da Segunda Guerra Mundial, rompeu sucessivamente com a Iugoslávia, a União Soviética e a China Popular, seus três principais aliados ideológicos. "Comeremos capim, se for necessário, mas não abdicaremos da nossa inde-

pendência", costumava dizer Enver Hoxha, o número um albanês, morto em 1985. De fato, a República Popular Socialista da Albânia preferiu renunciar à ajuda dos seus antigos aliados, aferrando-se à tese marxista-leninista da ditadura do proletariado.

Estive na Albânia pela primeira vez em 1971. Repórter da revista "L'Express", em Paris, eu consegui, depois de prolongadas negociações, um visto de jornalista para entrar no país. Naquela época, foi um acontecimento na imprensa européia, pois, antes de mim, apenas meia dúzia de jornalistas ocidentais haviam obtido um visto das autoridades de Tirana.

Dezessete anos depois, a pedido da revista francesa "Géo", ali estive pela segunda vez integrando um pequeno

grupo de turistas, com visto coletivo. Durante uma semana percorri o país de norte a sul, numa distância de 450km, utilizando um ônibus da empresa estatal de turismo. Não havia outro meio de transporte disponível. Com efeito, os carros particulares continuam proibidos, por serem o símbolo do "egoísmo capitalista", e, além do mais, nenhum estrangeiro pode viajar sozinho pelo interior, sendo praticamente impossível conseguir hospedagem com famílias albanesas.

No entanto, qualquer turista ocidental pode visitar hoje a Albânia. Basta que pague suas despesas de transporte e estadia durante uma semana (cerca de 700 dólares), numa agência de viagens da pequena cidade de Caen, no interior da França. Não é mais necessário ser



militante de um partido marxista-leninista favorável ao regime de Tirana.

A verdade é que a Albânia está se abrindo timidamente ao exterior. Foi assim que, em 1988, mais de 12 mil turistas ocidentais, dos quais 600 franceses, puderam visitar o país. Do leste europeu, nenhum! "Dessa gente nada esperamos: nem ajuda nem compreensão pelos nossos problemas", afirmam os oficiais encontrados ocasionalmente. Apesar do recente agravamento das relações com a Iugoslávia, por causa do problema da minoria albanesa do Kosovo, um pequeno grupo de turistas albaneses foi autorizado a visitar o sul da Iugoslávia, pela primeira vez em muitíssimos anos.

#### As fronteiras individuais

Quem entra na Albânia de ônibus – e este é o caso da grande maioria dos turistas – vê logo que esse país com menos de 30.000km<sup>2</sup> se sente agredido. Ao longo do litoral, nos campos, em torno das aldeias e das cidades, na entrada das fábricas, há milhares de fortins individuais feitos de terra e concreto. Construídos no final da década de 1960, depois da intervenção soviética na Tchecoslováquia, têm uma forma arredon-

dada e podem receber apenas um combatente com seu fuzil ou metralhadora. É difícil imaginar que possam resistir por muito tempo ao ataque de um exército moderno. Mas, provam que o culto da resistência ao invasor estrangeiro continua enraizado na população.

Aliás, em toda a sua história, a Albânia conheceu inúmeras invasões, sendo a mais cruel a dos turcos, que durou mais de cinco séculos. Com exceção de 25 anos de independência nacional, no século XV, esse pequeno país balcânico só ficou verdadeiramente livre do jugo estrangeiro entre as duas guerras mundiais e depois de 1944, quando os guerrilheiros de Enver Hoxha, professor no liceu francês de Korça, conseguiram expulsar do país os ocupantes nazistas, sem nenhuma ajuda do exterior, o que foi um caso único. Daí, o forte sentimento nacionalista do povo albanês.

Antes de 1944, a Albânia era o país mais atrasado da Europa: mais de 80% de analfabetos, nenhuma universidade, pouquíssimos médicos e dentistas, algumas salas de espetáculos. Não havia nenhuma estrada-de-ferro. Apesar dos progressos realizados nos últimos 45 anos, a Albânia continua pobre, comparado com o resto do continente europeu. No entanto, acabou a miséria, to-

dos têm trabalho remunerado e a saúde é gratuita.

Ao percorrer o interior do país, não encontrei nenhum mendigo nem crianças famintas. Quitandas e lojas, geralmente de aparência modesta, oferecem todos os produtos de primeira necessidade, sem que ninguém tenha que enfrentar filas por duas ou três horas, como na União Soviética. Na rua, as pessoas andam corretamente vestidas, mas as mulheres não usam jóias ou artigos de fantasia. Quanto às crianças, nenhuma tem, como em nossos países, brinquedos de plástico. São os próprios pais que fabricam carrinhos com barbantes e arames, ou bonecas com trapos velhos.

Salvo o monumento ao herói da independência no século XV, o famoso Skanderberg, que derrotou com rebanhos de cabras o exército turco, e o túmulo de Enver Hoxha, nas alturas de Tirana – ambos os monumentos imponentes mas singelos – não vi nenhuma obra de arte espalhafatosa. A Albânia é um país de pastores e camponeses que vivem modestamente. Os edifícios residenciais, mesmo que ofereçam o essencial para seus inquilinos, são mal acabados e lembram mais os subúrbios das cidades do Terceiro Mundo. É difícil encontrar uma casa luxuosa, algo que di-



fierencie os altos funcionários do Estado ou do Partido do restante da população. Fiel a seu rigor ideológico, a Albânia não admite diferenças de salários: estes variam de 500 leks por mês a 1.000 leks no máximo, isto é, uma proporção de 1 para 2. Os próprios oficiais do exército popular não se diferenciam dos soldados pela farda: apenas uma estrela a mais ou a menos.

Sem carros, a não ser os veículos oficiais dos ministérios e das repartições públicas, com poucos ônibus e motocicletas, a Albânia é um país silencioso. No final da jornada de trabalho, as estradas são ocupadas por pedestres, carneiros, vacas, caminhões e dezenas de bicicletas. É um espetáculo que não existe mais no resto da Europa. Nos campos, pouquíssimos tratores ou máquinas modernas: todo o trabalho é feito à mão, essencialmente pelas mulheres, ao passo que os homens são empregados, em sua maioria, nas fábricas. À meia-noite, no centro de Tirana (250.000 habitantes), vi do quarto do hotel um homem que, sozinho, varria metodicamente a praça. Era tão cuidadoso, que cada vez que passava uma pessoa, procurava apagar novamente os passos do último pedestre da noite. De dia também a capital da Albânia é uma cidade pacata, silenciosa, que vive fora do ritmo neurótico das nossas metrópoles ocidentais. Poluição não ha, acidentes de tráfego menos ainda. A única novidade que percebi em 17 anos foram dois semáforos no centro de Tirana, um hotel moderno de 15 andares e museus para recordar a extraordinária história do povo albanês. Até hoje continua de pé a estátua de Stálin frente à de Lênin, em ambos os lados da Avenida dos Heróis.

#### A religião proibida

Continua proibida ao público a principal mesquita de Tirana. Depois que todas as igrejas, capelas, mesquitas e sinagogas da Albânia foram oficialmente fechadas nos anos 60, por um decreto do governo, não há mais um templo religioso aberto.

No norte do país, a catedral de Skodra, uma das principais igrejas católicas do sudeste europeu, foi transformada

em centro esportivo. Em Durrës, estação balneária no mar Adriático, a mesquita da cidade virou casa de cultura, com pista de danças. Em Beirat, pequena cidade do interior, ao sul de Tirana, vi como o andar térreo da principal mesquita está ocupado por dois armazéns. Hoje, a Albânia talvez seja o único país do mundo onde a religião é proibida por lei. A única Bíblia disponível se encontra na Biblioteca Nacional de Tirana. Entretanto, antes do regime popular-socialista, a Albânia contava com cerca de 70% de muçulmanos. O restante da população era ortodoxa no sul e católica no norte.

No entanto, as autoridades albanesas



A águia albanesa

estão procurando restaurar, de uns anos para cá, as principais igrejas e capelas ortodoxas do país, transformadas em museus abertos ao público. Na entrada, há sempre uma frase de Enver Hoxha para lembrar, independentemente de qualquer diferença ideológica, a importância do patrimônio nacional. Ouvi dizer que, na pequena cidade de Korça, no sudeste do país, estão sendo restaurados seis mil ícones, que futuramente serão expostos num museu. Na verdade, além das ruínas prestigiosas de Butrint e Apolônia, deixadas por romanos e gregos, a Albânia tem inúmeras igrejas, capelas e mesquitas que atestam o papel fundamental da religião na consolidação da cultura nacional. O mais antigo documento escrito em língua albanesa, até hoje descoberto, começa com estas palavras: "Em nome do pai, do filho e do espírito santo..."

A República Popular Socialista da Albânia não é diferente do resto do

mundo só porque a religião foi varrida da Constituição, e seu culto público proibido. Tem outra característica que, nesta época de inflação no Brasil, toma proporções inacreditáveis: é o único país do mundo onde não tem havido qualquer aumento de preço dos gêneros de primeira necessidade, nos últimos 45 anos!

#### País sem inflação

Parece inacreditável, mas é assim mesmo. Melhor ainda: o preço do açúcar baixou ultimamente de 10 leks o quilo para 8 leks. Mais: todos os salários foram progressivamente aumentados depois da Segunda Guerra Mundial, e as diferenças entre o salário máximo e o salário mínimo foram reduzidas. Para os partidários do liberalismo capitalista, essa situação é totalmente absurda. Mas, independente de toda opinião pública, vale a pena saber como e por que um país conseguiu, em 45 anos, bloquear todos os preços, sem provocar uma catástrofe econômica e financeira.

É verdade que a Albânia vive ainda de recursos que podem parecer arcaicos. Foi assim que os 350km de estradas de ferro foram construídos por brigadas voluntárias de jovens. Estas mesmas brigadas, no sul do país, plantaram nas encostas da serra milhares de vinhedos e oliveiras. Hoje a República Popular Socialista da Albânia continua sendo um país agrícola que exporta vinho, azeitonas, nozes, ovelhas para o resto da Europa, mas é também o terceiro produtor mundial de cromo, depois da União Soviética e da África do Sul. Graças ao potencial hidrelétrico, exporta energia para cinco países da Europa, inclusive a Áustria, e já pode exportar petróleo.

Em 1989, a Albânia participará de conferências ministeriais no sudeste europeu. Veremos se esse país, que mantém relações com mais de 100 nações no mundo, quer abrir suas fronteiras, sem abdicar da sua independência. ●

\* Edouard Bailby é um destacado jornalista francês, colaborador permanente de grandes revistas e jornais europeus. Entre 1948 e 1963 viveu e atuou no Brasil, onde trabalhou em várias publicações, principalmente na redação de "O Semanário", o prestigioso jornal nacionalista dirigido por Oswaldo Costa.



A Opep passou o ano de 88 atrás de um acordo de produtores, para melhorar preços, sem grande sucesso

## Tempos difíceis para o mundo árabe

Os países árabes, incluindo os que não integram a Opep, estão sofrendo as consequências da diminuição de rendas de exportação de petróleo, somada ao gasto desmedido nos anos de apogeu econômico

Ismail-Sabri Abdalla

A primeira crise que o mundo petrolífero enfrentou sobreveio em março de 1983, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo-Opep resolveu baixar em 15% o preço de referência do produto, e reduzir em 50% a produção. A segunda foi em 1985, quando a Arábia Saudita começou a aumentar sua produção: o preço do petróleo caiu a menos de 10 dólares o barril, o que em termos reais significou retroagir aos preços de 1974.

Agora, os países da Opep estão tentando estabilizar novamente o preço do petróleo em 18 dólares/barril, quase a metade do preço de 1979. Mas, a redução da produção exigida implica tam-

bém uma retração nas rendas.

As rendas da Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes juntos baixaram de 186 bilhões de dólares, em 1982, para 51 bilhões, em 1983, e 6 bilhões, em 1985.

### Uma porção do bolo

Um dos primeiros resultados foi que os exportadores menores ficaram excluídos do mercado. Embora as exportações da Síria, Egito e Tunísia sempre tenham sido modestas, chegaram a estimular bastante suas economias nacionais, devido ao preço elevado do petróleo: no início da década de 1980, a exportação de petróleo se converteu na principal fonte de divisas, tendo representado quase 50% do valor total das exportações. Atualmente essa fonte de divisas praticamente desapareceu, e a

produção petrolífera da Síria e do Egito cobre apenas as necessidades do mercado interno.

Poderia parecer que essa queda de preços redundava em benefício dos Estados árabes não-produtores de petróleo. Mas não é tanto assim, porque através dos fluxos financeiros e das migrações de trabalho, todos os países árabes não-exportadores de petróleo tiveram sua porção, grande ou pequena, do "bolo" petrolífero.

A Arábia Saudita e os países do Golfo, Líbia e Iraque, importaram milhões de trabalhadores durante a "febre do petróleo", metade deles proveniente do Egito, Iêmen (do Norte e do Sul), Sudão, Síria, Líbano, Jordânia e Palestina.

As ondas migratórias de trabalhadores, a partir de 1974, foram seguidas

de uma corrente de remessas que fortaleceram as economias dos países exportadores de mão-de-obra.

O caso extremo, nesse aspecto, ocorreu no Lêmen do Norte, onde as remessas totalizaram 1,84 bilhão de dólares em 1981, enquanto que o valor total das exportações domésticas chegava a apenas 176 milhões de dólares.

Em 1981, a Escócia recebeu 64 milhões de dólares, comparados aos 114 milhões de dólares do total das exportações. No Sudão, no ano fiscal 1982/83, os emigrados mandaram 415 milhões de dólares, enquanto o total das exportações não chegou aos 733 milhões de dólares.

No Egito, as remessas tiveram sua

Em meio à guerra civil e à luta contra a fome em grande parte do seu território, o Sudão deve cobrir uma dívida de 5,7 bilhões de dólares, e, simultaneamente, acolher os trabalhadores sudaneses emigrados para os países do Golfo e que agora retornam ao país.

A Argélia, devido à sua população numerosa e recursos petrolíferos relativamente limitados, nunca conheceu a abundância que os países do Golfo viveram. No entanto, os serviços de sua dívida eram cobertos pelas rendas das exportações de petróleo e de gás. Seu problema agora é cobrir com os serviços da dívida contando com outros recursos. Recentemente, o governo adotou uma série de medidas, entre as quais

negócios. Em vários países, o sistema bancário se viu afetado pela deterioração dos negócios e pelo fechamento de sucursais de bancos internacionais. O êxodo da mão-de-obra estrangeira redundou em diminuição do consumo e da demanda de habitações.

### Crise social

A recessão está aí. Segundo previsões da OCDE, não há evidências significativas que permitam abrigar a esperança de que a situação melhore antes de 1990-92.

A ameaça de mal-estar social e tensão política é maior nos países de renda média, densamente povoados, e com poucas reservas petrolíferas. O Egito está na situação mais grave, com a queda das remessas dos trabalhadores, das rendas do Canal de Suez, do valor de suas exportações de petróleo e com os serviços da dívida, que chegam a 42% das rendas das exportações.

Vários países estão negociando o refinanciamento de suas dívidas. O Marrocos assinou recentemente um programa de estabilização com o FMI.

O impacto social dessas políticas de ajuste deveria ser avaliado levando-se em conta o perfil de pobreza de cada país. Segundo os Indicadores Sociais de Desenvolvimento, do Banco Mundial, 20% da população urbana e 15% da população rural da Tunísia, e 20% e 25%, respectivamente, do Egito e do Marrocos vivem abaixo do nível de pobreza absoluta. Não há indicadores de que a situação seja melhor em qualquer dos outros países desse grupo.

Os mais afetados são os países mais pobres, com um PNB per capita inferior a 500 dólares. Alguns estão assolados pela fome, todos estão endividados e todos estão afetados pelo corte de ajuda dos países do Golfo.

Por último, a exploração financeira e as tensões sócio-econômicas e políticas afugentaram os capitais locais. Os homens de negócio queixam-se das poucas oportunidades de investimento, das severas políticas fiscais e da instabilidade política. Portanto, preferem investir no exterior.

\* Ismail Sabri-Abdalla é economista e presidente do Fórum do Terceiro Mundo, com sede no Cairo, Egito.



Subroto, secretário-geral, relata crise da Opep, e o nigeriano Lukman se desespera

expressão máxima no ano fiscal 1983/84, quando chegaram a 3,931 bilhões de dólares, mais que as exportações de petróleo (2,964 bilhões de dólares), e aproximadamente o mesmo valor que o restante das exportações.

Infelizmente, a ilusão de prosperidade levou muitos países relativamente pobres a transgredir os critérios de uma administração financeira sensata. Endividaram-se desmedidamente e agora têm que enfrentar o pagamento de numerosos serviços.

### Agora, a dívida

O Egito teve que pagar, por uma dívida acumulada de 38 bilhões de dólares, a impressionante soma de 4,2 bilhões de dólares pelo serviço da dívida.

estão uma abertura maior para o setor privado e o corte dos gastos públicos.

### Ajuste e austeridade

Os principais exportadores de petróleo evitam a palavra "recessão", mas suas medidas de "ajuste" têm o rosto familiar da austeridade. Os cortes nos investimentos públicos, a baixa de salários e as drásticas reduções nas importações impuseram de fato a recessão a suas economias.

Nos países do Golfo, o setor privado historicamente cresceu no setor terciário: comércio, finanças, bens imóveis e construção, onde os governos foram os maiores clientes. A redução do gasto público afeta os empresários e firmas importantes tiveram que retirar-se dos

# Volta o protecionismo

A negativa da CEE em assumir qualquer compromisso, que a obrigue a eliminar os subsídios à agricultura, provocou o fracasso da conferência do Gatt, realizada em Montreal, e pode gerar uma guerra comercial entre a CEE, os EUA e o Japão, enquanto as reivindicações do Terceiro Mundo continuam esquecidas



EUA e Europa roubaram a cena e a vez do Terceiro Mundo

Pablo Piacentini

A maior negociação da história do comércio mundial resultou em um fracasso que faz temer a intensificação do protecionismo e a guerra de mercado entre os países desenvolvidos. Nessa perspectiva, os países do Terceiro Mundo vêem esfumarem-se as tênues possibilidades de que sejam revistos alguns aspectos de um comércio desigual, que os desfavorece.

A conferência ministerial de revisão da Rodada de Conversação Uruguai de Negociações Multilaterais do Acordo Geral de Tarifas e Comércio - Gatt - apontava, sob essa denominação quase indecifrável, justamente o contrário. Ou seja, a liberalização do comércio mundial, por meio de concessões recíprocas entre os diferentes países, entendendo que deveriam ser consideradas medidas para corrigir algumas das desigualdades que prejudicam os países subdesenvolvidos.

Mas, o fracasso de Montreal contraria as esperanças depositadas nessas negociações, pois não só faz temer que

não se consigam os objetivos ao final da rodada, daqui a dois anos, como também que sua consequência imediata seja um recrudescimento da guerra comercial entre as potências industrializadas: Estados Unidos, CEE e Japão.

## Alcance universal

A Rodada de Conversações Uruguai teve realmente alcance universal, tanto

pelo número de países participantes (103 delegações ministeriais compareceram a Montreal), como pelos temas que analisou. Os principais assuntos em discussão foram a agricultura e os têxteis, bem como dois temas que interessavam particularmente aos Estados Unidos, aos quais, em geral, resistem os países subdesenvolvidos: os serviços e o regime de propriedade intelectual.

As nações do Terceiro Mundo, por sua vez, propiciaram que se introduzisse a relação entre comércio, dívida externa e assuntos financeiros.

Estes temas foram agrupados em quinze pontos e, ao final das deliberações de Montreal, chegou-se a traçar esboços de acordo, em torno de onze deles.

## Modelo de protecionismo

A princípio isso poderia parecer um ganho razoável, mas o veto entre a CEE e os Estados Unidos, sobre as subvenções agrícolas, fez naufragar a conferência e anulou o consenso sobre os onze pontos. Já que para cada participante as concessões em alguns campos deveriam contrabalançar as vantagens

obtidas em outros, somente um conjunto equilibrado poderia obter o consenso geral. À falta deste, a conferência terminou tal como havia começado.

A divergência sobre as subvenções agrícolas foi objeto de posições contrárias por parte dos Estados Unidos e da CEE. A Comunidade Européia lançou sua Política Agrícola Comum-PAC, que é um modelo de protecionismo, e distorceu as relações internacionais neste campo.

Criada com a finalidade de proteger seus agricultores e de alcançar a auto-suficiência regional, a PAC terminou por produzir excedentes agrícolas, que inundam o mercado mundial e prejudicam os produtores que não praticam a subvenção, tirando-lhes mercados e fazendo baixar as cotações de seus produtos.

Para sustentar esta situação artificial, a CEE investe as três quartas partes do orçamento comunitário. Os países da CEE admitem o princípio de que devem reduzir as subvenções, mas, na prática, só aceitam diminuições leves e graduais. Os Estados Unidos também aplicam fortes subvenções em favor de seus produtores rurais, mas sustentam que o fazem obrigados pela PAC. Postulam a abolição geral dos subsídios agrícolas. O resultado é que a CEE, os EUA e o Japão gastam anualmente 200 bilhões de dólares em subsídios.

## Fortaleza européia

Em Montreal, os Estados Unidos levaram ao máximo sua oposição à PAC, e seus representantes afirmaram que só aceitariam um acordo, no qual a CEE se comprometesse a eliminar completamente os subsídios, mesmo a longo prazo.

Os negociadores da CEE só se mostraram dispostos a aceitar uma redução gradual, mas genérica, da PAC, e acusaram os EUA de pretenderem a demo-

lição da Política Agrícola Comum.

Trata-se de um grave e complexo conflito de interesses. Os Estados Unidos têm um problema sério: os elevados déficits em sua balança comercial e no orçamento fiscal. Os subsídios agrícolas constituem um item importante no déficit do orçamento geral, e sua redução ou eliminação seria um alívio para Washington, grande importador agrícola.

Outro antecedente é a aproximação do ano de 1992, quando se modelará a unificação do Mercado Comum Europeu: a partir de então, dentro de toda a CEE circularão livremente mercadorias, capitais e pessoas. Existe o medo dos Estados Unidos de que a eliminação das fronteiras nacionais dentro da CEE, ou seja, a liquidação do protecionismo interno, seja acompanhada de um incremento do protecionismo externo. Assim, esses mercados europeus se fecharia ou se tornaria mais difícil para os produtores externos.

Esta é uma preocupação que todos os interlocutores da CEE externaram. Por isso mesmo, a conferência de Montreal era uma ocasião para comprometer os europeus a baixarem suas barreiras alfandegárias.

Os países do Terceiro Mundo são também partidários da liberalização agrícola. São produtores de café, açúcar, frutas tropicais e grãos. Seus interesses consistem em ter acesso sem restrições aos mercados mais ricos do planeta, e não podem permitir-se ao luxo de subvencionar seus produtores, já que carecem dos recursos necessários.

#### Protecionismo industrial

As tentativas de uma mediação entre os EUA e a CEE, que salvasse a conferência, não deram resultado. Por último, decidiu-se congelar todos os acordos e passar a totalidade do problema para uma comissão do Gatt, que se reunirá em Genebra em abril próximo. O futuro dessas negociações é incerto, sobretudo devido à intransigência até agora demonstrada pelos EUA e pela CEE.

Os debates de Montreal demonstraram que a maior parte dos problemas existentes pode ser objeto de acordos. No entanto, um dos maiores riscos está



Desde 1986, países pobres esperam acordo

em torno do Acordo das Multifibras. Trata-se de um pacto que limita, por meio de quotas, a entrada dos produtos têxteis do Terceiro Mundo – sobretudo asiáticos – nos países ricos: um exemplo de como os países industrializados im-



Clayton Yetter expõe argumentos dos EUA a R. Zerbino, do comitê de comércio do Gatt

põem barreiras para as manufaturas do Terceiro Mundo, quando estas entram em competição com as deles.

Outro exemplo são os acordos "voluntários" que os EUA exigem, quando, por exemplo, obrigam um exportador de aço a reduzir sua presença no mercado, sob pena de represálias comerciais.

Os países industrializados querem prolongar o Acordo das Multifibras, e resistem aos apelos de acabar com o protecionismo têxtil. Em relação à introdução dos serviços no âmbito do

Gatt – assunto que pareceu impossível de obter consenso, quando foi lançado pelos Estados Unidos – conseguiram-se avanços interessantes. Os países do Terceiro Mundo temiam, que se tratasse de um meio, pelo qual só se liberalizariam os serviços com alto conteúdo de capital, no que não têm condições de competir com as potências industrializadas. Conseguiram que fossem incluídos os serviços com alto conteúdo de mão-de-obra.

Quanto à relação da dívida com o comércio e os assuntos monetários, apesar da insistência do Terceiro Mundo, nem sequer foi considerada. E subsistem posições contrárias sobre o regime de propriedade intelectual, ou seja, o custo da transferência tecnológica (patentes, marcas etc.) do Norte para o Sul.

Por enquanto, dessa frustrante nego-

ciação mundial, apenas um pequeno ponto saiu imune da luta entre os ricos. No início das discussões, os europeus apresentaram uma proposta para liberalizar o ingresso de alguns produtos tropicais em seus mercados. Embora a proposta estivesse longe de satisfazer as reivindicações dos exportadores do Sul – e os Estados Unidos negaram-se a apoiá-la, a menos que se incluísse no pacote a abolição dos subsídios agrícolas – ficou consagrada como um acordo bilateral, entre a CEE e os exportadores beneficiados.

# O saque das riquezas andinas

Fonte de parte dos alimentos que circulam pelo mundo atualmente, a região andina tem sido sistematicamente despojada de valiosos produtos tradicionais, muitos dos quais já desapareceram, exportados e adaptados em outros países

Essma Ben Hamida\*

**A** Cordilheira dos Andes, na América do Sul, constitui um dos mais ricos centros de plantas e verduras do mundo, e contribuiu em muito para a cesta alimentícia do planeta. Mas a região enfrenta uma situação dramática: após milhares de anos de evolução, a grande experiência agrícola andina, bem como seu meio ambiente, vêm sofrendo uma destruição sistemática nos últimos quinhentos anos.

Muitos dos produtos básicos e outros supérfluos da dieta contemporânea — entre eles a batata, o milho, a mandioca, o tomate, o abacate, o abacaxi e a coca — foram cultivados nos Andes durante o período pré-incaico e mais tarde pelos próprios incas.



As lhamas, o transporte dos incas e das comunidades rurais de hoje



Peru: as comunidades andinas desenvolveram lavouras a 4 mil metros

A compreensão empírica de seu complexo meio ambiente possibilitou que as sociedades andinas desenvolvessem e acumulassem valiosas técnicas e conhecimentos perfeitamente adaptados às dificuldades topográficas e climáticas da região. Estabeleceu-se uma simbiose entre o povo, suas sociedades

comunais, e as plantas e o meio ambiente dos quais dependiam.

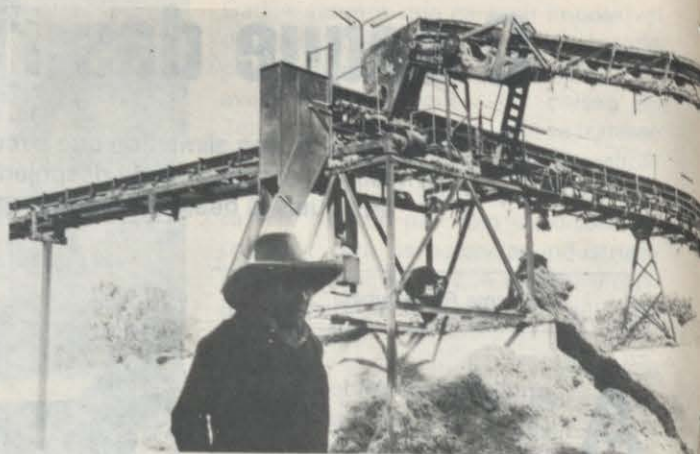
Foram desenvolvidas sofisticadas técnicas de produção e processamento de alimentos, como o sistema de terraços, a rotação de culturas, o uso de plantas como pesticidas, sistemas de irrigação, preservação e armazenagem de

alimentos. As práticas agrícolas criadas pelas sociedades andinas permitiram o acúmulo e a conservação de grande variedade de plantas autóctones. Como resultado, os incas conseguiram oferecer uma dieta equilibrada e rica em proteínas para uma população estimada em seis milhões de habitantes.

## Vontade da minoria

Atualmente, e depois do massacre sistemático que durante 500 anos açoiou a civilização ocidental, os conservacionistas dizem que esta relação praticamente se rompeu, e que as práticas ancestrais desapareceram quase por completo. A agricultura de subsistência foi substituída por uma agricultura com fins comerciais baseada na tecnologia, e os governos atuais já não são capazes de alimentar seus povos. Ao mesmo tempo, milhares de variedades andi-

\* Essma Ben Hamida é jornalista da Fundação Internacional de Incentivo às Práticas Alternativas-IFPA. Seus artigos são publicados pelo Serviço Especial das Nações Unidas



Se a região ganhou a cana-de-açúcar, perdeu muitas das suas culturas. O milho foi base alimentar dos andinos

nas foram destruídas.

A batata, cultivada pela primeira vez há milhares de anos nos altiplanos da Bolívia e do Peru, constitui o exemplo mais dramático da perda do legado alimentício dos Andes. Segundo os geneticistas, a região era o berço mais rico do mundo de gens de batata, com 4 mil a 6 mil variedades. Atualmente se cultivam menos de 300 variedades. As outras foram abandonadas pela introdução de novos alimentos importados, como o trigo, que competia com os cultivos tradicionais.

Estas variedades não desapareceram por motivos climáticos, mas como resultado "da vontade de uma minoria dominante", afirma Roberto Haudry de Soucy, economista que trabalha para o Ifad (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), com sede em Roma. E prossegue: "Essa minoria impôs um modelo de desenvolvimento, no qual alimentos como o trigo adquiriram destacado valor social".

Outras plantas foram exportadas para países como a Holanda, Polônia e EUA, onde se adaptaram. Atualmente, os países de origem estão pagando a importação dessas variedades "melhoradas".

O abacate e o milho são originários dos Andes. Foram tirados de seu habitat original e adaptados a outras condições climáticas. Ambos faziam parte da dieta inca, mas tiveram destinos diferentes — atualmente o abacate é considerado "artigo de luxo", enquanto o milho é usado nos países industrializados do norte, principalmente como ali-

mento para animais.

Mas, apesar do genocídio que exterminou quase completamente as comunidades indígenas, parte do seu legado foi preservada na memória coletiva das comunidades sobreviventes.

#### Desintegração

"Infelizmente, nos próximos cinco ou dez anos sua bagagem de conhecimentos estará sujeita a um processo de desintegração violenta", diz Mario Tapa, especialista em agricultura andina que trabalha com o Instituto Interamericano para a Cooperação Agrícola (IICA). "Vinte mil anos de conhecimento acumulado podem desaparecer na noite da história, por falta de motivação e apoio", adverte.

No entanto, especialistas crêem que os produtos nativos que permanecem intocados e sob os cuidados dos indígenas, nas montanhas andinas, são potencialmente capazes de lhes trazerem um considerável benefício econômico e nutritivo.

A lhama, a vicunha e a alpaca são exclusivas da Argentina, Bolívia, Chile e Peru. A lã e a carne destes três animais andinos têm um interesse especial para as comunidades indígenas, que têm exclusividade das técnicas de cuidado e tratamento. Esses animais, que foram os principais nos períodos pré-incaico e incaico, acabaram sendo substituídos pelo gado ovino e bovino, trazido pelos conquistadores espanhóis, e as técnicas para sua criação praticamente desapareceram.

Mas, são os únicos animais adaptados ao rigoroso clima das montanhas, e requerem pouca comida, em uma região onde a única vegetação são os pastos ralos. Proporcionam lã de ótima qualidade, e também carne. Além disso a lhama é amplamente utilizada como animal de carga, capaz de trabalhar a até 5 mil metros de altitude. Calcula-se que umas 100 mil famílias vivam diretamente da alpaca, e muitas mais indiretamente. Quanto à vicunha, restam somente 120 mil e teme-se que esteja em vias de extinção.

Há diversas plantas com propriedades que também lhes dão enorme valor potencial — quinua, kiwicha, oca, tarwi e inumeráveis plantas medicinais.

A quinua é um cereal com alto valor protéico — de 14 a 16%, comparável ao valor nutritivo do leite. Quanto ao tarwi, tem um dos maiores potenciais alimentícios dos Andes. Seus frutos contêm 30 a 48% de proteínas, e de 14 a 25% de óleo. A quinua adquiriu reputação mundial e já começou a ser exportada em quantidades cada vez maiores.

#### Exploração

Mas essas fontes de dinheiro efetivo, que poderiam beneficiar diretamente os índios, são açambarcadas pelos intermediários: mais uma vez o povo andino é despojado de suas riquezas, recebendo muito pouco ou nada em troca.

Há informes de que o estado do Colorado, nos EUA, está produzindo mais quinua do que a Bolívia e o Peru juntos. As transnacionais também estão inte-



ressadas nas valiosas culturas andinas, e a Nestlé já incorporou farinha de quinua em alguns de seus preparados.

Haudry de Soucy afirma: "Cada vez que se descobre um novo produto andino (ouro, prata, borracha, quinua), a população local é brutalmente explorada. Paradoxalmente, sua riqueza os conduz à pobreza".

Juan Estrada, economista peruano, acredita que a exploração dos produtos nativos deveria ser feita de acordo com uma estratégia apropriada. Ao contrário, ele prevê três grandes perigos: primeiro, que com a expansão da demanda comercial, os capitalistas monopolizem a produção e o comércio, e os indígenas percam o controle sobre seus produtos; segundo, que os agricultores pobres tendam a vender as colheitas que lhes dêem rendimento em dinheiro, o que, em caso de uma demanda significativa de produtos alimentícios que integrem sua dieta, é provável que esta se ressinta; o terceiro perigo é que, uma vez expostos à tecnologia moderna, a enorme variedade de produtos ficará reduzida a um número limitado que tenha o máximo valor comercial.

Haudry de Soucy acredita que não se devem poupar esforços para evitar que se cometam os mesmos erros do passado, principalmente não tirar os produtos andinos do seu meio ambiente, mas explorá-los ali. "Devemos evitar a



A organização dos camponeses é uma das armas de defesa da região (Peru)

alquer preço que sejam exportados".

Sua expectativa é que a produção desses cultivos aumente por meio de avanços genéticos, extensão e práticas adequadas, e critérios de incentivo de preços que prestem mais atenção à pecuária andina, e lhes dê pelo menos o mesmo tratamento que à importada.

Ao mesmo tempo, diz ele, "é necessário empreender uma campanha informativa entre a população indígena, para resgatar o valor nutritivo de suas dietas tradicionais, baseadas em seus produtos locais, bem como protegê-los

de alimentos 'modernos' menos nutritivos".

ra proteger os produtos andinos da exploração comercial e para evitar a apropriação das tecnologias nativas, Haudry de Soucy considera imperioso que uma convenção internacional proíba a exploração de produtos andinos. "A tecnologia que existe nos Andes é suficiente para empreender um projeto autêntico com os indígenas. Não há necessidade alguma de importar tecnologias", acrescenta. "Basta adaptar e modernizar as que durante séculos já existiam".



A coca teve seu uso tradicional desvirtuado, pelo mercado das drogas dos países ricos

# Lixeira nuclear no Terceiro Mundo

Os países periféricos estão recebendo o lixo tóxico das indústrias dos países centrais. As empresas exportadoras desses contaminadores pagam a quem estiver disposto a recebê-los e, assim, evitam os gastos de armazená-los na Europa, Japão ou Estados Unidos

Nos últimos anos, os países industrializados exportaram uma grande parte de seus resíduos tóxicos para o Terceiro Mundo. A América Central e a América do Sul foram as lixeiras escolhidas até o momento. Os países africanos são os novos destinatários e alvo de escolha dos fabricantes de contaminadores que oferecem dinheiro em troca de um lugar, "longe de casa", onde depositar o lixo nuclear e outros tóxicos perigosos.

O problema é mais grave do que se supunha. A organização ecológica Greenpeace informou que nos últimos dois anos foram realizados 115 embarques de lixo tóxico para países latino-americanos e africanos, entre eles México, Argentina, Brasil, Panamá, Uruguai, Marrocos, Senegal, Gabão, Guiné-Bissau, Djibuti, Zimbábue e África do Sul.

A seguir algumas das referidas cargas enviadas:

**Quinze mil toneladas de cinzas industriais tóxicas**, provenientes da Filadélfia (EUA), foram importadas pela ilha de Kassa, na Guiné, com a mediação de uma companhia norueguesa, provocando a destruição de grande parte da vegetação local. Os exportadores pagaram 40 dólares por tonelada, sendo que nos Estados Unidos, para de desfazer desse lixo, cumprindo com todas as disposições governamentais, o custo seria de 1.000 dólares por tonelada. A Noruega aceitou, finalmente, re-

tirar os dejetos da ilha, depois que o cônsul geral desse país em Guiné-Bissau, Sigmund Stromme, foi preso por cumplicidade no *dumping*. Stromme é também diretor da empresa *Guinomar*, uma companhia de capital majoritariamente norueguês, que importou o material contaminante.

Em setembro de 1987, **4 mil toneladas de dejetos químicos (e possivelmente radiativos, incluindo a mortal PCB dioxina policlorobifenil)**, partiram

da Itália em tambores e cofres de carga com destino ao porto de Koko, na Nigéria, onde foram armazenados em depósito.

## Fazendo negócios

Outra empresa italiana estava trabalhando numa segunda exportação para a Nigéria de cerca de 100 mil toneladas de lixo tóxico (incluindo o PCB, terra saturada, fibras de amianto e resíduos industriais e farmacêuticos). O governo nigeriano devolveu o primeiro embarque, rejeitou o segundo, destituiu seu embaixador em Roma, prendeu 15 envolvidos no negócio, e ameaçou executar os "importadores".

No Zaire, cinco pessoas, entre elas três altos funcionários do governo, foram presos em junho passado por terem importado **um milhão de toneladas de lixo industrial**, um negócio que lhes rendeu quatro milhões de dólares em três anos. Se-

gundo a companhia transportadora holandesa Van Santen, o governo do Zaire havia autorizado o carregamento. Atualmente, as autoridades zaienses proíbem a importação de lixo tóxico.

A companhia inglesa Secso, com endereço postal em Gibraltar, ofereceu ao Benin a quantidade de **5 milhões de toneladas de resíduos**, pagando 2,50 dólares a tonelada. Outras empresas ofereceram à Guiné resíduos com potencial de contaminação, pagando 40 dólares



por tonelada. O custo na Europa para guardar esses materiais, cumprindo as regras de proteção estabelecidas pela Comunidade Econômica Européia-CEE, é de 149 a 160 dólares por tonelada (informe da Associação Européia de Ecologia).

Uma empresa suíça e outras duas inglesas ofereceram 120 milhões de dólares por ano à Guiné-Bissau, caso aceitasse receber material tóxico. O governo, que em princípio aceitou o negócio, voltou atrás e anunciou a decisão de anular o contrato e proibir a importação.

Uma empresa, com sede na Alemanha Ocidental, trabalha numa operação de exportação de diversos resíduos tóxicos para a Libéria. A firma produtora desse material considera que a "estabi-

riam de continuar agindo da mesma forma no futuro, derramando no Oceano Pacífico uma carga de lixo radiativo com um nível de 100 mil curies anuais.

Os protestos de outros países do Pacífico provocaram o cancelamento do projeto. Até agora, o Japão, que conta com 25 reatores em funcionamento e outros 58 projetados, armazena os resíduos de alto nível nuclear em lixeiras temporárias. Os dejetos de baixo nível nuclear são armazenados em 460 mil cofres de carga metálicos, uma quantidade que aumenta numa média de 60 mil por ano. Tanto o Japão, como os Estados Unidos, consideram que o Oceano Pacífico é também a lixeira ideal para o material radiativo de suas indústrias.

anualmente, entre 250 e 400 milhões de toneladas métricas de lixo tóxico, e tem cada vez menos lugares onde colocá-lo. O caminho mais fácil e barato encontrado pelos seus donos é enviá-lo aos países pobres, que têm grandes territórios livres, onde, praticamente, não existe regulamentação ou controles que impeçam o ingresso de material perigoso.

#### Fazendo economia

Em geral, a "exportação" assume a forma de contratos concluídos de forma legal, com empresas ou governos dos países do Terceiro Mundo, que recebem divisas junto com os contaminadores que aceitam "hospedar" em seus territórios.



Em 1987, o acidente de Goiânia tornou candente para o Brasil a questão do lixo radiativo, problema antigo em outras partes

lidade política da Libéria, pela sua estreita aliança com os Estados Unidos", e a localização estratégica do país africano constituem fatores que o convertem numa "lixeira" ideal. "Podemos solucionar nosso problema com os dejetos da Alemanha Ocidental, construindo um depósito na Libéria", afirma a empresa, em documento que foi divulgado pela organização ecológica Greenpeace.

Além dos Estados Unidos e da Europa, o Japão também participa nas operações de exportação de resíduos tóxicos, pagando aos "compradores" da perigosa "mercadoria".

Em 1979, o governo japonês anunciou que jogaria 10 mil tambores de resíduo nuclear, de baixo nível de contaminação, no Pacífico Sul, perto das Ilhas Marianas. Se a operação tivesse sucesso, os planos do governo de Tóquio se-

Mas, a exportação subsidiada de lixo tóxico não é patrimônio exclusivo dos países industrializados. Segundo o jornal "The Nation", da Tailândia, centenas de cofres de carga de resíduos tóxicos, provenientes de Cingapura, permaneceram, durante anos, sem protestos, no porto de Klong Toey, em Bangcoc. Os *containers*, depois de um certo tempo, contaminaram as reservas de água de um subúrbio populoso da capital tailandesa.

#### Autopreservação

A legislação dos países industrializados tem disposições rígidas sobre o destino que deve ser dado aos resíduos tóxicos da indústria. Nos últimos anos, as normas tornaram-se ainda mais rigorosas. Os Estados Unidos produzem

Existiram duas grandes "ondas" de realização desse tipo de contratos. A primeira em 1980 – coincidindo com um fortalecimento da legislação restritiva que regulamenta o manuseio de materiais tóxicos nos países centrais – teve os Estados Unidos como principal protagonista. A segunda onda foi em 1987 e 1988 e os protagonistas foram principalmente as nações européias. O motivo são as recentes decisões da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Europeu (OCDE), com relação ao tema do destino dos lixos tóxicos.

Para as grandes empresas ocidentais, é mais barato exportar lixo nuclear para o Terceiro Mundo do que construir locais apropriados para isso em solo europeu. Segundo estudos do Greenpeace, nos países africanos se paga em média atualmente 40 dólares por tonelada

para quem receber os resíduos, enquanto que na Europa as empresas donas dos tóxicos devem gastar entre 160 e 1.000 dólares por tonelada, para guardar o mesmo lixo em condições aceitáveis de segurança.

Em outros casos, mediante o suborno de funcionários públicos dos países receptores, é possível realizar ilegalmente esse tipo de "exportação". Em geral, nesses países, as responsabilidades administrativas e de controle estão mal estruturadas. No Zaire, por exemplo, o governo prendeu vários funcionários governamentais acusados de fundar uma empresa fictícia, com a intenção de aceitar, de forma encoberta, um milhão de toneladas métricas de dejetos industriais proibidos. Mas, anteriormente, outros funcionários do governo haviam aceitado um milhão de toneladas métricas de dejetos químicos contaminadores, originários da Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Alemanha Ocidental, em troca de 92,6 milhões de dólares.

#### Um grande negócio

A "exportação" de lixo tóxico já desenvolveu sua própria indústria e se converteu num negócio dirigido por empresas que compram os resíduos de agências governamentais ou de empresas que os produzem. Depois de acondicionado, o material é enviado para "longe de casa".

Um dos centros nevrálgicos do tráfico internacional de resíduos poluentes é a Inglaterra. "O lixo dos lares norte-americanos é exportado para a Inglaterra, onde vem sendo armazenado de forma irresponsável, depositado nas escavações de velhas minas", disse Ernst Klatte, representante da organização ecológica internacional Greenpeace, em Bruxelas. Várias companhias desse ramo operam de Londres e, entre elas, está a responsável pela exportação em grande escala de restos industriais à Guiné-Bissau.

Outra investigação — realizada por David Weir e Andrew Porterfield, do Centro de Investigações de São Francisco — revela a existência, nos Estados Unidos, de várias empresas que compram resíduos tóxicos para vendê-los

no Terceiro Mundo. Um dos maiores negócios foi realizado pela firma Irmãos Colbert, que de Nova Iorque realizavam suas operações com vários tipos de lixo industrial, incluindo pesticidas e solventes condenados. Alguns desses materiais eram vendidos como produtos químicos comerciais a empresas e governos do Terceiro Mundo, especialmente da Índia, Coréia do Sul e Nigéria.

Uma das cargas tóxicas negociadas pela Irmãos Colbert foi rotulada como sabão em pó e vendida a uma companhia no Zimbábue, que a adquiriu com fundos da AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento, dos Estados Unidos). O mais surpreendente é que



O cogumelo atômico liberou forças mortais

não só as empresas privadas, mas também alguns órgãos governamentais dos Estados Unidos (incluindo o Departamento de Agricultura, a Agência de Proteção ao Meio Ambiente, governos municipais e vários departamentos militares) vendiam restos tóxicos aos Colbert.

Em outro caso investigado por Weir e Porterfield, uma firma norueguesa, registrada nos Estados Unidos, planejava exportar para o Panamá 250 mil toneladas de cinzas contaminadas da Filadélfia, como material de sustentação na pavimentação de uma estrada, numa região pantanosa. Caso o negócio fosse concretizado, o Panamá importaria sete milhões de toneladas de tóxicos e a estrada passaria a fazer parte de um grande projeto em desenvolvimento no li-

toral do país. Os planos incluíam um hotel de veraneio que seria edificado por uma filial da companhia norueguesa.

#### Um lixo que não pode ser escondido

Os resíduos tóxicos da indústria são um conjunto de materiais contaminadores que ninguém deseja ter por perto. Durante a última década, os países industrializados se conscientizaram da dificuldade que existe para desfazer-se desses materiais de forma segura. Em alguns casos, o processo é extremamente caro, e quando se trata de material radiativo ou nuclear, é praticamente impossível conseguir garantia de segurança absoluta, já que a radiatividade permanece durante milhões de anos.

Os cofres de carga metálicos e o concreto armado, por mais sólidos que sejam, não poderão sobreviver tanto tempo como os produtos tóxicos ou radiativos que guardam; com o tempo, começarão a ser filtrados para o ar, ou através da terra para os lençóis aquáticos, e entrarão na cadeia de alimentação humana: uma vez que a terra os tenha absorvido, os materiais tóxicos e radiativos passarão para as hortaliças, legumes e frutas consumidos pelos seres humanos e animais. Estes últimos, por sua vez, fornecem carne e leite para o consumo. Dessa forma, os poluentes se infiltrarão no circuito ecológico que forma o habitat natural do ser humano, contaminando seu corpo e a corrente sanguínea.

Por isso, os países industrializados aprovaram leis específicas que obrigam as indústrias a tratar ou armazenar os resíduos da forma mais segura possível, assim como a pagar os gastos em que o Estado possa incorrer para suprir a falta de ação dessas empresas. Esse avanço da legislação nos países industrializados trouxe, em contrapartida, uma reação das empresas industriais que produzem os resíduos poluentes. Assim, começou a exportação dos dejetos para o Terceiro Mundo.

Os países pobres, por sua vez, estão em péssimas condições para enfrentar o problema. A maioria dos homens de Estado do Terceiro Mundo não desenvolveu uma consciência ecológica, não existem leis que regulem de forma

apropriada a manipulação e o destino desses rejeitos, nem existe ainda uma mobilização da sociedade capaz de controlar e menos ainda de impedir o armazenamento do lixo tóxico.

O meio ambiente, a saúde da população e a economia dos países pobres se vêem afetados duplamente: pelos resíduos industriais poluentes produzidos no próprio Terceiro Mundo e por aqueles importados de outros países.

#### Os efeitos da contaminação

Em muitos países do Terceiro Mundo, os resíduos industriais de fábricas e refinarias poluíram rios e destruíram reservas pesqueiras, afetando os negócios dos pescadores e ameaçando a segurança de milhões de moradores, cuja fonte de água provém desses rios. O solo contaminado torna-se inútil para a agricultura. A destruição do meio ambiente está acabando, assim, com os recursos indispensáveis para a subsistência da espécie humana.

Em 1940, a companhia química Hooker derramou centenas de tambores de resíduos tóxicos na localidade de Love Canal, em Nova Iorque. Em fins da década de 70 – mais de 30 anos depois – começaram a infiltrar-se líquidos e resíduos fétidos nos pisos das casas construídas sobre o canal. A área foi colocada sob estado de emergência e, em 1980, os controles sanitários realizados indicaram que alguns habitantes da região tinham sofrido alterações nos cromossomos, e os casos de câncer, ataques cardíacos, abortos e deformações em recém-nascidos haviam aumentado.

No Marrocos, 31 crianças morreram envenenadas pelo lixo produzido numa fábrica de chumbo que fora despejado num povoado. Na baía de Minamata, no Japão, a contaminação da água por ação do mercúrio provocou milhares de casos de deformações e outros problemas em recém-nascidos. A companhia japonesa pagou mais de 200 milhões de dólares para indenizar as vítimas.

Na Malásia, uma companhia química (controlada pela transnacional japonesa Mitsubishi), que produz material radioativo, esteve durante vários anos desfazendo-se, indiscriminadamente, de seus resíduos tóxicos. Atualmente, a fábrica

guarda os restos num depósito, esperando transferi-los para uma lixeira adequada. Através de exames médicos, realizados no início de 1988, descobriu-se que as crianças daquela região tinham excesso de chumbo no sangue.

#### Tratamento custoso

Devido ao perigo que apresenta, o lixo tóxico deve ser tratado e guardado com o máximo de precaução, o que gera grandes custos. A isso devem ser somados os gastos com a limpeza dos resíduos já absorvidos pelo solo, pela água ou, inclusive, pelo uso inadequado

de da população e ao meio ambiente.

#### Reações contra a exportação

Depois do escândalo produzido pela exportação do lixo poluente aos países africanos, têm ocorrido diversas ações no Terceiro Mundo, com o objetivo de impedir ou reduzir a entrada de lixo tóxico. Entre elas, a mais importante foi uma resolução aprovada em fins de maio de 1988, pela Organização da Unidade Africana (OUA), pela qual se condena o uso do território africano como lixeira de restos tóxicos, qualificando-o como "um crime contra a África e os



Ecologistas alemães tentam bloquear a saída de navio com lixo nuclear para a Espanha

das próprias lixeiras. Dentro dos Estados Unidos, a Agência de Proteção do Meio Ambiente revelou que das 74 mil lixeiras existentes no país, 32 mil são inadequadas e só sete ou oito são mantidas em condições de limpeza ideal, à custa de um sistema extremamente caro.

Em 1980, o presidente do Conselho sobre a Qualidade Ambiental estimou que o custo de um tratamento adequado de limpeza das áreas já afetadas oscilaria entre 28 bilhões e 55 bilhões de dólares. Só em Love Canal, o gasto foi de 130 milhões de dólares.

Portanto, do ponto de vista econômico, os resíduos tóxicos não resultariam em benefícios para os países do Terceiro Mundo. Os eventuais lucros de curto prazo não seriam compensados pelos danos que a poluição causa à saúde

africanos". A partir dessa resolução, numerosos governos do continente tomaram medidas para investigar e suspender as exportações de restos industriais ou para agir contra os responsáveis dessa prática.

Em junho de 1988, a Guiné-Bissau anulou os acordos com três empresas européias para receber lixo tóxico, renunciando aos 120 milhões de dólares anuais que os industriais europeus pagariam. O governo do Zaire prendeu três altos funcionários públicos, por terem negociado a importação de restos industriais tóxicos. A Guiné prendeu um funcionário norueguês, por importar cinza tóxica dos Estados Unidos, e obrigou o governo desse país a retirar a carga. A Nigéria prendeu 15 pessoas responsáveis, pela importação de resí-

duos industriais poluidores da Itália e obrigou o governo desse país a carregar o lixo produzido por sua indústria.

A publicidade da exportação de lixo para a África resultou na adoção de medidas semelhantes pelos países asiáticos. O governo da Tailândia encontrou no porto de Bangcoc resíduos tóxicos provenientes dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Cingapura e Formosa. Os transportadores tiveram que regressar com o lixo industrial a Cingapura. Nas Filipinas, depois que uma firma norte-americana tentou construir uma fábrica incineradora em Illigan City, em 1987, oito departamentos governamentais elaboraram uma resolução conjunta, pela qual se proibiu a importação de lixo tóxico, e solicitaram ao Congresso a aprovação de leis de proteção ao meio ambiente. No Líbano, foram encontradas 2.411 toneladas de lixo industrial altamente tóxico, que desde setembro de 1987 vinha sendo importado da Itália. O governo de Roma foi obrigado a carregar o lixo de volta.

#### Acordos internacionais

A comunidade internacional começou a tomar algumas medidas para limitar o sinistro comércio de lixos tóxicos. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente iniciou a promoção de acordos internacionais com esse objetivo. Três encontros foram realizados em fevereiro, junho e setembro de 1988. Agora em março de 1989 será realizada uma conferência em Basiléia, Suíça, para concluir um tratado. Um grupo de técnicos elaborou uma lista de 44 resíduos industriais considerados perigosos e lembrou que os possíveis exportadores deveriam informar sobre a natureza e quantidade dos dejetos, e o número de embarques.

Por outro lado, o importador deve dar consentimento por escrito, antes do lixo ser embarcado, provar capacidade física para guardar o material e conhecimento das técnicas adequadas para o seu manuseio. Mas, o acordo tem ainda lacunas a serem preenchidas. Sua aprovação não produzirá a imediata interrupção desse comércio, nem a diminuição dos atuais riscos, a menos que um

grupo de especialistas internacionais, com suíciios para vendê-los no Terceiro Mundo. Um dos maiores negócios foi realizado pela firma Irmãos Colbert, que de Nova Iorque reerupção desse comércio, nem a diminuição dos atuais riscos, a menos que um grupo de especialistas internacionais, com suíciios, a Comissão Executiva da CEE elaborou sugestões, recomendando às empresas que praticam esse tipo de tráfico, não exportar os resíduos tóxicos sem o consentimento prévio por escrito do governo dos países importadores e o compromisso dessas nações de tratar o lixo, até convertê-los em materiais inofensi-



Japão: o protesto por Hiroxima e Nagasaki

vos. Mas, só a Bélgica e a Dinamarca incorporaram a resolução à sua legislação nacional. No caso das diretivas da Comissão Européia serem aprovadas como resoluções obrigatórias, seria impossível implementá-las satisfatoriamente. Por enquanto, não existem disposições internacionais que determinem qual é o tratamento adequado aos resíduos tóxicos. Por isso seria impossível decidir quando um país cumpre ou não com as exigências.

Em maio de 1988, foi o Parlamento Europeu que aprovou uma proposta aconselhando a proibição de todas as exportações de lixo europeu ao Terceiro Mundo. Pouco depois, em 17 de junho, o Conselho de Ministros da CEE, integrados na ocasião pelos ministros do

Meio Ambiente dos países-membros, se reuniu para considerar a proposta do Parlamento. A decisão foi negativa. Os ministros da Inglaterra e Alemanha Ocidental argumentaram que essa solução era impraticável e que, sendo adotada, resultaria numa injustiça para os países subdesenvolvidos, dispostos a importar lixo poluente.

Nos Estados Unidos, Japão e outros países industriais, não houve nenhum tipo de ação por parte dos governos para melhorar o controle ou impedir a exportação de lixo ao Terceiro Mundo.

#### As medidas são urgentes

Os governos dos países do Terceiro Mundo têm a urgente responsabilidade de encarar o problema do lixo tóxico de maneira global e profunda:

Cada governo do Terceiro Mundo deveria aprovar leis que proibam a importação de lixo tóxico, originada em outros países, e investigar se, no presente ou no passado, existiram acordos entre instituições - governamentais ou comerciais - para importação de resíduos tóxicos. Em caso afirmativo, esses acordos deveriam ser investigados e interrompidos imediatamente, levando à Justiça aqueles que desenvolvem esse tipo de atividade. Outra medida urgente é a de investigar os métodos de armazenamento. As lixeiras tóxicas (tanto em terra como na água) precisam ser identificadas e ter sua segurança avaliada, adotando-se medidas de proteção dos habitantes ou comunidades vizinhas, assim como dos trabalhadores que manipulam o lixo.

Outra precaução envolve a identificação das atividades econômicas existentes, que geram ou poderiam gerar resíduos tóxicos. Aos governos do Terceiro Mundo cabe ainda ter especial precaução com as empresas estrangeiras, já que geralmente estas não cumprem com as estritas regras dos países industrializados de onde provêm. No setor agrícola, empregam muitas vezes produtos nocivos para o ser humano, o solo e a água, e que costumam estar proibidos nos países industrializados.

Rede do Terceiro Mundo

**CRESCER O "SOM DA NOSSA GENTE"**

A seção de discos foi ampliada. Agora, o leitor interessado pode solicitar, por telefone ou carta, o disco de sua preferência, independentemente dos que estão à venda em nosso catálogo. Acreditamos que, desta forma, estamos prestando mais um serviço aos nossos leitores e assinantes. Ligue (021)252-7440 e faça seu pedido.

# terceiro mundo

POSTAL CULTURAL

**DESCONTE NA FEIRA SEM SAIR DE CASA**

Não perca na página 7t a feira de livros do **Terceiro Mundo Postal Cultural** com descontos excelentes. Você vai encontrar ali livros importantes para sua informação, formação e entretenimento. Peça logo porque o estoque é limitado.

Ano III - 1989 - Nº 19

Preços desta edição válidos até 31.03.89

## DOMINAÇÃO PELA FOME

### fartura e desperdício

#### DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia Política do Abastecimento

FARTURA E DESPERDÍCIO

MIRANDA NETO

Fu

O país que não cuida da saúde e da Educação de seu povo, está condenado ao subdesenvolvimento e à dependência político-econômica. Por questões sócio-culturais, o desperdício de alimentos no Brasil é muito grande. O problema é agravado ainda mais devido ao controle comercial sobre os produtos agrícolas, exercido por grupos envolvidos na compra, distribuição e venda dessas mercadorias.

Nesse livro, o economista Miranda Neto denuncia esse "tráfego de alimentos", decorrente de uma escassez artificialmente provocada, com o objetivo de controlar preços e favorecer a lucratividade nesses setores que, por deterem o poder econômico, influem indiretamente no poder político.

Segundo Miranda Neto, as maiores vítimas dessa intrincada e complexa trajetória dos produtos

- do campo à mesa - são o pequeno produtor, o varejista e o consumidor, que estão completamente desassistidos por causa de uma ineficaz política nacional para a produção de alimentos, ditada pela demanda externa. O mercado internacional é quem indica o que e quanto será plantado e colhido na próxima safra, em detrimento do abastecimento interno.

Para o autor, a fome é um problema de soberania nacional, na medida em que compromete toda uma geração. "É uma geração que não vai poder pensar ou discutir, pois não vai ter a formação completa do cérebro por causa da desnutrição; sua ou de sua mãe", pondera o economista. O que distingue os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos não é somente a existência de recursos naturais, nem a disponibilidade de capital, mas, sobretudo, o surgimento de idéias e líderes que irão conduzir a uma organização social mais justa e democrática, livre da vergonhosa mancha da fome.

E-193 NCz\$ 7,50

**ROGER SMITH**  
De: Albert Lee

Presidente da maior e mais poderosa empresa do mundo, a General Motors, com 3 milhões de empregados e um faturamento anual de 100 bilhões de dólares, Roger Smith exerce a liderança mais polêmica da história da administração de

empresas em todo o mundo. A **GM** possui fábricas e instalações, da Austrália ao Zaire. De cada cinco automóveis, um foi fabricado pela **GM**. De suas fábricas, saiu até mesmo o único carro estacionado na superfície da lua. Seus competidores mais próximos têm menos da metade do seu patrimônio. Produziu a grande maioria de todas as locomotivas diesel e mais computadores do que qualquer um, e só perde para o Governo dos EUA em operações financeiras.

Na direção da General Motors, desde 1981, Roger Smith mexeu na estrutura organizacional que a orientou durante 75 anos e a manteve na liderança. Investiu 80 bilhões de dólares para reestruturar a corporação à sua maneira. No seu projeto estão incluídos a elite da alta tecnologia, fábricas robotizadas, mão-de-obra reduzida e o seu objetivo é o domínio da indústria automobilística mundial.

Dispondo de bilhões de dólares para investir em equipamentos modernos e informatizar a produção, a **GM** tornou-se, em pouco tempo, a indústria automobilística mais dispendiosa da América, com os mais baixos índices de lucratividade. Roger Smith tem até 1990, quando termina sua gestão, para jogar a **GM** no século XXI, à frente de todos os concorrentes, ou transformá-la num gigante falido.

Publicado recentemente nos Estados Unidos, o livro Roger Smith vem causando grande impacto na imprensa internacional.

E-189 NCz\$ 13,00

# HISTÓRIA VIVA

para ler e consultar



**MEMORIAL DOS PALMARES**  
De: Ivan Alves Filho

Ao pôr abaixo toda uma estrutura que, poderíamos chamar de igualitária, a qual prevalece até a segunda metade do século XVI, o processo de colonização abre a via para a sociedade dividida em classes sociais antagônicas no Brasil. A partir daí, todas as propostas visando a modificar as condições de existência do povo brasileiro se darão no quadro de uma realidade classista onde os grupos humanos se definem pelo lugar que ocupam na esfera produtiva. Nessa perspectiva, todos os movimentos sociais, desde os mais autoritários aos mais democráticos, refletem as contradições objetivas da sociedade e tendem, sobretudo, a se posicionar no sentido da defesa dos interesses econômicos e políticos de uma classe historicamente determinada. O livro convida o leitor a examinar as peripécias dos palmarinos. A luta pela Abolição começa em Palmares. 204 pág.  
E-191 NCz\$ 7,70

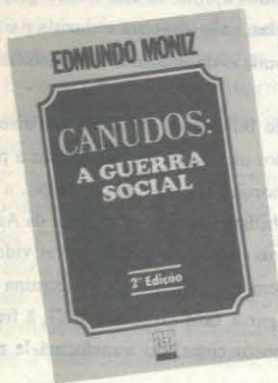


**VENDAIVAL DA LIBERDADE**  
A Luta do Povo pela Abolição  
De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstitui o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse **Vendaival da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 NCz\$ 6,50



**CANUDOS:**  
A Guerra Social  
De: Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante no final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 NCz\$ 9,00

# LIVROS DE SUCESSO



**AFUNDAÇÃO**  
ROBERTO MARINHO  
De: Roméro C. Machado

O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 NCz\$ 9,00



**O CASO PANTHER**  
De: José Joffily

José Joffily está prestando um serviço extraordinário ao nosso país, sobretudo à sua juventude, exumando com um metódico e competente trabalho de pesquisa e interpretação, episódios que a história oficial achou mais conveniente sepultar.

Seu último livro foi "O caso Panther", a história da invasão de Itajaf, Santa Catarina, em 1905, por tripulantes daquela poderosa canhoeira alemã, em completo desrespeito à soberania brasileira. A ação dos invasores durou 50 dias e foram necessários 82 anos para que fosse conhecido em toda sua extensão e gravidade.

O mais curioso é que nem na Marinha nem no Arquivo Nacional o autor encontrou elementos para sua pesquisa. Mas não desanimou e, depois de quatro anos, nos oferece, agora, um trabalho documentado sobre um momento crucial do expansionismo germânico no novo mundo. 217 pág.  
E-185 NCz\$ 7,50



**CARTAS AO PLANETA BRASIL**  
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Caetano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 264 pág.

E-181 NCz\$ 8,00

**MIGO**  
De: Darcy Ribeiro

Em **Migo** o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 NCz\$ 12,00





**BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA**

O livro de Neiva Moreira é um depoimento há muito esperado. A mudança da capital para Brasília foi um acontecimento histórico com poucos antecedentes no mundo e nenhum deles realizado no contexto de problemas tão complexos e num prazo tão curto.

O livro foi escrito entre 1960 e 1961, o período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrarei" - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento". 73 pág.

E-184 NCz\$ 4,00

**COMBATE NAS TREVAS**

De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 NCz\$ 7,00

**UM OPERÁRIO BRASILEIRO EM CUBA**

De: Isaque Fonseca e Sandra Mayrink Veiga

Isaque, um operário, e Sandra, de classe social localizada na outra ponta do nóvelo, se unem para traçar juntos essa aventura: a de um operário brasileiro em Cuba. 172 pág.

E-183 NCz\$ 5,00

1989 - Nº 19



**O HOMEM E SUA FICHA**

De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a impecável folha de serviço que é este livro.

Um livro admirável e edificante, que todos os cidadãos dignos deveriam ler. Mais: bem poderia transformar-se em texto escolar, para que as novas gerações tomassem como modelo de conduta a vida de um cidadão excepcional, que colocou o Brasil à frente e acima de quaisquer outros interesses. 266 pág.

E-180 NCz\$ 10,00

**DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES**

De: Jacques Dezelin

Este livro prova que as dívidas externas são um engodo e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.

E-166 NCz\$ 8,00

**UM DESAFIO CHAMADO BRASIL**

De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nos suas elites no poder. 107 pág.

E-172 NCz\$ 3,50

**NICARÁGUA NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓIA DEMOCRACIA**

De: Mirian Goldenberg

156 pág.

E-144 NCz\$ 5,00



**A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO**

De: Daniel Herz

Há um lado da Rede Globo que é invisível para os que se relacionam com essa empresa simplesmente como telespectadores. Há algo que só se percebe por trás da Globo. Há um sentido oculto, no que a Globo representa, que só pode ser percebido quando se tem na mão o atestado de antecedentes dessa empresa. 300 pág.

E-168 NCz\$ 11,00

**OUTUBRO E A PERESTROIKA**

De: Mikhail Gorbachiov

86 pág.

E-153 NCz\$ 3,00

**TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL**

De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retomar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.

E-156 NCz\$ 9,00



**SALA 4**

De: Maria Werneck

Maria Werneck consegue com este livro lembrar com afeto e carinho o nome de suas companheiras da "Sala Quatro" e, na medida do possível, retratá-las, contar-nos o que era a vida diária



**A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES**

De: Edmundo Moniz

Uma visão abrangente do socialismo no século XX. Começa pela revolução soviética e conclui com a análise do caso particular do Chile de Allende e com a apreciação das guerrilhas latino-americanas. 276 pág.

E-164 NCz\$ 7,50

**MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO**

De: Mikhail Gorbachiov

77 pág.

E-155 NCz\$ 2,50

**A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986**

De: René Armand Dreifuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.

E-165 NCz\$ 12,00

na prisão, as idéias que trocavam e, até mesmo, as características pessoais de boa parte delas.

O livro descreve cenas dramáticas da retirada da cela da mulher de Prestes, entregue por Getúlio Vargas à Alemanha nazista, onde morreu num campo de concentração.

Este livro é, assim, mais uma contribuição valiosa sobre os acontecimentos de Novembro de 1935, que os generais brasileiros, há 53 anos, insistem em utilizar em sua luta contra o comunismo, acumulando falsidades e calúnias contra o que denominam de "intentona", quando foi, na verdade, a insurreição de quatro unidades do Exército Brasileiro, com as bandeiras da luta contra a dominação imperialista e contra a fascistização do Governo no Brasil.

E-192 NCz\$ 6,50

**NOS PROXIMOS DIAS  
NAS PRINCIPAIS BANCAS  
E LIVRARIAS DO PAÍS**



**RESERVE  
SEU  
EXEMPLAR**

**Reserve seu exemplar. Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Glória, 122  
gr. 105 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021) 252-7440 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR**

# Assine terceiro mundo

Descontos  
e  
Brindes

## É PRESENTE O ANO INTEIRO... PRA TODA A VIDA



OFERTA VÁLIDA ATÉ 31.03.89

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS NCz\$	TOTAL A PAGAR NCz\$	BRINDES
1	18,30	18,30	-
2	17,70	35,40	-
3	17,10	51,30	-
4	16,50	66,00	2 Livros de nossa escolha
5	15,40	77,00	2 Livros à sua escolha

Obs.: Os livros de brinde, estão na seção FEIRA DE LIVROS

Assinatura (6 meses) NCz\$ 11,40

Assinatura (2 anos) NCz\$ 30,00

Renovação NCz\$ 15,90

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: ..... 4 Nome: .....  
Endereço: ..... Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: ..... Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa

2 Nome: ..... 5 Nome: .....  
Endereço: ..... Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: ..... Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa

3 Nome: ..... 4 Nome: .....  
Endereço: ..... Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: ..... Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - ag. Lapa

Brindes conforme relação da Feira de Livros.  
Código: E-( ) e E-( )  
REMETENTE  
Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

# O SOM DA NOSSA GENTE



## CANTORIA 2

### CANTORIA 2

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Participação especial do ceguinho cantor goiano Francisco Aafa.

Lado A

**ABERTURA** - Xangai, Elomar, Vital e Geraldo  
- Desafio do Alto da Catingueira (Elomar)

- Repente (Vital Farias)  
- Novena (Geraldo Azevedo/Marcus Vinicius)

**ERA CASA ERA JARDIM/VEJA MARGARIDA** (Vital Farias) Vital, mais Geraldo no violão

**SABOR COLORIDO** (Geraldo Azevedo)

**MOÇA BONITA** (Geraldo Azevedo/Capinam) Geraldo, com Xangai no vocal

**NA QUADRA DAS ÁGUAS PERDIDAS** (Elomar) Elomar, com Geraldo, Vital e Xangai nos vocais

**CANTILENA DE LUA CHEIA** (Vital Farias) Vital, Geraldo, Elomar e Xangai

Lado B

**ARRUMAÇÃO** (Elomar) Francisco Aafa, em participação especial

**SUITE CORRENTEZA** - Elomar, Xangai, Geraldo e Vital  
- Barcarola do São Francisco (Geraldo Azevedo/Carlos Fernando)

- Talismã (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

- Caravana (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)

**ESTAMPAS EUCALOI** (Hélio Contreiras)

Xangai, com Geraldo no Violão  
**SAGA DE SEVERININ** (Vital Farias)

Vital  
**CANTIGA DE AMIGO** (Elomar)

Elomar, Xangai, Geraldo e Vital  
D-009 NCz\$ 9,50

## RADAMÉS GNATTALI (Ao piano)

Mais que um disco a realização de um desejo: "Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isso em prática".

D-001 NCz\$ 4,50

6t - terceiro mundo postal cultural

## OS VILLA-LOBOS MAIS ORIGINAIS DO MERCADO EM LP

### A FLORESTA DO AMAZONAS

Wagner Tiso, Ney Matogrosso e Assis Brasil redescobrem a obra de Villa-Lobos. Uma recriação desta obra-prima, a partir de manuscrito inédito para piano recém-descoberto no Museu Villa-Lobos. São as suítes **Na Floresta, Além da Floresta** e um improviso, unindo o piano Steinway aos modernos sintetizadores e samplers. Participação especial de Jacques Morelenbaum (violoncelo) e Jurim Moreira (percussão).

D-002 NCz\$ 6,30

### VILLA-VIOLÃO

Turibio Santos apresenta a obra completa de Villa-Lobos para violão solo. Um dos acervos mais importantes do Século XX, o violão de Villa-Lobos é revisitado por seu maior especialista. No LP, os 12 Estudos, os 5 Prelúdios e Choros nº 1.

D-003 NCz\$ 6,50

### CANTORIA 1

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Gravado ao vivo no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Lado A: **Novena** (Geraldo Azevedo, Marcus Vinicius); **Sete Cantigas para Voar** (Vital Farias); **Cantiga do Boi Incantado** (Elomar); **Kukukaya** (Cátia de França); **Ai que Saudade de Océ** (Vital Farias); **Ai d'Eu Sodade** (tradicional).

Lado B: **Semente de Adão** (Geraldo Azevedo, Carlos Fernando); **Viramundo** (Gil, Capinam); **Cantiga do Estradar** (Elomar); **Saga da Amazônia** (Vital Farias); **Matança** (Jatobá); **Cantiga do Amigo** (Elomar).

D-008 NCz\$ 8,00

### CONCERTÃO

Álbum duplo com Elomar, Arthur Moreira Lima, Paulo Moura e Heraldo do Monte, mostrando a capacidade do músico brasileiro em arranjar, improvisar, pintar e bordar.

Lado A: **Estrela Maga dos Ciganos / Noite de Santo Reis; Na Estrada das Areais de Ouro; Campo Branco** (Elomar).

Lado B: **Incelença prá Terra que o Sol Matou; Trabalhadores na Destoca** (Elomar); **Pau de Arara** (Luís Gonzaga); **Festa no Sertão** H. Villa-Lobos).

Lado C: **Valsa da Dor** H. Villa-Lobos); **ENINIA** (Codó); **Valsa de Esquina nº 12** (Francisco Mignone); **Espinha de Bacalhau** (Severino Araújo).

Lado D: **Pedacinhos do Céu** (Waldir Azevedo); **Corban** (Elomar).

D-006 NCz\$ 12,00

## Dança do Mar

Francisco Mário



## FRANCISCO MÁRIO

O elemento água está no fim e no princípio, e não foi por acaso que a intuição de criador do músico Francisco Mário levou a essa **DANÇA DO MAR** onde se encontram as duas pontas do novo da vida. A peça com seus movimentos sazonais e climáticos obedece aos fluxos da natureza, a mão de todas as forças.

Tem corpo de música erudita pela complexidade técnica de suas soluções sempre bandeadas para o lado do lirismo. E alma popular, imanente ao compositor.

A dança epitelial dos violinos, a voz guia do violão, as contradaças do cello, fagote, flauta, bandolim, viola, piano e órgão; todos os caminhos sonoros conduzem a depuração estética. Uma síntese entre o popular e o erudito como descreveu o poeta Aldir Blanc. Poemas de Caymmi e pinturas de Lobianco.

Lado A: **Verão** (1º Movimento) **Outono** (2º Movimento) **Inverno** (3º Movimento)

Lado B: **Primavera** (4º Movimento) **Calmaria** (5º Movimento) **Amanhecer** (6º Movimento) **Tempestade** (7º Movimento)  
D-011 NCz\$ 17,00

## QUARTETO NEGRO

Paulo Moura no sax e clarinete, Zezé Motta na voz, Djalma Corrêa na percussão e Jorge Degas no baixo, violão e voz. Lançado no mês do Centenário da Abolição, em espetáculo especial no Olympia de Paris. O LP sai simultaneamente no Brasil e na Europa.

Lado 1: **Folózinha** Marku Ribas/Reinaldo Amaral); **Sobre as Ondas** (Jorge Degas); **Merengue Adler** São Luiz); **Festas da Xica** (Paulo Moura); **SEMBA** (Jorge Degas/Zezé Motta)

Lado 2: **Zumbi** Gilberto Gil/Wally Salomão); **Brucutu** (J. Degas/D. Corrêa); **Geisa** Roberto Guima); **A Quelé Menina** (Djalma Luz); **Aisho-Koto** (Djalma Corrêa).

D-007 NCz\$ 6,70

## JAZZ BRASIL - JOÃO CARLOS ASSIS BRASIL

**Swing**: virtuosismo no piano de João Carlos Assis Brasil, com músicas inéditas de seu irmão Victor e de Radamés Gnattali, e mais Tom Jobim e Wagner Tiso, este em participação especial.

Lado A: **Steps** Victor Assis Brasil); **Waltzing** Victor A. Brasil); **Arroio** Victor A. Brasil); **Waving** (Victor A. Brasil); **Chorava** Wagner Tiso), a 2 pianos.

Lado B: **Maneirando** (Radamés Gnattali); **Sobre Tom**, improviso-homenagem: **Wave** (Tom Jobim); **Eu Preciso de Você** (Tom e Aloisio de Oliveira), **Estrada Branca** (Tom e Vinicius), **Moonlight** Daiquiri (Tom Jobim), **Eu Te Amo** (Tom e Chico Buarque), **Pela Luz Dos Olhos Teus** (Vinicius de Moraes), **Samba De Uma Nota Só** (Tom e Newton Mendonça); **Negaceando** (Radamés Gnattali); **Aos velhos amigos** (Wagner Tiso).

D-004 NCz\$ 6,50

## VELHA GUARDA DA PORTELA



## VELHA GUARDA DA PORTELA

Neste disco, a Velha Guarda da Portela está inteira, de corpo e alma. Ela não registra apenas os sambas desse magnífico grupo de compositores e de seus antigos companheiros. Aqui está também o som que faz normalmente, nos seus encontros na casa da Doca, do Argemiro e de outros integrantes do conjunto.

Lado A: **Hino da Velha Guarda da Portela** (Francisco Santana) **Você Não é a Tal Mulher** (Alcides-Malandro histórico) **Para o Nosso Bem** (Alvaíade) **Flor do Interior** (Manacéia) **Fui condenado** (Monarco e Mivinha) **Nuvem que Passou** (Argemiro) **Doce Amor** (Nilson)

Lado B: **Vai Mesmo** (Ruffino) **Madrugada** (Aniceto da Portela) **Mau Procedimento** (Nelson Amorim) **Mulher Ingrata** (Chatin) **Nega Danada** (Que Mulher). (Chatin) **Esqueça** (Alberto Lonato) **Doce Recordação** (Casquinha e Bubu) **Cidade Mulher** (Paulo da Portela)

D-010 NCz\$ 7,50

# FEIRA DE LIVROS



**AMOR LIVRE**  
Uma Avaliação Anarquista da Questão Sexual  
De: Charles Albert

Se o amor não é hoje livre no sentido legal, é porque não o é no sentido social. O amor livre é o amor libertado de todos os entraves que até aqui o tem impedido de presidir à visão do homem com a mulher. 140 pág.

E-175 NCz\$ 2,30

**A QUESTÃO JUDAICA**  
De: Karl Marx  
E-177 NCz\$ 2,20

**UMA INTRODUÇÃO POLÍTICA AOS QUADRINHOS**  
De: Moacyr Cirne  
E-174 NCz\$ 2,80

**20º AXIOMA**  
De: José Louzeiro

Este é o primeiro livro em que José Louzeiro despreza a narrativa do real imediato e mergulha no mundo da ficção. Exercita-se com tal decisão e força, que transforma personagens imaginários em tipos de carne e osso.

Utilizando linguagem simples, direta, o autor nos leva a momentos fantásticos do submundo de uma metrópole, onde o bem e mal se confundem.  
E-190 NCz\$ 4,00



**O ESPÍRITO DAS ÉPOCAS**  
De: Edmundo Moniz

Esta é a quarta edição de O Espírito das Épocas, obra publicada sob o título geral Dialética da Ficção, com ligeiras alterações de forma em alguns ensaios e a inclusão de outros inteiramente novos, representa um dos momentos mais altos do seu fecundo labor intelectual.

Focalizando, entre outros, poetas como Dante e Camões, teatrólogos como Shakespeare e Ibsen, e romancistas como Dostoiewsk, Balzac e Eça de Queiroz, esta obra evidencia que, para Edmundo Moniz, a poesia, o teatro e o romance não são categorias estéticas que se produzem abstratamente, projetadas para uma dimensão metafísica, mas sim a equação dialética que resulta da interação entre criação espiritual e realidade objetiva de uma determinada época histórica, refletida na inteligência e sensibilidade dos escritores. 216 pág.

E-182 NCz\$ 5,00

**REBELDIA NEGRA & ABOLICIONISMO**  
De: Laura Lage de Gama Lima

E-176 NCz\$ 2,90

**PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO**  
De: Washington Loyello

E-083 NCz\$ 2,90



**O VERÃO DOS PERSEGUIDIDOS**  
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 NCz\$ 3,50

**NA LUTA SEM PEDIR LICENÇA**  
De: Eliane Maciel

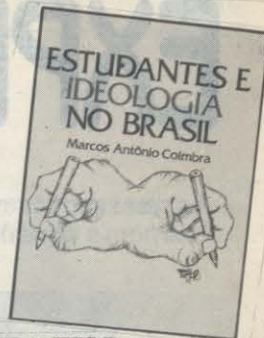
Depois do sucesso de "Com Licença eu vou à luta", Eliane nos oferece outro livro lúcido, escrito com a cabeça e o coração de quem tem como especialidade não se entregar e botar o dedo nas nossas feridas. 200 pág.

E-161 NCz\$ 3,50

**A MÁQUINA DE NARCISO**  
Televisão, indivíduo e poder no Brasil  
De: Muniz Sodré  
E-74 NCz\$ 3,00

**A MULHER NA LÍNGUA DO POVO**  
De: Eliane Vasconcellos Leitão

E-173 NCz\$ 3,00



**ESTUDANTES E IDEOLOGIAS NO BRASIL**  
De: Marcos Antonio Coimbra

É um estudo sobre nosso passado imediato e sobre a posição do estudante diante de fatos como 1964, 1968, repressão, etc. antes da nossa "abertura". UNE, manifestações estudantis, a reação dos estudantes aos decretos firmados em 1968, a linha ideológica do universitário, luta por uma universidade melhor e por princípios democráticos estão presentes. 164 pág.

E-098 NCz\$ 3,50

**POLUIÇÃO-ALIENAÇÃO-IDEOLOGIA**  
De: Ailton B. de Souza e R. A. Amaral Vieira  
130 pág.

E-075 NCz\$ 2,30

**RAUL SENDIC: AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO**  
Tradução: Cássia Corintha Pinto  
96 pág.

E-152 NCz\$ 3,50

**POLÍTICA DA REPRESSÃO**  
Força e Poder de uma Justiça de Classe  
De: Luigi Moscatelli  
157 pág.  
E-132 NCz\$ 2,50

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....

Endereço .....

Bairro ..... Cidade .....

Estado ..... CEP ..... Tel. ....

Profissão .....

comprador

## TABELA DE DESCONTOS

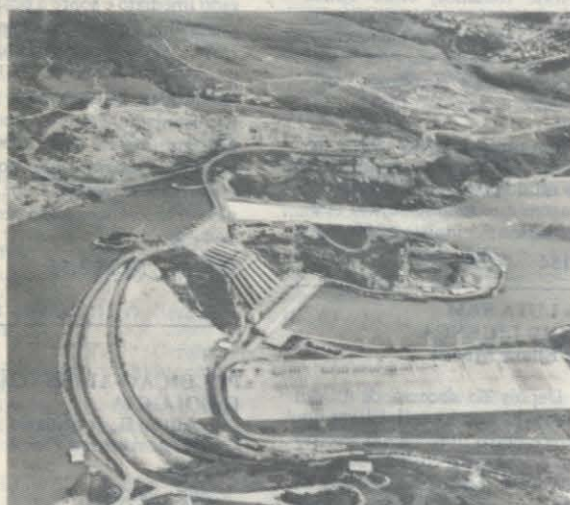
- 5% Para pedidos acima de NCz\$ 25,00
- 10% Para pedidos acima de NCz\$ 30,00
- 15% Para assinantes com pedidos acima de NCz\$ 30,00
- 20% Para pagamento antecipado de pedidos acima de NCz\$ 38,00

terceiro mundo postal cultural n° 19

**PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 31.03.89**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

# EXPERIÊNCIA, SOLIDEZ E TRADIÇÃO



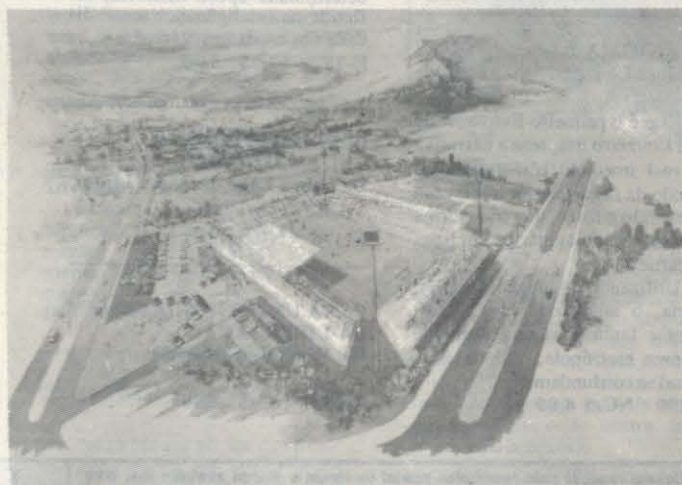
Usina Hidrelétrica de Furnas - Brasil



Rodovia BR 101 - Rio-Santos - Brasil



Aeroporto de Puerto Suarez - Bolívia



Estádio de Futebol Universidade do Chile

A Construtora Affonseca, fundada em 1951, expande suas operações e participa da execução de obras de vulto em diversos países. Gera empregos, difunde tecnologia e está presente no desenvolvimento das regiões onde trabalha. Contribui, assim, para a construção de um futuro melhor.

 **AFFONSECA**

Rua México, 21 - 8º and. - CEP: 20031 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tels.: (021) 262-6434 e 210-1343 - Telex: 021-22686 - AFFO-BR - Fax: (021) 240-0145

# Um beco sem saída

A ação judicial contra a Union Carbide está se transformando numa farsa, e se esvaziam as campanhas realizadas por grupos de ativistas. Enquanto isso, as vítimas do escapamento de gás letal continuam sofrendo e morrendo



Bopal, quatro anos depois: familiares das vítimas protestam contra os Estados Unidos e Union Carbide, pela demora das reparações

S. Sarangi\*

**A** pesar das poucas pesquisas sobre a saúde mental das vítimas do escapamento de gás em Bopal, em 2 de setembro de 1984, os resultados são alarmantes. São muitos os casos de ansiedade e depressão extremas, as tendências suicidas têm aumentado e muitos dos afetados têm pesadelos constantes, nos quais revivem a tragédia. A resposta do sistema de saúde pública é cada vez pior, e os pacientes, desanimados, recorrem a médicos particulares de capacidade duvidosa, que lucram com a situação. A cada dia

surgem novas clínicas particulares. A procura de métodos terapêuticos alternativos (como a fisioterapia respiratória) foi abandonada, e os tratamentos são meramente sintomáticos.

## Resultados de caráter reservado

Alguns dos projetos do Conselho Indiano de Pesquisas Médicas (ICMR) ainda estão em fase de experimentação, e parte dos afetados pelo gás continua sendo submetida a inúmeros testes. Os resultados das pesquisas são de caráter reservado, e não chegam ao conhecimento dos interessados que se prestaram às análises.

Segundo informações jornalísticas, a taxa de mortalidade entre as vítimas da

tragédia aumentou em 75%. Muitas mortes ocorrem após longos períodos de sofrimento, com o recrudescimento dos sintomas, apesar de não serem registradas como conseqüências do acidente. No Hospital Hamadia, que trata desse tipo de paciente, homens, mulheres e crianças vão morrendo aos poucos.

Desde meados de janeiro de 1987, foi colocado em prática um plano para registrar oficialmente as lesões sofridas pelos afetados. Mas as mortes não registradas oficialmente impossibilitam reclamações posteriores. No Posto de Assistência, não existe qualquer esforço para informar sobre os direitos das famílias dos mortos.

Setenta vítimas do gás foram convidadas a se submeterem a uma série de análises em dois hospitais públicos, mas após passarem por longos testes, deixaram de comparecer. Atualmente, apesar do alto número de afetados, somente 30 pessoas comparecem diariamente aos centros de controle.

Enquanto as vítimas do gás continuam sofrendo, a ação judicial contra a Union Carbide está se transformando numa farsa. O governo insiste em que a empresa transnacional ocultou informações sobre o depósito, produção e utilização de elementos químicos tóxicos. Em sua alegação, a Union Carbide pretende apresentar sua fábrica em Bopal como integrante de um grupo de empresas públicas. Em meio a essa batalha judicial, a verdade se transformou numa outra vítima.

O governo está levando o caso com tão pouca seriedade que algumas vítimas perderam a esperança de serem indenizadas. O processo se encontra em fase preliminar, e a Union Carbide faz o possível para que ele não avance.

Até um novo juiz teve que ser nomeado para conduzir o processo, pois descobriu-se que seu antecessor era um dos reclamantes do processo contra a empresa. Na última audiência, realizada em 11 de março de 1987, a Union Carbide solicitou um recesso para avaliar a possibilidade de pedir a anulação do que havia sido feito pelo primeiro juiz. O recesso foi concedido.



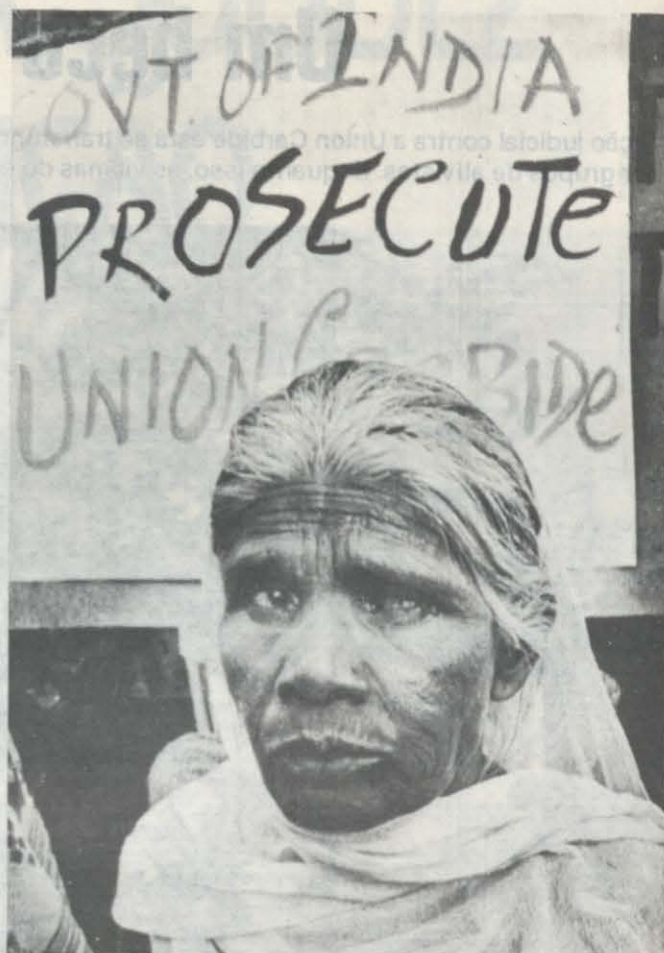
Queima simbólica do diretor Warren Anderson

A única via que as vítimas dispõem para se informarem do que acontece no tribunal são as informações da imprensa local. Mas Bopal deixou de ser notícia. Parece ser um tema que aborrece os leitores. O que é ainda mais grave, o "caso Bopal" perdeu interesse para os grupos políticos. Por alguma razão misteriosa, os partidos de oposição nunca fizeram do acidente de Bopal uma plataforma de luta, nem os partidos de direita nem os de esquerda.

#### Diminui a militância

Desde o início foram os grupos civis que procuraram ajudar as vítimas, realizando estudos médicos que melhorassem sua situação sanitária e organizando marchas reclamando punição para a Union Carbide e a aplicação de uma política governamental de reabilitação dos afetados. Nos últimos meses, a militância desses grupos diminuiu, o que se refletiu na pouca participação de suas últimas campanhas. Os grupos de ativistas, que não eram originários de Bopal, viram-se obrigados a atender a outros problemas, colocando em segundo plano os apelos das vítimas do gás.

As ações de protesto continuam, mas trata-se de atos isolados que não fazem parte de nenhum plano coordenado de mobilização, e portanto sua eficácia é relativa. As disputas entre os dirigentes das diversas organizações, a falta de democracia interna, a pouca participação dos próprios interessados e a escassez de recursos financeiros são os principais motivos do esfriamento da cam-



A mulher foi uma das vítimas do acidente e perdeu a vista esquerda

panha, chegando-se a uma situação de incapacidade para enfrentar a violenta repressão do governo.

Por todas estas razões, o "caso Bopal" está se transformando em um beco sem saída. A Union Carbide continua se negando a reconhecer sua responsabilidade, e o excesso de burocracia impede avanços na área judicial. As vítimas, enquanto isso, continuam sofrendo e morrendo.

A expectativa inicial de que seriam criados trabalhos para os afetados, e que a Union Carbide seria obrigada a indenizá-los cedeu ao ceticismo. Restam apenas frustração e decepção.

Em última análise, parece que a tragédia não provocou quase nenhuma mudança em Bopal. Apenas - claro - para as vítimas. Mas isso pouco importa: Bopal já não é notícia.

\* S. Sarangi é jornalista e assistente social. Está em Bopal desde a tragédia do vazamento de gás, ajudando as vítimas.



# Forjar a consciência na escola

Professores reúnem-se no Chile e propõem o ensino da paz e dos direitos humanos nos programas regulares de educação básica

Ariel Poblete

Pouco depois de concluído o Terceiro Seminário de Educação para a Paz e os Direitos Humanos, já começaram a se materializar algumas das iniciativas discutidas nessa reunião, realizada com a assistência de representantes de quatorze países da América Latina.

Foi o centro "Elvu", organização não-governamental subordinada ao Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal) e responsável pelo seminário em Santiago, que assumiu a tarefa de levar adiante uma proposta de capacitação para a rede nacional para a paz e os direitos humanos.

O professor Patricio Donoso, coordenador do curso, afirmou ter sido "uma tentativa ambiciosa de introduzir os direitos humanos nas escolas e universidades chilenas. O curso tentou, creio que com êxito, aprofundar-se na aplicação de metodologias educativas e nos fundamentos teórico-ideológicos dos direitos humanos".

"Além disso", acrescentou o educador, "surgiram propostas de trabalho



A vida política só pode evoluir com a criação de nova mentalidade já na escola

que levaram ao estabelecimento de laboratórios de reflexão, que se formarão com professores do nível básico e médio. Seu objetivo é sensibilizá-los sobre a necessidade de as crianças dominarem o conceito de direitos humanos".

## Formação ética

Donoso enfatizou o papel dos professores na "socialização da proposta de direitos humanos" e sua capacidade potencial para propor sugestões curriculares, embora tenha condicionado tal possibilidade a uma mudança política própria de uma abertura democrática.

O tema central debatido por delegados da Argentina, Venezuela, Panamá, Paraguai, Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Costa Rica, México, Uruguai, Guiana e Chile foi a sistematização do ensino dos direitos humanos nos programas educacionais da região. Chegou-se à conclusão de que somente na Costa Rica, Peru e Uruguai existem iniciativas regulares nesse campo.

A respeito, o chileno Germán Molina, coordenador latino-americano do programa do Ceaal, disse que "a democracia só chegará à região, em termos defi-

nitivos, se for acompanhada de uma sólida formação ética, na qual a área dos direitos das pessoas terá de ser fortalecida". Para conseguir isso, Molina advertiu que não é suficiente — embora necessário — que os direitos humanos sejam estudados nos colégios, já que se torna imprescindível uma nova atitude por parte dos educadores.

"No Chile", assinalou, "a escola é terrivelmente autoritária. E, por esse motivo, os direitos humanos têm que ser moldados nos programas oficiais, em cada uma das matérias que sejam dadas e na mentalidade dos educadores. Estes devem educar com seus exemplos". Molina afirmou que uma das conclusões mais importantes do seminário foi o reconhecimento de que a escola, em todos os seus níveis, é fundamental para a formação de uma consciência sobre os direitos humanos, que ajude o surgimento de uma democracia estável na América Latina.

Outra resolução aprovada foi "buscar a convergência dos organismos que trabalham na defesa dos direitos humanos e a denúncia de suas violações, com aquelas encarregadas de desenvolver mecanismos de educação popular". ●



Direitos humanos é matéria urgente

# O novo papel da religião

O secretário-geral do Conselho Mundial das Igrejas analisa os ventos da religiosidade atual e a participação crescente dos vários grupos de crenças na defesa de princípios que envolvem a criação de uma ordem internacional justa, na qual as bases dos direitos humanos possam servir também à convivência entre as nações, ao abrir-se um novo século



Pastor Castro: em busca da unidade cristã, para o benefício de toda a humanidade

Roberto Bissio

Nesta entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, o secretário-geral do Conselho Mundial das Igrejas, pastor Emilio Castro, aborda um conjunto de temas que angustiam o homem que crê, na atualidade, e que significam, ao mesmo tempo, um desafio a todas as igrejas, cristãs e não-cristãs, cujas mundivisões e mensagens se chocam com uma multiplicidade de problemas práticos e urgentes: de ordem política, econômica e social – que representam encruzilhadas de vida e morte para bilhões de seres humanos.

A seguir, as opiniões do pastor Emilio Castro, cuja ação é a de coordenar os trabalhos de uma entidade onde desaguam as preocupações de grupos religiosos atuantes em todos os países do mundo.

*A religiosidade no Terceiro Mundo e na Europa Oriental está aumentando? O que está motivando este aumento?*

– O fato me parece claro: o aumento dos fiéis em procissões religiosas ou em grandes concentrações nacionais é visível, em ocasiões como as visitas do pa-

pa, ou na explosão komeinista no Irã, com suas repercussões no mundo islâmico. Os conflitos étnico-religiosos no Punjab, na Índia, entre outros, indicam o aumento da religiosidade. Por que motivo? As causas são várias.

Em alguns casos, os processos revolucionários modificaram de tal maneira a realidade, que a religiosidade aparece como a única coisa permanente em um mundo totalmente transformado. Outra explicação é a falta de identidade, o anonimato que acompanha as populações das grandes cidades. Essas pessoas não encontram símbolos capazes de projetar seu “ser pessoa” na totalidade da massa social.

Mas, existe aí uma opção pessoal, no sentido de participação, de ser importante, que é um desafio às pressões predominantes para a marginalização. Há uma busca de identidade pessoal, social, étnica, que se tornou mais importante em função das forças despersonalizantes que imperam na sociedade.

Os povos encontraram na religiosidade uma forma de projetar sua paixão, seu sentimento, sua visão do mundo, em contraste com forças predominantes dos centros de poder, que impunham formas de condutas estranhas ou inca-

pazes de repercutir na lealdade das populações.

*O positivismo, consagrado, por exemplo, no lema “Ordem e Progresso” da bandeira brasileira, parece estar em crise. Isso é bom ou mau? Que filosofia deverá orientar a auto-identificação no século XXI?*

– Há uma crise do positivismo, motivada por diversas razões. Uma delas é que o progresso prometido não aconteceu. Já não é possível, como antes, acreditar no império da lei, que traria algumas consequências benéficas.

## Os excluídos do progresso

Quando essas consequências não se realizam e, ao contrário, parece que a ordem apregoada funciona em benefício da minoria e prejuízo da maioria, fica difícil continuar acreditando nessas idéias. Ao mesmo tempo, o positivismo servia como explicação teórica em processos sociais, transmitindo um otimismo que não se verificou concretamente na História, e que não foi capaz de responder às questões mais extremas da vida do homem e que estão sempre presentes no íntimo das consciências.

Por outro lado – continua Emilio



Castro – a religiosidade popular não é somente uma rejeição do positivismo, em função da compreensão dos limites do mesmo, e sim uma rejeição caracterizada como subproduto da necessidade de encontrar forças, para superar situações sociais de marginalização.

Existe aqui um processo duplo. Por um lado, o positivismo não consegue satisfazer a necessidade de compreender a beleza, a liberdade, aquilo que extrapola os limites da opção racional. E por outro, o positivismo não permite responder a quem, vivendo nos limites de seus recursos materiais, necessita se agarrar a recursos acessíveis à vontade ou à decisão pessoal, independente do que a sociedade em conjunto possa oferecer.

Uma sociedade positivista oferece uma ciência médica eficaz aos que a ela têm acesso. Uma situação social de marginalização econômica impede que esse acesso seja igual para todos. Consequentemente, vão-se gerando as forças místicas sociais, que substituem as afirmações positivistas para compensar, de alguma maneira, as contribuições sociais que a sociedade organizada não é capaz de oferecer em termos de valores positivistas.

O positivismo, como expressão filosófica, serviu para mobilizar nossos países desde o final do século XIX até o início do século XX. Mas, mostrou suas limitações.

Necessitamos agora de uma visão cósmica, que incorpore a plenitude do ser humano e que, a partir das conquistas do positivismo – ou melhor, da ciência que se fundamentou no positivismo – consiga nos projetar para a frente, para novos tipos de sociedade e de solidariedade, que o positivismo não soube ou não pôde produzir.

É difícil responder à segunda parte da pergunta: se a morte do positivismo é um fato bom ou mau. Se se tratasse simplesmente de substituí-lo por forças que suprissem suas carências, com uma simples administração de aspirina para as dores ou uso de bengalas para andar, seria lamentável.

Mas, se a morte do positivismo implica a abertura da imaginação, da poesia, se significa uma nova criatividade, uma indagação na profundidade do ser

humano, um novo respeito pelo mistério da existência, e se essa substituição vem acompanhada da compreensão de que os valores éticos não podem ser calculados em termos contábeis, mas que se formam com o amparo de tradições e de percepções místicas, aí sim, a superação do positivismo é extremamente benéfica.

Temos que ter cuidado, em todas as evoluções históricas, para não alijarmos do nosso presente as contribuições do passado que ainda possam ter valor. É o caso de valores típicos do positivismo como a racionalidade, a capacidade de

abertura de percepções da verdade, que nos chegam envoltas em filosofias ou manifestações diferentes das nossas.

Gostaria de acreditar que uma filosofia personalista nos guiará – uma filosofia onde os valores da liberdade, ou seja, os valores do espírito, serão fortemente consolidados, e onde o valor da solidariedade encontrará sua manifestação, tanto nas estruturas sociais, como nas disposições pessoais. Uma filosofia, uma educação que, existindo a partir da noção de liberdade e caminhando para a experiência da solidariedade, nos permitirá contemplar uma ciência a ser-



“A religiosidade aparece como a única coisa permanente num mundo em transformação”

planejamento e a concepção ordenada da existência.

Mas, ao mesmo tempo, estaríamos muito limitados em nossa perspectiva humana, se voltássemos a nos resignar com uma dimensão do contável e do controlável, e perdêssemos de vista as outras dimensões de profundidade do humano, que são essenciais para o desenvolvimento pessoal e social.

#### Era da solidariedade

É difícil saber que filosofia deve orientar nossa auto-identificação no século XXI – assinala o pastor Castro. Estamos num momento de encontro entre todas as religiões mundiais. Não existe mais limitação geográfica entre elas. O pluralismo contemporâneo nos obrigará a um reexame de nossas posições, a um aprendizado de humildade e a uma

viço dessa liberdade e dominada por essa solidariedade.

Será uma filosofia que terá suas conotações religiosas, pois a simbologia com referência ao absoluto será sempre necessária. No nosso caso particular, uma simbologia que virá sempre da história de Jesus Cristo, mas que contém, em suas manifestações concretas, o diálogo com as novas necessidades e os novos desafios.

#### Religiosidade e política

Essa filosofia humanista, solidária e cheia de imaginação, poderia nos abrir caminhos para novas formas de humanidade, cujo potencial hoje só conseguimos imaginar.

*A reação contra uma certa modernização, no Irã, conduziu ao fundamentalismo, e as últimas eleições demonstraram que*



também avança em Israel o fundamentalismo judeu. Nos Estados Unidos, o presidente Reagan tornou obrigatória a educação religiosa, e mesmo em países como o Uruguai reaparecem perfis ameaçadores de uma certa teocracia revolucionária. Não será um perigo direitista esse aumento de religiosidade?

— A religiosidade em si não tem aspecto político definido, mas, evidentemente, pode muito bem ser utilizada por fanatismos políticos e por ideologias que manipulem esse sentimento. É conhecida a existência do "Documento de Santa Fé" (assim chamado por ter sido elaborado naquela cidade do Novo México, EUA — N.R.), no qual assessores do governo Reagan destacaram o valor da religiosidade latino-americana como instrumento útil para uma política de dominação em nosso continente, a partir das perspectivas norte-americanas.

Isto que o governo norte-americano considera, por um lado, um perigo para os Estados Unidos, e, por outro, a possibilidade de entrar na América Latina com uma estratégia de domínio, utilizando a religiosidade do povo, está presente também nas chamadas teocracias (muçulmanas ou de caráter cristão).

Mas, tal perigo não é inevitável, não é uma consequência lógica da realidade.

A religiosidade é a abertura do povo para a dimensão do mistério, para a expressão de suas necessidades, para a afirmação da consciência de seu valor perante o absoluto — um valor muitas vezes negado pela mesma sociedade.

Nós, cristãos, temos o desafio de acrescentar um conteúdo evangélico a essa religiosidade, de colocá-la a serviço da visão do homem e da sociedade, para que exista uma participação consciente, responsável e solidária na mesma.

A religiosidade, tanto no Irã como nos EUA, aparece como fenômeno psicossocial. Mas, os conteúdos conceituais e as práticas políticas geradas podem ser — e são — completamente diferentes.

Há um diálogo necessário e conveniente entre a religiosidade e as grandes opções de transformações sociais. Eis aí uma grande lição para todos os que, na América Latina, quiseram mobilizar as massas em função de opções revolucionárias ou libertárias, ou, como bem expressa a pergunta, para aqueles que procuram mobilizá-las em direções reacionárias.

Nesse contexto, qual a sua opinião sobre a Teologia da Libertação?

— A Teologia da Libertação é uma tentativa formidável de dar a essa religiosidade um conteúdo libertador, e vem das páginas do Evangelho. Essa religiosidade assim canalizada deixa de ser puro sentimentalismo, para se converter em motivação, em impulso, em força que sustenta o compromisso do povo com seu projeto de futuro.

Existe um desafio concreto aos homens de fé, para que entrem em contato com a religiosidade e a iluminem, a partir do preceitos do Evangelho. Só assim, o espírito religioso poderá se manifestar em toda sua plenitude humanizante e deixará de ser instrumento de alienação para os povos.

#### Catolicismo e latino-americanismo

*Certos nacionalismos latino-americanos identificam o catolicismo com a nação, e o protestantismo com a ingerência ideológica dos Estados Unidos. A proliferação de pregadores eletrônicos, como Jimmy Swaggart, parecem reforçar essa idéia. Poderia comentá-la?*

— É verdade que essa afirmação de alguns nacionalistas tem sido comum na América Latina, embora mais no passado do que no presente. Considerava-se o catolicismo como a condição religiosa de uma cultura homogênea, latino-americana, condicionada pela colonização ibérica. Quando nos aproximamos das comemorações dos 500 anos da colonização, não faltarão vozes que levantar essa bandeira reivindicatória, e tentem impelir a vida cultural e, eventualmente, a legislação de nossos países, em direção a um reconhecimento dessa simbiose entre o católico e o latino-americano clássico.

É verdade que o protestantismo chegou à América Latina através de migrantes de países como os Estados Unidos, Alemanha e Suíça, de maioria protestante. É verdade que esses migrantes chegaram questionando essa religiosidade popular de simbiose cultural com o catolicismo, para impulsionar uma apresentação da fé cristã, que se adaptava muito mais facilmente à fome de modernidade de nossos povos e às últimas manifestações culturais do positi-

### 450 MILHÕES DE FIÉIS

Assim Emilio Castro resume a história da organização que dirige:

"O Conselho Mundial de Igrejas foi estabelecido há 40 anos, em Amsterdã. Era formado por 147 igrejas: a maioria era protestante, mas havia algumas ortodoxas. O propósito era buscar a unidade da cristandade, mas a serviço da unidade de toda a humanidade. A palavra ecumenismo vem do grego *oieikumenene*, que significa "toda a terra habitada". Em suas origens, as preocupações centrais tinham relação com a problemática do Atlântico norte: a reconstrução e reconciliação da Europa, a atenção aos refugiados, a superação das velhas dicotomias confessionais... O Vaticano proibiu expressamente os católicos de participarem da assembléia constitutiva e, por muitos anos, o isolamento foi total.

O Conselho hoje compreende 307 igrejas, que em conjunto congregam cerca de 450 milhões de fiéis. As relações com a igreja católica, que ainda não integra o CMI, são fluidas: há observadores ou delegados fraternais em todas as nossas reuniões e atividades, trabalhamos juntos em vários campos específicos e o Papa já visitou nossa sede. Mas, além disso, o campo de ação do Conselho cresceu muito, em consequência da participação das igrejas do Terceiro Mundo. Assim como a luta contra o racismo, o distanciamento crescente entre os países ricos e pobres, as dificuldades criadas pelo comércio internacional e pela dívida externa, se converteram, nos últimos anos, em itens prioritários da agenda do CMI. Somos um movimento espiritual de estudo bíblico, de ação, de diálogo e de reflexão. E, por isso, nos sentimos obrigados a nos colocar a serviço dos mais pobres, que são a preocupação fundamental da mensagem da Bíblia".



vismo que comentamos anteriormente.

O protestantismo foi uma abertura para a sociedade civil, para a sociedade leiga, na vigência da liberdade religiosa. Nesse sentido, foi uma contribuição à sociedade latino-americana, para adaptá-la à modernidade, para permitir que entrasse em concordância e em concorrência entre as nações. Seria muito difícil voltar atrás e eliminar a contribuição do protestantismo e das forças liberais para a sociedade latino-americana. O renascimento da religiosidade no nosso continente e a renovação do catolicismo ocorrerão dentro de sociedades pluralistas e que continuarão pluralistas.

O protestantismo assumiu uma feição latino-americana. Sua música, sua liturgia, já refletem uma espiritualidade católica transformada a partir do encontro com a Bíblia. E creio que não exageramos, se dissermos que muito da religiosidade bíblica, da Teologia da Libertação, etc., no catolicismo, já está enriquecida pelo contato com teólogos e pensadores protestantes, e pela experiência comum da leitura da Bíblia.

Essa ótica do catolicismo como elemento de coesão nacionalista, e do protestantismo como elemento estranho à sociedade, já não resiste à experiência visível e palpável em nossos países.

O protestantismo nicaraguense já alcança 20% da população, e, em termos gerais, se concilia muito bem com os processos libertadores do sandinismo. Exemplos semelhantes podem ser dados em toda a América Latina.

O fenômeno simbolizado pelo nome de Jimmy Swaggart revela uma antiga faceta da personalidade norte-americana e com novas manifestações nessa igreja eletrônica. A partir da conquista do oeste norte-americano, desenvolveu-se nos Estados Unidos uma mentalidade messiânica, que é a afirmação da exigência interior de se exportar tudo o que se produz ali, seja um produto, uma idéia, uma perspectiva religiosa particular.

O fato dos evangelistas televisivos serem capazes de arrecadar milhões de dólares lhes permite divulgar seus programas enlatados no Terceiro Mundo, comprando espaços em nossos canais

de televisão, em nossas rádios, em nossa imprensa. Aí sim configura-se uma presença cultural alheia às convicções fundamentais da América Latina.

Devemos lembrar que esses pregadores, chamados "eletrônicos", em geral são provenientes dos meios fundamentalistas nos EUA, cujos membros não estão em contato com as igrejas de mentalidade ecumênica, que são as que desenvolveram a primeira etapa de um trabalho religioso ou protestante na América Latina.

Registra-se aqui um fenômeno de expansão do neocolonialismo cultural, frente ao qual a sociedade latino-ameri-



"A religiosidade pode sofrer manipulações"

cana se vê indefesa para competir com os próprios meios eletrônicos, devido a limitações financeiras. No entanto, as igrejas e os que amamos a cultura autenticamente latino-americana temos um trabalho de esclarecimento, de conscientização, para que os setores populares da América Latina aprendam a processar essas influências e a defender-se das veiculações ideológicas, que nos afastam da solidariedade para com os demais países do Terceiro Mundo, em sua luta pela justiça que lhes é devida.

#### Evangelho e colonização

Ou seja, quando essas manifestações eletrônicas transmitem posições ideológicas da ultradireita norte-americana, precisamos de mecanismos de diálogo e de discussão com nosso povo, para desmascarar os propósitos pseudo-religiosos dessas manifestações exteriores

de religiosidade. Eis aí um desafio à responsabilidade pastoral de todas as nossas igrejas.

*A Espanha se prepara para celebrar, em 1992, o quinto centenário do "descobrimento" da América, e a igreja católica identifica a data com o início da evangelização. Com isso se fundem os conceitos de colonização e evangelização, e contra eles muitas vozes se levantaram, como por exemplo as de muitas comunidades indígenas. É possível uma evangelização não-colonizadora? E nas extensas regiões da Ásia e da África, onde o cristianismo é minoria, é possível ser um missionário sem ser um neocolonizador?*

- Sem dúvida. O difícil é ser missionário sendo colonizador, neo ou velho. A colonização é a negação do conteúdo geral da fé cristã, que é a entrega de Deus em Cristo em uma atitude de serviço. Historicamente os fatos estão aí, não ganhamos nada em esconder nosso passado. Recordemos que a coloniza-

ção ocorreu na América Latina depois da luta entre cristãos e mouros na Espanha, o que gerou uma identificação entre a religião e o exército espanhol. E essa simbiose foi transportada para a América Latina. A cruz e a espada chegaram tragicamente juntas no nosso continente.

Mas recordemos que desde o início as instituições franciscanas e as atividades de padres como Bartolomeu de las Casas tentaram se distanciar do modelo predominante da evangelização imperialista para assumirem a defesa do índio e adotarem uma evangelização humanizante.

O conflito subsistiu entre esses dois conceitos de religiosidade praticamente até nossos dias, quando se pode detectar uma tomada de consciência geral do problema. Todas as igrejas tentam assumir a comemoração desse quinto centenário, não em termos de uma comemoração do passado, mas como



Ecumenismo: esforço de maturidade move protestantes, católicos e ortodoxos em busca de bases de entendimento

uma análise de nossas culpas para construir uma possibilidade de convivência humana mais profunda, mais real, na América Latina. Em maio de 1989, se realizará em San Antonio (Texas) uma conferência mundial sobre o tema da missão, sob o lema "Seja feita a vossa vontade". Trata-se da missão ao estilo de Jesus Cristo. O objetivo é recuperar para todo o trabalho missionário cristão, um estilo que seja respeitador das culturas nas quais se trabalha e que seja receptivo ao diálogo com as grandes religiões contemporâneas. Não podemos reincidir nos erros de ontem. Pelo contrário, é a partir da debilidade que a missão pode e deve se realizar hoje.

Na África de Sul de hoje, por exemplo, os negros armados com a Bíblia em uma mão e a outra com o punho cerrado enfrentam os demônios do *apartheid* e nos dão assim uma demonstração de evangelização. Eles anunciam a boa nova, a partir de sua situação de marginalidade, com uma metodologia não-violenta. No centro da África, nos países asiáticos ou na América Latina, as comunidades nacionais são hoje as verdadeiras missionárias.

Os missionários enviados dos centros ocidentais hoje cumprem uma função completamente periférica. A verdadeira missão está sendo desenvolvida a partir de congregações locais que transmitem sua fé às populações.

A missão cristã hoje – quando a influência do cristianismo da Europa oci-

dental se reduziu no resto do mundo – tem uma chance inaudita de recuperar a dimensão missionária da primeira geração. Como quando o apóstolo Paulo e outros vinham da Palestina, de uma província pobre do Império Romano, pertencendo a um povo submetido e periférico do mesmo império, para pregar e desafiar a consciência individual e o pensamento cultural e social das grandes cidades de Grécia e de Roma.

A primeira missão cristã foi a missão a partir da cruz, a partir da pobreza. Hoje estamos recuperando essa dimensão. As manifestações missionárias que copiam uma penetração colonizadora, como a que se denunciava na pergunta anterior, em relação às igrejas eletrônicas, hoje são repudiadas pela maioria das igrejas cristãs, em sua reflexão sobre o trabalho missionário que corresponde aos dias de hoje.

#### O diálogo ecumênico

*As igrejas cristãs avançaram em seu diálogo ecumênico? O diálogo das religiões abraâmicas é possível? Sobre que bases?*

– Logicamente as religiões cristãs – tanto o catolicismo como o protestantismo ou a ortodoxia – aprenderam a desenvolver não só um diálogo entre si, como com todas as religiões do mundo, não limitado às correntes abraâmicas. O diálogo com os budistas ou os hindus é desenvolvido em pé de igualdade com o

diálogo com os muçulmanos ou os judeus.

É verdade que é mais fácil cruzar as linhas conceituais de entendimento com aqueles que temos a tradição comum do Velho Testamento, e praticamente a mesma visão do Deus "único". Existe aqui uma potencialidade não só de diálogo, como também de colaboração, digna de ser explorada

em profundidade.

Lamentavelmente, o prolongamento do conflito israelense-palestino, com suas repercussões no mundo árabe muçulmano, torna praticamente impossível, no momento, um trabalho conjunto das três religiões, além do diálogo intelectual que sempre foi realizado por setores privilegiados, que têm uma concepção da tolerância proveniente do iluminismo europeu.

O diálogo cristão com o judaísmo ocorre com grande fluidez, algumas vezes com notas verdadeiramente cômicas. Enquanto em Roma o diálogo com os judeus faz parte da Comissão para a Unidade dos Cristãos, no contexto do Conselho Mundial de Igrejas faz parte da nossa estrutura global de diálogo com homens de outras convicções religiosas.

Nossos amigos judeus não estão satisfeitos com nenhuma dessas estruturas. Entendem que não fazem parte da comunidade cristã como tal, mas tampouco são simplesmente um setor mais interno do grande espectro da religiosidade mundial. Em virtude da nossa relação comum com o Velho Testamento, existe aí uma dimensão de unidade que, segundo eles, deveria ser reconhecida em nossas estruturas.

Logicamente o conflito sobre o Estado de Israel está sempre presente nesses diálogos. Nossos amigos judeus afirmam – e logicamente levamos a sério esta afirmação – que a vinculação com a terra de Israel é constitutiva de



seu ser judeu, e que um diálogo com eles tem que levar em conta esse princípio recíproco entre a terra e o povo judeu, ainda na diáspora.

Até aqui não há problema de reconhecimento. Pelo menos o Conselho Mundial de Igrejas tem insistido desde o início em um direito do povo de Israel à sua existência como nação, em um clima de paz e segurança, ao mesmo tempo em que insiste no direito do povo palestino a determinar seu próprio destino político.

O diálogo com os muçulmanos ocorre em várias direções: há um diálogo intelectual que procura aprofundar a verdade religiosa. Mas há um diálogo também em busca da paz no Oriente Médio. Tenta-se estabelecer vínculos à consideração do problema, não só de Israel e da Palestina, como também das diferentes comunidades libanesas, em clima de tolerância. Há também um diálogo necessário e difícil naqueles países, onde o reconhecimento muçulmano tende a exigir a implantação da *sharia* (a lei islâmica) a todos os cidadãos igualmente.

Ao entender que os cristãos não devem estar submetidos a essa lei, nos encontramos frente a um verdadeiro desafio à imaginação dos legisladores. Tenta-se encontrar as formas legais que – respeitando as tradições e os valores fundamentais de cada religião – permitam a convivência e a construção conjunta de uma sociedade tolerante e respeitadora. Essa situação de diálogo se dá principalmente na África, e cada vez mais nos países da Ásia Oriental.

#### A paz na Terra Santa

*Por que o Conselho Mundial de Igrejas não tem um lugar de destaque para o tema da paz na Terra Santa, tal como o faz para o tema da África Austral?*

– O tema da paz em todas as regiões de conflito do mundo está presente na vida do Conselho Mundial de Igrejas. Mas a metodologia é diferente em cada caso, e em consequência desperta mais ou menos a atenção. No conflito da África Austral, a opção é clara e determinante. O apartheid é uma doutrina que incorpora todas as manifestações do nacional-socialismo e com a mesma

clareza com que a consciência humana combateu o flagelo do nazismo, hoje estamos principalmente ocupados em combater o flagelo do apartheid, e convocamos todos para isso.

Em consequência, o Conselho Mundial de Igrejas está inclinado para uma presença solidária junto às igrejas e ao povo da África do Sul e às organizações criadas por esse povo para conseguir sua libertação. O quadro do Oriente Médio exige outro enfoque, porque existe uma série de fatores que complicam a situação, como, por exemplo, a realidade de Jerusalém como centro de devoção das três grandes religiões monoteístas. A história está cheia de conflitos ao redor dessa cidade. E existem questões de conflitos que não são somente das três religiões, mas de grupos internos de cada uma delas, em relação



**Tutu: a religião como base de luta pela justiça**

aos lugares santos da cidade. E esta é a realidade do Estado de Israel.

*Jesus anunciou um jubileu, e o tema está presente no Velho Testamento. É correto extrair disso algum tipo de ensinamento para a nossa América afogada pela dívida externa?*

– Claro que sim. É fundamental recuperar o conceito do jubileu. Assim é possível entender que na sabedoria divina estabeleceu-se um mecanismo, no Velho Testamento, pelo qual em dado momento as cartas voltavam a ser distribuídas para permitir que todas as famílias pudessem começar suas vidas de novo. As terras voltavam aos seus proprietários originais, e as dívidas

eram perdoadas.

Estamos em uma sociedade industrial e financeira, não estamos mais na sociedade rural palestina daquela época, com uma população mais ou menos estável; estamos num mundo extremamente dinâmico. A transferência automática daquele modelo para a nossa situação seria impossível. Mas não deve ser impossível a transferência da exigência de justiça, que está latente nesse modelo do jubileu. A justiça é sempre reabilitadora; é a que permite à pessoa – aos povos – recompor sua existência, reconstruir sua vida olhando para a frente sem a opressão do passado.

O problema da dívida é fundamentalmente ético. Porque quem a está pagando são as crianças, os pobres, os marginais. Esse problema ético tem que estar presente na pauta de conversações

entre credores e devedores. Não é simplesmente uma questão técnica. É um problema de justiça. Por aí passa toda uma reflexão que depois se tornará vontade política e instrumento para soluções.

*O conceito de jubileu pode servir para convencer a opinião pública dos países credores de que nem todas as dívidas são*

*sagradas? O Conselho Mundial de Igrejas tem feito alguma coisa nesse sentido?*

– O conceito de jubileu pode ajudar, logicamente, a formar uma opinião pública mais sensível às questões de ética, e nesse sentido mais compreensiva para com atitudes de governo que serão absolutamente necessárias para solucionar esse problema. Pode contribuir também para romper o caráter sagrado atribuído às dívidas atuais. Toda dívida deve ser paga na medida em que o pagamento preserve a vida. Toda dívida deve ser paga na medida em que assim se afirme a capacidade conjunta da Humanidade de expressar sua solidariedade e de se projetar na relação de amor e colaboração para o futuro. ●


# Anuncie aqui

**CADERNOS DO**  
**terceiro mundo**

Niemeyer  
os 80 anos  
de um gênio

Angela  
avançando  
apesar da guerra

## A INFORMÁTICA



**É NOSSA**

**O MUNDO,  
VISTO PELO  
TERCEIRO MUNDO**

TRICONTINENTAL EDITORA (LISBOA)  
EDITORA TERCEIRO MUNDO (RIO DE JANEIRO)  
PERICULISTAS DEL TERCER MUNDO (MEXICO)



## GUIA DO TERCEIRO MUNDO

HISTORIA • GEOGRAFIA • ECONOMIA • POLITICA

# É mídia certa

**O TERCEIRO MUNDO VISTO PELO  
PRÓPRIO TERCEIRO MUNDO PARA  
350 MIL LEITORES QUE DECIDEM  
O PRESENTE E O FUTURO DE SEUS POVOS.  
SÃO CERCA DE 3 BILHÕES E MEIO  
DE PESSOAS QUE ESTÃO EMERGINDO  
COM DETERMINAÇÃO.**

**VOCÊ NÃO PODE FICAR DE FORA  
DESTE MERCADO.  
ENTRE PELA PORTA CERTA.**

**Jornalismo independente há 14 anos — circulação em 70 países**



# SUPLEMENTO BRASIL



**A** economia brasileira vive, neste instante, sob as expectativas dos resultados de mais uma tentativa do Governo Sarney de controlar a inflação e colocar outra vez nos trilhos o desenvolvimento do país. Os resultados apenas temporários dos planos Cruzado e Bresser e o retorno sempre mais violento do surto inflacionário geraram, agora, o Plano Verão, um projeto em que o governo aposta todas as fichas que lhe restam na etapa final da administração, utilizando, desta vez, receitas ortodoxas, deixando de lado a heterodoxia dos planos anteriores. Diz o presidente Sarney que seu objetivo é arrumar a casa para a próxima administração e evitar que a

vida institucional viesse a ser afetada por um descalabro inflacionário, que poderia alcançar 1.500% em 1989. As críticas ao plano são muitas, principalmente no que toca à questão salarial e ao congelamento de preços, mas todos reconhecem que chegar aos objetivos depende sobretudo do próprio governo, cuja agilidade – para fazer adaptações que se fizerem necessárias – é considerada o ponto crítico.

No âmago dos problemas econômicos brasileiros persiste, porém, insolúvel, a questão – ou o drama – da dívida externa.

A história e o perfil da dívida externa brasileira, uma sangria que dura todo o tempo de nossa vida independente, é o estudo especial que **terceiro mundo** apresenta nesta edição do **Suplemento Brasil**. O economista e professor Luiz Fernando Víctor, da Universidade de Brasília, examina exaustivamente todo o processo e revela aos leitores aspectos fundamentais do endividamento brasileiro, como a sua natureza de jogo eminentemente financeiro. Em outras palavras: a verdade é que a dívida nunca serviu para ajudar o desenvolvimento brasileiro, pois sempre saiu mais dinheiro do que entrou. "Assumimos sempre uma dívida maior, para pagar uma dívida menor", conclui o professor Víctor.

O estudo, amplamente apoiado em números oficiais e contendo tabelas inéditas, é mais uma contribuição ao exame do problema, que a própria opinião pública já identificou como uma questão central a ser resolvida, para que a arrancada brasileira para o Século XXI não se veja irremediavelmente comprometida e afogada pela dependência.

## Panorama Nacional

Notícias que merecem destaque  
p. 48

## Brasil: O endividamento inútil

Estudo mostra as peculiaridades da dívida externa  
p. 51

## O lucro da inflação

Para onde flui a riqueza na escalada inflacionária  
p. 57

## As Expectativas do Plano Verão

O novo plano, a última barreira antes da hiperinflação  
p. 59

## Um programa contra o Estado

O candidato liberal Afif Domingos expõe seu programa  
p. 63

## A resistência cultural das escolas-de-samba

O Carnaval revela a força da cultura popular  
p. 67

## Teatro em busca de raízes

Um diretor brasileiro na Europa e suas pesquisas  
p. 70

## Um cineasta em Moçambique

A experiência de fazer cinema num país em construção  
p. 71

## Opinião:

A hora é esta: um líder judaico aponta o caminho do diálogo com a OLP  
p. 72

## Lista negra no campo



Chico Mendes, a vítima mais famosa da guerra no campo brasileiro

Duzentas pessoas estão ameaçadas de morte por fazendeiros e membros da União Democrática Ruralista-UDR, em todo o Brasil. A denúncia partiu da Comissão Chico Mendes do Distrito Federal e foi entregue ao novo ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, que prometeu acionar as polícias federal, e estaduais para apurar a violência no campo.

A incapacidade policial em proteger os direitos dos trabalhadores rurais e de seus dirigentes ficou provada com o próprio assassinato do sindicalista Chico Mendes, que estava sob a guarda de dois PMs, quando recebeu as balas que lhe tiraram a vida. Ele tinha sido tantas vezes ameaçado de morte, que pedira proteção policial à Justiça. Todo mundo sabia de onde vinham as ameaças. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB chegara inclusive a denunciar ao governo uma reunião da UDR, em maio do ano passado, quando foram discutidas três propostas em relação a Chico Mendes: 1) eliminá-lo,

ainda em 1988; 2) difamá-lo, através da imprensa; e 3) eliminá-lo já. A maioria dos presentes aprovou a terceira proposta.

As duas centenas de sindicalistas, defensores dos sem-terra e ecologistas, que vivem hoje sob ameaça de morte, são trabalhadores, religiosos, advogados, professores e deputados. Sem a proteção da polícia, eles se cercam de precauções. Alguns parecem estar vivendo na clandestinidade. Enquanto isso, os fazendeiros, reconhecidamente interessados nas mortes dessas pessoas, transitam impunemente pelas regiões em que vivem, sempre cercados de pistoleiros.

Liderando as diversas listas negras dos mercados para morrer estão os seguintes nomes: Padre Paulo Joaniel, 39 anos, Jacundá, ao sul do Pará; sindicalista Luís Soares Filho, Imperatriz, Maranhão; padre Ricardo Resende, Conceição do Araguaia, sul do Pará; Luís Francisco Faria Moura, lavrador de Buriti, novo Estado de Tocantins; deputado

federal Ademir Andrade (PSB), Marabá, Pará; Frei Henrique de Rosiers, francês, 53 anos, Gurupi, Tocantins; Manoel da Conceição, Imperatriz; padre Martinho Murray, Colinas de Goiás, Tocantins; a professora Lourdes Lúcia Gó, o sindicalista João Ribeiro Costa (o João Custódio) e a secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaçu, Raimunda Gomes da Silva, Buriti, Maranhão.

Também está ameaçado de morte o irmão do depu-

tado estadual João Carlos Batista do PSB, paraense, que foi assassinado em dezembro. O problema não se limita ao Norte-Nordeste do país. No Rio de Janeiro, D. Waldyr Calheiros, que já respondeu a três inquéritos, durante os governos militares, está ameaçado de morte pelo 'Esquadrão da Morte' do Rio. D. Waldyr defendeu os trabalhadores, no conflito com o Exército, durante a greve na Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, em que foram mortos três operários.

## A febre do ouro



A febre do ouro cavou Serra Pelada e ataca as reservas indígenas

O território dos índios yanomamis, localizado entre as florestas de Roraima e do Amazonas é palco do mais novo faroeste brasileiro. A partir de agosto de 1987, ao ser descoberto um rico veio de ouro na terra dos yanomamis, um vertiginoso desenvolvimento ocorreu na região.

Só no ano passado, cerca de 30 mil garimpeiros invadiram o território indígena, extraindo 13 toneladas de ouro, equivalentes a 10% do total da produção nacional. Na capital de Roraima, Boa Vista, 30 empresas são abertas por dia, além de novas agências bancárias e inúmeras pistas de pouso.

Os 9 mil yanomamis - donos legais da terra - não têm qualquer tipo de compensação pela exploração que vem sendo feita pelos garimpeiros. Enquanto muitas fortunas acontecem da noite para o dia, os índios simplesmente são massacrados, vítimas de conflitos com garimpeiros ou de doenças levadas pelos novos visitantes. A aldeia yanomami de Buutatri, que tinha duzentas pessoas, desapareceu no ano passado, em consequência de um surto de sarampo. Sem anticorpos contra as enfermidades mais triviais dos invasores, é comum vê-los morrer de um simples resfriado.

## Vacina pioneira

Até meados deste ano, o Brasil terá a primeira vacina do mundo contra a leishmaniose, doença produzida por protozoário. A Leishvacin, desenvolvida pelo Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, é fruto de 13 anos de pesquisa, sob a coordenação do cientista Wilson Mayrink. O laboratório Bioquímica do Brasil fabricará um milhão de doses por ano da vacina, o que atenderá inteiramente a demanda estimada, no país.

Pretende-se exportar o produto para a Colômbia e Venezuela, que são limítrofes à área amazônica, onde a

doença tem grande incidência. A vacina deverá ser adaptada para uso também na África e Ásia, regiões de incidência de leishmaniose com agente patogênico diferente.

Transmitida pelo inseto Lutzomya (o mosquito-palha ou birigui), a leishmaniose é a segunda doença mais comum entre as causadas por protozoários, vindo logo depois da malária. O principal sintoma da doença é a ferida que surge no local da picada do mosquito. Em princípio, ela não mata, mas provoca um sensível enfraquecimento na pessoa atacada. "A leishmaniose", explica o prof. Mayrink, "só mata nos casos em que atinge a região buco-nasal das pessoas, causando a morte por infecção".

## Petrobrás em águas inglesas



Petrobrás: técnica avançada

A Petrobrás deu mais um passo no sentido de participar da 11ª licitação para a exploração de petróleo do lado inglês do Mar do Norte, área que produz hoje 2,5

milhões de barris de óleo por dia. Através da sua subsidiária Braspetro, a empresa comprou 2,5% dos interesses da British Petroleum, no gigantesco campo de Magnus, localizado 200km a nordeste da ilha de Shetland, que começou a produzir em 1983. Foi uma concorrência internacional. Saíram vitoriosas também a Sun Oil Britain Ltd. (americana), a Uk's Repsol Exploration (espanhola) e a Goal Petroleum (inglesa). A Braspetro, que fez a compra através da sua controlada Brasoil U.K. Ltd., adquiriu o equivalente a US\$ 44,5 milhões, com direito a participar de todas as instalações do campo, tais como oleodutos, gasoduto e terminais. A empresa brasileira já participa da produção do Mar do Norte, através de associação, no setor norueguês.

## Casa de papel

Daqui a 11 anos, o Brasil estará com 179 milhões de habitantes, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Diz ainda o órgão oficial de pesquisa do governo, que este crescimento de quase 40 milhões de habitantes, em praticamente uma década, significa a necessidade de construção de oito milhões de habitações, ou seja, pouco menos de 800 mil unidades por ano. Além disso, o país já conta com um déficit de sete milhões de moradias. O investimento que teria de ser feito, para atender a toda essa demanda, está estimado em 10 bilhões de dólares por ano.

São números dramáticos que parecem, no entanto, não sensibilizar o governo. Nos últimos dois anos, a questão habitacional sofreu os efeitos de 30 decretos-lei, 46 resoluções e circulares alterando o sistema financeiro da habitação; a criação e extinção de três ministérios para tratar do desenvol-

vimento urbano e a utilização, para cobrir o déficit público, de recursos do Fundo de Garantia e das cadernetas de poupança, os instrumentos de captação de dinheiro criados para financiar a habitação.

Os sindicatos e associações que representam os construtores, engenheiros, arquitetos e trabalhadores em geral da construção civil, anunciam mobilização para desenvolver este ano campanha pela habitação popular. Os trabalhos, sob a responsabilidade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, baseiam-se em três pontos: resgatar as finalidades que deram origem ao FGTS e à caderneta de poupança; criar o Conselho Nacional de Habitação, onde deverão ter assento trabalhadores, empresários e técnicos do governo; e exigir dos candidatos à Presidência da República um programa de investimento no desenvolvimento urbano do país.



Urbanização acelerada torna a habitação um drama no país

## Pelos filhos dos desaparecidos

O Fundo Norueguês para a América Latina, entidade que incentiva projetos alternativos em países do Terceiro Mundo, está oferecendo bolsas-de-estudo, no Brasil, a filhos de pais mortos ou desaparecidos por motivos políticos. Os contatos são feitos através do Grupo Tortura Nunca Mais-GTNM. É necessário que as famílias interessadas, ao enviar pedido ao GTNM, anexem o certificado de escolaridade da criança. Pedidos de fichas e informações devem ser feitos diretamente ao GTNM: Rua Vicente Prado, 93, Bela Vista, CEP 01321, telefone (011) 289-8968, São Paulo-SP.

## Fundamentalismo contra progressistas



Bispos estão preocupados com religiosidade intimista e alienada

O arcebispo de Goiânia, D. Antônio Ribeiro de Oliveira, proibiu, na sua arquidiocese, o funcionamento da Escola Nacional de Evangelização 2000, ou Lumem 2000. A escola é financiada pela Renovação Carismática Católica, movimento internacional, dentro da própria Igreja, que conta com o patrocínio de dirigentes empresariais católicos. (Veja, a propósito, **terceiro mundo**, edição 115, matéria de capa "O cerco à igreja progressista", p.64). "É inviável", explica D. Antônio, "o relacionamento pastoral entre a arquidiocese e esta iniciativa de âmbito internacional, que não leva em conta a nossa realidade e o nosso plano de ação pastoral".

O arcebispo acrescenta

que o movimento acentua o conteúdo espiritualista e intimista, nos seus programas e orações, dando prioridade aos problemas individuais e psicológicos e esvaziando os problemas comunitário-sociais. "Mesmo não tendo percebido conteúdos teológicos pouco corretos", diz Dom Antônio, "descobre-se uma leitura bíblica fundamentalista e individualista, bem parecida com a das igrejas pentecostais, uma visão do mundo totalmente negativa e uma excessiva valorização do demoníaco. O elemento teológico que mais preocupa o movimento é a relação direta com Deus, esvaziando todas as causas segundas, chegando a limites de fé cega, irracional, que, às vezes, aproxima-se do fanatismo".

## Queimando óleo

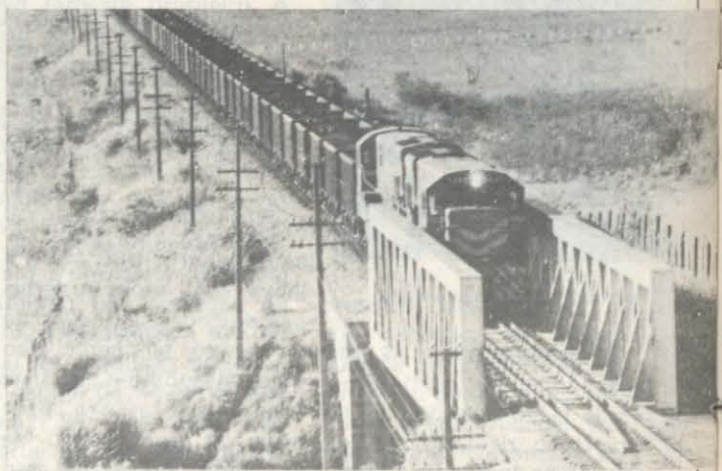
A falta de racionalidade dos transportes impõe ao Brasil gastos excessivos e crescentes. Levantamento da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária-Abifer demonstra que o país poderia ter economizado 154 milhões de dólares, em 1987, somente no setor de transportes de granéis, caso a maior parte das mercadorias escoadas aos portos tivesse utilizado o trem e não o caminhão movido a diesel. Os dados mostram que dos 13,3 milhões de toneladas de grãos, farelos e óleos vegetais movimentadas, em 1987, chegou aos portos por rodovia um total de 51% das cargas, cabendo à ferrovia o restante dos embarques.

Caso o perfil de transportes do Brasil apresentasse a racionalidade verificada em outros países, seria muito superior a percentagem de mercadorias que teriam sido levadas aos pontos de exportação através de trens, cujo custo de frete é sensivelmente menor que o do sistema rodoviário: a proporção é de 1 dólar para o trem e de 2,32 dólares para o caminhão. Como a

maior parte das safras é transportada por rodovia, pode-se constatar o quanto se encarece a mercadoria brasileira, que perde, conseqüentemente, o poder de competição frente à produção de outros concorrentes, no mercado internacional. Além disso, o perfil rodoviário do transporte de longa distância, no país, significa o agravamento em termos de combustível (obriga a maior importação de petróleo bruto ou de diesel).

Assim, pelos dados de 1987, o Brasil gastou, só em frete, um total de 137 milhões de dólares no transporte de 6,8 milhões de toneladas de granéis por caminhão. Já para transportar 6,6 milhões de toneladas por trem, gastou apenas 58 milhões de dólares. Por falta de trem, os produtores perderam 79 milhões de dólares em frete e tiveram suas mercadorias sensivelmente encarecidas no mercado externo, obtendo retorno menor.

A questão ferroviária parece estar merecendo um debate mais profundo que os já costumeiros gritos contra a Ferrovia Norte-Sul.



A pouca atenção à ferrovia acaba por custar muito caro à economia

# O endividamento inútil

O presente trabalho para *terceiro mundo* limita-se a responder à questão básica: por quê e para quê se endividou o Brasil? Qual o destino dos empréstimos e financiamentos concedidos pelo sistema financeiro internacional? Busca também confrontar as operações originadas em empréstimos e financiamentos do sistema financeiro internacional com os ingressos de capitais de risco para o setor produtivo. Estabelece o papel do sistema financeiro internacional e propõe algumas alternativas para a solução soberana da dramática sangria que o serviço da dívida representa para o país.

Luiz Fernando Vctor\*



Os trabalhos pioneiros de Valentim Bouças, na década de 50, foram o levantamento mais completo que se conhece sobre o endividamento ex-

terno brasileiro, no período 1824/1945. Este estudo apresenta com clareza o caráter predatório dos empréstimos e financiamentos ao Brasil naqueles anos. Não se encontra em toda sua obra – apesar de ter analisado contrato por contrato com o sistema financeiro internacional, no período – uma só indicação de que as operações financeiras tenham sido dirigidas para o progresso do país – seja via complementação de poupanças, seja via aumento da capacidade para importar. Ao contrário. É do seu trabalho a constatação principal, que está presente até os dias de hoje no processo de renegociação da dívida externa: emitimos sempre uma dívida maior para pagar uma menor, desembolsando a mais importâncias representativas.

A outra constatação de Bouças, ainda presente, é a de que desde 1824, o país sempre sucumbiu frente às condições negociais impostas pelos credores. Constatou ainda que a elite dirigente do país – e seu estamento burocrático – foram sempre cúmplices e beneficiários dessa situação. Desde o primeiro empréstimo, assumido pelo Brasil pela Convenção Secreta Adicional ao Tratado de 29 de agosto de 1825 – pelo qual assumimos a responsabilidade do pagamento de uma dívida de Portugal

com a Inglaterra, de 1.400.000 libras esterlinas, contraída em 1823, como condição para o reconhecimento internacional de nossa independência – até 1931, quando Getúlio Vargas foi forçado pela comunidade internacional, inclusive pelo Tribunal de Justiça de Haia, a elite dirigente do país esteve presente e se beneficiou dos empréstimos internacionais.

Responsável principal pela política de relacionamento com o setor financeiro internacional no Governo Vargas, Valentim Bouças, apoiado por Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa, conseguiu impedir que o processo espoliativo continuasse, interrompendo-o em 1932.

Note-se que, de 1824 a 1988 – 164 anos de nossa história – o único governo que não se valeu dos empréstimos internacionais foi o de Getúlio Vargas. O período Dutra não assumiu empréstimos, devido à renegociação do Plano Souza Costa, de 1943, e à existência de elevadas reservas internacionais deixadas pelo governo Vargas. Não consta qualquer empréstimo tomado pelo país, de 1932 a 1953, apesar de Valentim Bouças indicar as pressões internacionais para que assinássemos novos acordos com o sistema financeiro internacional.

Quando Getúlio assumiu o poder em 1930, o país devia ao sistema financeiro internacional 267,1 milhões de libras esterlinas. Quando foi deposto em 1945, a dívida se reduzira para 176,4 milhões de libras esterlinas e estavam lançadas as bases do processo de desenvolvimento industrial do país.

As palavras de Souza Costa, em 1945, indicam o elevado nível de consciência que o governo Vargas tinha do processo espoliativo imposto pelo sis-



O economista Luiz Fernando Vctor

tema financeiro internacional: "... a dívida nasceu com a independência, cresceu no Império e na República e multiplicou-se mais em consequência de operações de consolidação e de "fundings" do que da utilização de recursos de capital para obras reprodutivas, sendo que de algumas, que mesmo contendo tal cláusula expressa nos contratos de sua constituição, foi o seu produto desviado, para outros fins. ... não se pode compreender que uma nação trabalhe para transferir os seus recursos às mãos dos credores, sem possibilidade de reservar desses recursos a parcela suficiente ao custeio de suas necessidades. Os encargos da dívida não podem anular o direito de subsistência dos povos; da mesma maneira, normas contratuais que se tornaram extorsivas, em face das possibilidades econômicas, não podem subsistir".

## Certos 30 anos

O período 56/87, na História do Brasil, é um dos mais ricos e sofridos de toda História de nosso povo. Inicia-se com a vitória de Juscelino Kubitschek,

que governa o país até passar o governo a Jânio Quadros em, 1961. Este abandona o governo sete meses depois, e o vice-presidente João Goulart assume, no bojo de uma crise política e econômica sem precedentes até àquele momento. Em abril de 1964, João Goulart é deposto por um golpe militar, instalando-se uma ditadura que vai perdurar até 1985, quando, com a morte de Tancredo Neves, assume José Sarney.

O governo Juscelino reinicia e aprofunda o relacionamento do Brasil com o sistema financeiro internacional. Durante seu governo, obteve sucessos representativos na entrada de capitais de risco no país. Só em 1956 o país absorveu mais investimentos líquidos que todo o quinquênio anterior. Embora tenha reduzido, comparativamente ao quinquênio anterior, as remessas de lucros e dividendos – para um ingresso bruto de moeda e mercadorias, entre 56/60, de 565 milhões de dólares, foram registrados 146 milhões de remessa de lucros e dividendos, isto é, 25,8% – o governo Juscelino manteve, como o grande beneficiário dos “50 anos em 5”, o sistema financeiro internacional.

Entre 56/60, foram emprestados ao Brasil 1,7 bilhão de dólares, enquanto o serviço da dívida elevou-se a 1,9 bilhão de dólares, isto é: todo dinheiro tomado emprestado pelo país não foi suficiente para pagar os empréstimos e financiamentos. Quando Juscelino assumiu, o saldo da dívida era de 1.445 milhões de dólares, representando valor praticamente idêntico ao das exportações. Em 1960, quando deixa o governo, o saldo da dívida elevava-se a 3.907 milhões de dólares – três vezes o valor das exportações.

O período Jango – 1961/1964 – caracterizou-se pelas tentativas de controle do capital estrangeiro, renegociação da dívida externa e redução de seu saldo. As tentativas de controle, fiscalização e regulamentação do capital estrangeiro pelo governo João Goulart representou um dos principais elementos de sua deposição. Entre 61/63 ingressaram no país 207 milhões de dólares e foram remetidos, a título de lucros e dividendos, 49 milhões de dólares, ou seja, 26%. Em 1963, não consta

um só dólar a título de remessa de lucros e dividendos.

Entretanto, o capital financeiro conseguiu ludibriar o governo Jango. É da sua época a Lei 4131, de 3 de setembro de 1962, que disciplinava o ingresso, aplicação e remessa de lucros do capital estrangeiro. Enquanto cerceava o capital produtivo, o governo Jango não percebeu que a Lei 4131, que seria uma das causas de sua queda, beneficiava o capital financeiro. O artigo 28 trata das restrições que as autoridades monetárias poderão impor, no caso de “grave desequilíbrio no balanço de pagamentos”. O parágrafo quinto desse artigo faz importante ressalva, que nos interessa na análise, a saber: “Não haverá, porém, restrições para as remessas de juros e quotas de amortizações, constantes de contratos de empréstimos devidamente registrados”.

O que a lei nos diz é que, mesmo no caso de haver desequilíbrios graves no balanço de pagamentos, não se pode restringir o pagamento do serviço da dívida. No período, a dívida passou de 3.907 milhões de dólares para 3.986 milhões, quase três vezes o valor das exportações. O total de empréstimos e financiamentos elevou-se a 1.154 milhões de dólares e o serviço da dívida a 1.320 milhões, isto é, mais uma vez os empréstimos do sistema financeiro internacional ao Brasil foram insuficientes para pagar o próprio serviço da dívida.

O golpe militar de 1964 representou a capitulação definitiva do país aos interesses do capital financeiro internacional. As primeiras medidas econômicas do governo militar de 64 estavam vinculadas aos interesses do capital financeiro internacional. Consciente de seu papel nessa capitulação, Roberto Campos toma três decisões em 1964, para favorecer, ampliar a participação e facilitar o trânsito do capital financeiro no país, a saber: modificou a 4131 no que lhes interessava, ampliando as possibilidades de transnacionalização do crédito; criou a correção monetária, como forma de manter atualizados os ativos das multinacionais, e gerou o sistema financeiro nacional – cópia escarada do sistema norte-americano, sem os seus controles e coordenação.

Entre 1964 e 1987, não se modifica-

ram os privilégios e liberdade de ação do capital financeiro internacional na economia brasileira. Ao contrário. Toda política de desenvolvimento teve, como instrumento principal de trabalho, o capital estrangeiro. Os privilégios foram de tal natureza que não se discutiam as taxas de juros, “spreads”, ou condições negociais diversas. Na década de 70, o Brasil era um dos países do Terceiro Mundo que mais “custos financeiros” pagava à banca internacional.

O objetivo principal dos seguidos governos militares e o da Nova República é o fechamento do balanço de pagamentos. Para isso, negociaram empréstimos ruinosos, em condições muito mais desfavoráveis que outros países subdesenvolvidos. Adquiriam produtos estrangeiros – mesmo com similares produzidos no país – desde que, para cada dólar dispendido na compra do equipamento, significasse a entrada de dois dólares de operações financeiras. Os “spreads” eram mais elevados, em empréstimos mais curtos, que os tomados em empréstimos mais longos por Argentina e México. E tivemos sempre que pagar as comissões dos banqueiros e intermediários (“flat fee”), enquanto outros países não as pagavam.

A política de ajustamento externo – que significa fazer saldos comerciais para pagamento do serviço da dívida – induzia novas operações financeiras, tendo como razão principal a integração do país na comunidade internacional, além da ameaça implícita de ter as linhas de curto prazo cortadas, no caso de se desejar enfrentar soberanamente o problema.

A irresponsabilidade e interesses envolvidos, levaram o país de uma dívida de 3.874 milhões de dólares em 1964 para 121.264 milhões em 1987, um aumento nominativo de mais de 31 vezes, em 23 anos.

Em termos correntes, o PIB passou de 29.166 milhões de dólares para 277.412,1 milhões, um aumento de 9,5 vezes, o que equivale dizer que, para cada dólar de aumento do PIB, houve um aumento de mais de 3 dólares na dívida externa.

Enquanto, em 1964, as exportações representavam cerca de 39% do saldo da dívida externa, em 1987 representa-

## DÍVIDA EXTERNA

ram 21,6%, isto é, a política de ajustamento externo, mesmo com todos os incentivos à exportação concedidos pelo governo brasileiro, não conseguiu acompanhar os custos extorsivos do sistema financeiro internacional.

## Indicadores do relacionamento com a comunidade internacional

As análises que se efetuam a seguir estão estruturadas nos anexos a este artigo. Procura-se, inicialmente, dar o conhecimento objetivo de cada um dos itens analisados, para, ao final, proceder às comparações e relações. As origens dos dados primários são o IBGE e o Bacen, tal como o indicado no anexo I.

## EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB

Em valores correntes, o PIB passou de 21.322,7 milhões de dólares, em dezembro de 56, a 277.412,1 milhões, em dezembro de 1987 – um crescimento de mais de 13 vezes. A preços de 1987, vai de 85.766,1 milhões, para os mesmos 277 bilhões – um crescimento de pouco mais de 3 vezes. O Anexo I apresenta sua evolução no período, ano a ano. Note-se que, em termos correntes, o PIB atinge seu valor maior em 1982, enquanto que, em valores de 1987, será em 1979 que o PIB atingirá o máximo.

## CRESCIMENTO POPULACIONAL

A população brasileira passa de 61.980.000 habitantes em 1956, para os estimados 140.857.000 em dezembro de 1987. Um crescimento de 2,3 vezes.

## EVOLUÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA EXTERNA

No período em análise – 1956/1987 – o saldo da dívida externa, a preços correntes passou de 2.694 milhões de dólares para 121.264 milhões – um aumento de quase 50 vezes. A preços de 1987, vai de 10.836,1 milhões de dólares para os mesmos 121,8 bilhões – um aumento de pouco mais de 11 vezes. Se se tomar aleatoriamente alguns períodos, a preços correntes, constata-se que

entre 1956 e 1960 a dívida aumentou 1,45; entre 60/69 – 1,13; entre 69/79, 12,7, e entre 1979 e 1987, 2,2 vezes. Os números mostram que o acréscimo representativo está na década de 70. Em valores de 1987, esta constatação se apresenta bem mais nítida. Entre de-

zembro de 69 e dezembro de 1979, o saldo da dívida aumentou 6,4 vezes. Na década de 60, em valores de 87, caiu.

Em dezembro de cada subperíodo indicado abaixo, o saldo da dívida externa e suas variações se apresentaram assim:

DÍVIDA EXTERNA ..... US\$ milhões				
anos	valores correntes		valores de 1987	
	saldo	variação	saldo	variação
1956	2.694,0	10.836,1	-	-
1960	3.907,0	1.213,0	14.297,7	3.461,6
1969	4.403,0	496,0	12.980,0	(-) 1.317,7
1979	55.803,0	51.400,0	83.347,3	70.367,3
1987	121.264,0	65.461,0	121.264,0	37.916,7

## EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida compõe-se das amortizações, mais os custos financeiros (leia-se, para os efeitos do trabalho, os juros). Entre 1956 e 1987, o Brasil pagou e/ou diferiu os seguintes valores na rubrica de amortizações:

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA ..... US\$ milhões				
período	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	1.547,0	1.547,0	5.842,8	5.842,8
1961/69	3.817,0	5.364,0	11.118,8	16.961,6
1970/79	27.244,3	32.608,3	50.447,6	67.409,2
1980/87	63.995,4	96.603,7	70.944,9	138.354,1

Os juros pagos e/ou diferidos apresentaram a seguinte evolução, nos mesmos períodos:

JUROS PAGOS ..... US\$ milhões				
período	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	398,0	398,0	1.507,7	1.507,7
1961/69	1.505,0	1.903,0	4.214,0	5.721,7
1970/79	13.584,3	15.487,3	23.240,3	28.962,0
1980/87	74.296,4	89.778,7	83.878,2	112.840,2

O serviço da dívida – soma das amortizações e juros, conforme quadros acima – apresentou os seguintes valores:

SERVIÇO DA DÍVIDA ..... US\$ milhões				
período	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	1.945,0	1.945,0	7.350,5	7.350,5
1961/69	5.322,0	7.267,0	15.332,8	22.683,3
1970/79	40.828,6	48.095,6	73.687,8	96.371,2
1980/87	138.246,8	186.342,4	154.823,1	251.194,3

## RESERVAS INTERNACIONAIS

Os saldos das reservas internacionais e suas variações, ao final de cada subperíodo (dezembro), apresentaram a seguinte evolução:

SALDOS DAS RESERVAS ..... US\$ milhões				
ano	valores correntes		valores de 1987	
	simples	variação	simples	variação
1956	608,0	-	2.445,6	-
1960	345,0	(-) 263,0	1.262,6	(-) 1.183,0
1969	656,0	311,0	1.933,8	671,2
1979	9.689,0	9.033,0	14.471,5	12.537,7
1987	7.458,0	(-) 2.231,0	7.458,0	(-) 7.013,5

O saldo das reservas internacionais, *grossa modo*, se compõe de: ouro, direitos especiais de saque, posição no FMI e divisas conversíveis. Segundo o Banco Central, em 1979 e 1987 era a seguinte a composição dos saldos, no final dos anos: 1) em 1979: ouro – 7,5%; DES – 3,9%; posição no FMI – 2,5%; divisas conversíveis – 86,1%; 2) em 1987: ouro – 15,5%; DES – nada; posição no FMI – nada; divisas conversíveis – 84,5%.

## EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Para efeito das análises seguintes, em vista da composição das reservas internacionais, as posições em divisas conversíveis serão identificadas com as próprias posições das reservas internacionais.

O valor dos empréstimos e financia-

mentos incluem todas as operações registradas e as também chamadas não-registradas – curto, médio e longo prazos. Para efeito desta análise, também não se discute a validade dos números do Bacen. Simplesmente, são transcritos os números apresentados.

Os empréstimos e financiamentos seriam as operações de que se utiliza-

ram o estamento burocrático do país e sua elite dirigente, para, segundo sua versão, promover o desenvolvimento do país, isto é: estas operações seriam as responsáveis pela abertura do país ao setor internacional, e responsáveis principais pelo processo de nosso pequeno (ou grande) desenvolvimento. Seriam aquelas operações que, segundo seus responsáveis, servem para complementar nossa capacidade de importar e complementar as poupanças internas. Geraram, no dizer dos seus defensores, fundamentalmente, a estrutura produtiva do país: aumentando sua capacidade instalada, melhorando sua produtividade, criando novos empregos, integrando o país dentro das modernas linhas do desenvolvimento tecnológico internacional. Sem estes empréstimos e financiamentos, segundo ainda seus defensores, o Brasil não teria alcançado o atual estágio de desenvolvimento. É bom que se registrem estas afirmações, no momento em que se estabelecem os valores, para confrontá-los mais tarde com as reais destinações dos empréstimos e financiamentos tomados pelo país em toda a sua história. Nos subperíodos que estamos analisando, os empréstimos e financiamentos apresentaram os valores expressos no quadro abaixo.

## INGRESSOS DE CAPITAIS DE RISCO – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

A apresentação das séries de investimentos estrangeiros no país não são homogêneas, são pouco confiáveis e, muitas vezes confidenciais. A comparação entre os números do IBGE e do Bacen também se apresentam diversas

## EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS ..... US\$ milhões

períodos	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	1.710,0	1.710,0	5.245,1	5.245,1
1961/69	4.560,0	6.270,0	14.870,2	20.115,3
1970/79	64.475,6	70.745,6	137.516,3	157.631,6
1980/87	71.583,3	142.338,9	85.102,6	242.734,2



e/ou defasadas. De qualquer forma, os números apresentados abaixo representam uma tentativa de usar as duas fontes, tal como se indica no Anexo I.

Entre 1956/1969, o valor que consta da coluna de ingressos é retirada do IBGE: investimentos diretos líquidos iguais aos investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil, menos investimentos brasileiros no exterior. A partir de 1971, o valor dos ingressos representam os fluxos do balanço de pagamentos em moedas e mercadorias, não se considerando mais os investimentos brasileiros no exterior. A sua consideração deve agravar sobrema-

neira o quadro em análise. Entretanto, como as séries já podem ser melhor separadas – ingressos de moeda e mercadorias, reinvestimentos, remessas de lucros e dividendos, repatriações e conversões – preferiu-se neste estágio, pela supressão dos valores ditos brasileiros. Por outro lado como a análise final é feita também por agregados, considerou-se como igual a zero o estoque de investimentos estrangeiros em janeiro de 1956. A distorção final é pequena.

No período em análise, por subperíodos, os estoques acumulados de capital de risco representaram os seguintes valores:

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS ..... US\$ milhões				
períodos	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	419,0	419,0	1.596,2	1.596,2
1961/69	346,0	765,0	1.168,3	2.764,5
1970/79	3.383,1	4.184,1	7.775,3	10.539,8
1980/87	(-) 5.079,9	(-) 931,8	(-) 5.146,7	5.393,1

Os valores indicados acima são iguais aos ingressos brutos, menos repatriações, menos remessa de lucros e dividendos (Anexo I).

Os reinvestimentos não serão considerados por não representarem entradas efetivas de capitais, senão o resultado dos trabalhos no Brasil. As conversões, por se tratarem de um capítulo à parte – além de um crime de lesa-pátria – também não serão analisadas.

#### BALANÇO DE TRANSAÇÕES CORRENTES

Entre 1956 e 1987, o Brasil exportou

EXPORTAÇÕES ..... US\$ milhões				
períodos	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	6.677,0	6.677,0	25.114,2	25.114,2
1961/69	14.639,0	21.316,0	48.498,9	73.613,1
1970/79	82.605,8	103.921,8	158.013,7	231.626,8
1980/87	186.637,5	290.559,3	210.901,4	442.528,2

## Lições da história

O acompanhamento e estudos que venho desenvolvendo da dívida externa brasileira remontam a 1964, quando li, pela primeira vez, a obra de Charles Bethelheim "A Economia Alemã sob o Regime Nazista", de 1946.

Segundo Bethelheim, a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha, em 1933, se deu em virtude da intolerância e pressões dos banqueiros internacionais sobre o governo alemão, para receber o serviço da dívida externa. Tendo que fazer divisas, a qualquer preço, a partir de 1927, a Alemanha iniciou um processo de contração de suas importações, frente à impossibilidade de expandir seus mercados externos, ocupados pelos demais países do bloco ocidental. A conquista de saldos representativos na balança comercial alemã, a partir de 1930, representou a redução de atividades produtivas internas, que necessitavam das matérias-primas e produtos industrializados, para fazer funcionar sua capacidade instalada. O corte das importações representou um duro golpe na economia alemã, que, paulatinamente, foi reduzindo suas atividades econômicas internas, tendo como resultado o fechamento de empresas, a redução salarial – com a conseqüente proletarização de parte representativa das classes médias – e o desemprego do operariado. O caos instalou-se na economia alemã, na busca desesperada de saldos para fazer face às responsabilidades assumidas com os banqueiros internacionais.

Os nazistas conseguiram mistificar a situação real e jogaram a culpa pela situação calamitosa da economia nas indenizações, exigidas pelos aliados após a I Guerra Mundial.

Luiz Fernando Víctor

IMPORTAÇÕES ..... US\$ milhões				
períodos	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	6.013,0	6.013,0	22.876,5	22.876,5
1961/69	12.509,0	18.522,0	41.529,8	64.406,3
1970/79	97.204,1	115.726,1	185.962,0	250.368,3
1980/87	136.049,8	251.775,9	157.849,0	408.217,3

SALDOS COMERCIAIS ..... US\$ milhões				
períodos	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	664,0	664,0	2.237,7	2.237,7
1961/69	2.130,0	2.794,0	6.969,1	9.206,8
1970/79	(-) 14.598,3	(-) 11.804,3	(-) 27.948,3	(-) 18.741,5
1980/87	50.587,7	38.783,4	53.052,4	34.310,9

#### Balanço de serviços - exceto rendas de capitais

O pagamento de serviços no período - deduzidos pagamentos de juros, remessas de lucros e dividendos - apresentou os seguintes números:

BALANÇO DE SERVIÇOS ..... US\$ milhões				
períodos	valores correntes		valores de 1987	
	simples	acumulado	simples	acumulado
1956/60	1.324,0	1.324,0	5.045,3	5.045,3
1961/69	2.137,0	3.461,0	7.038,9	12.083,9
1970/79	13.055,6	16.516,6	25.342,6	37.426,5
1980/87	20.349,9	36.866,5	23.476,7	60.903,2

Transferências Unilaterais - não são consideradas no presente trabalho, não só pela sua pouca significação no balanço de pagamentos do país, como por sua pouca clareza, para efeito de análise.

#### ANÁLISES DOS NÚMEROS E QUADROS

##### Contribuição aparente do capital estrangeiro ao desenvolvimento

O modelo abaixo procura sintetizar todos os números anteriores, buscando definir, efetivamente, os valores que ficaram disponíveis para dar uma contrapartida efetiva ao desenvolvimento brasileiro. Partindo dos saldos comerciais, inclui os serviços e a movimentação do capital financeiro e do capital produtivo,

tal como se apresenta na página seguinte.

A análise do quadro Capital Externo no Desenvolvimento demonstra:

1 - *Saldo comercial* - No somatório do período 56/87, a preços de 87, o país apresentou um saldo comercial representativo. No quadro Anexo I, a preços correntes, os anos que apresentaram saldo negativo foram 1960, 1962, 1971, 1972, 1974, 1975, 1976, 1978, 1979 e 1980. Todos os demais apresentaram saldos positivos - exportamos mais que importamos.

2 - *Serviços* - Quando se agregam os serviços (frete internacionais, seguros, turismo, etc.), sem considerar as rendas de capitais (juros, lucros e dividendos), o saldo do que chamo transações comerciais indica, que os serviços superaram os saldos da balança comercial, entre 1956/1969. Como na década de 70 importou-se mais que exportamos, o saldo comercial apresenta um valor negativo maior que os serviços, embora, como se verá adiante, representará valor significativo em relação ao PIB. Na década de 80, com a política de ajustamento externo - busca de saldos comerciais significativos para pagamento do serviço da dívida - o pagamento dos serviços representará quase a metade do saldo comercial.

3 - *Empréstimos* - Neste ponto, é que os empréstimos/financiamentos entram como instrumento fundamental, para efeito do pagamento do serviço da dívida. A comparação do serviço da dívida com os empréstimos e financiamentos indica, claramente, que todos os chamados financiamentos foram efetuados para atender ao pagamento do serviço da dívida - amortizações e juros. E, normalmente, foram insuficientes, exceto na década de 70. Entre 66/87, o valor dos empréstimos e financiamentos, a preços de 87, se elevaram a 242,7 bilhões de dólares, enquanto o serviço da dívida foi de 251,2 bilhões de dólares - sendo 138,3 bilhões de amortizações e 112,9 bilhões de juros. O saldo negativo de 8,5 bilhões representou a diferença que o país teve que desembolsar (ou foi debitado), isto é: todos os empréstimos e financiamentos tomados, nos 32 anos de 1956/1987, foram insuficientes para cobrir as amortizações e os custos financeiros da dívida.

4 - *Saldos brutos* - Somando-se aos saldos das "transações comerciais" os empréstimos e financiamentos e deduzindo o valor do serviço da dívida, indica-se o que chamo de saldos brutos, para aplicação em investimentos concretos no país e/ou para complementar a capacidade de importar. Entre 1956/1987, o saldo final foi negativo em 35 bilhões de dólares, isto é, não houve nenhuma contribuição do capital estrangeiro ao nosso desenvolvimento. Ao contrário. O país foi descapitalizado em 35,0 bilhões

CAPITAL EXTERNO NO DESENVOLVIMENTO					
US\$ bilhões (valores de 1987)					
discriminação	1956/87	56/60	61/69	70/79	80/87
1-Saldo Comercial (menos)	34,31	2,24	6,97	(-) 27,95	53,05
2-Saldo Serviço (igual a)	60,89	5,04	7,04	25,34	23,47
3-Saldos Transações Comerciais (mais)	(-) 26,58	(-) 2,80	(-) 0,07	(-) 53,292	9,58
4-Emprest./Financ. (menos)	242,73	5,24	14,87	137,51	85,10
5-Serv. Dívida (igual a)	251,19	7,35	15,33	33,68	154,82
6-Saldos Brutos Poup./import. (menos)	(-) 35,04	(-) 4,91	(-) 0,53	10,54	(-) 40,14
7-Aumento Res. Int. (mais)	13,20	-	0,67	12,53	-
8-Redução Res. Int. (igual a)	8,19	1,18	-	-	7,01
9-Saldo Líquido p/ Poup./Import. (mais)	(-) 40,05	(-) 3,73	(-) 1,20	(-) 1,99	(-) 33,13
10-Ingressos Líquidos Cap. de Risco (igual a)	5,39	1,59	1,17	7,77	(-) 5,14
11-Contribuição Aparente do Cap. Estrangeiro	(-) 34,66	(-) 2,14	(-) 0,03	(-) 5,78	(-) 38,27

negativo foi de 40,0 bilhões de dólares e, na década de 70, não houve qualquer contribuição líquida do capital financeiro para o desenvolvimento do país.

6 - *Capitais de risco* - Finalmente, há que se agregar os valores dos ingressos líquidos de capitais de risco, para se ter uma idéia da eventual contribuição do capital estrangeiro ao desenvolvimento brasileiro. Ao contrário do que se diz normalmente, quando os números são confrontados em longos períodos, não há contribuição alguma do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país. Ao contrário. Os valores negativos do quadro acima indicam que o Brasil tem sido um exportador líquido de rendas.

Os índices e comparações a seguir são mais claros sobre o assunto, nas constatações indicadas:

*Renda* - O PIB per cápita, a preços de 1987, evoluiu de 1.309,13 dólares em dezembro de 1960, para 1.245,85 (1969), 3.060,00 (1979), e reduz-se em dezembro de 1987, para 1.969,46 dólares.

*Dívida* - A dívida externa per cápita, também a preços de 87, que era de 56,02 dólares, em 1960, desce para 48,60 dólares (1969), sobe para 482,52 (dezembro de 1979), e atinge 860,64 dólares (dezembro de 1987): sobe de 4,3% do produto per cápita, em 1960, para 43,7%, em dezembro de 1987.

*Capitais* - Os estoques líquidos de capitais de risco per cápita, em valores de 1987, representaram os seguintes valores em dezembro dos anos indicados: 1960 - 22,89 dólares; 1969 - 30,68 dólares; 1979 - 91,14 dólares; 1987 - 38,28.

*PIB/capitais* - Os estoques de capitais de risco representaram, em relação ao PIB, os seguintes índices, em dezembro dos anos indicados: 1960 - 1,7%; 1969 - 2,5%; 1979 - 3,0%; 1987 - 1,9%. Essa relação capital/produto mostra o quanto tem sido insignificante os estoques de capitais estrangeiros no PIB nacional.

*Dívida/PIB* - Os saldos da dívida externa, em relação ao PIB, representaram os seguintes percentuais, em

de dólares. O único período, em que a movimentação do capital estrangeiro apresentou alguma contribuição bruta, foi na década de 70, no valor de 10,5 bilhões de dólares, valor que será amplamente superado pelo negativo dos anos 80/87, de 40,1 bilhões.

5 - *Reservas* - Na continuação do modelo, há que se buscar o papel efetivo das reservas internacionais. Muitas vezes - talvez na sua maior parte - as reservas internacionais representam saldos médios do país nos

bancos internacionais. Quando as reservas aumentam, significa que os recursos permaneceram nos cofres dos bancos, sem entrada efetiva no país. Se diminuem, houve a transferência para o Brasil. O saldo final será, portanto, o valor líquido disponível para investimentos - complementação de poupanças internas e/ou complementação de capacidade de importação. Em todos os grandes períodos analisados - incluindo os anos 70/79 - houve transferência para o país. Entre 56/87 o resultado

dezembro dos anos indicados: 1960 - 15,7%; 1969 - 11,6%; 1979 - 23,6%; 1987 - 43,7%. É evidente o comprometimento da soberania nacional, frente a este crescimento da dívida externa.

**Juros acumulados** - O pagamento/diferimento de juros acumulados nos subperíodos que estão sendo indicados - 1956/1960, 1961/1969, 1970/1979, 1980/1987 -, quando relacionado com outros indicadores da dívida externa, indica os custos ruinosos que o sistema financeiro internacional impõe ao país.

Em relação aos saldos da dívida externa, os juros acumulados em cada subperíodo representaram os seguintes percentuais, em dezembro dos anos indicados: 1960 - 10%; 1969 - 32%; 1979 - 0,31; 1987 - 69%.

Relacionado com os estoques de ca-

pitais de risco, os juros acumulados representaram: - 1960 - 94%; 1969 - 152%; 1979 - 220%; 1987 - 1.555%.

O mesmo relacionamento com os empréstimos e financiamentos, também acumulados, mostra os seguintes números: 1960 - 29%; 1969 - 28%; 1979 - 17%; 1987 - 99%.

Todos estes indicadores são significativos do papel quase que exclusivamente financeiro do endividamento brasileiro, e do agravamento da crise, com o passar dos anos.

**Origem e aplicação** - Um outro item, que pode ser acrescentado aos números da dívida externa brasileira, encontra-se no balanço de pagamentos do período 56/87. É o da origem e aplicações de recursos. O quadro a seguir indica, de 1970 a 1987, essas origens e aplicações de recursos, a saber:

ORIGENS E APLICAÇÕES ..... %		
discriminação	1970/1979	1980/1987
<b>1 - Origem dos recursos</b>		
. Saldo Bal. Comercial	-	30,0%
. Emprést./Financiamento	88,95%	54,4%
. Entrada Líquida Capit.	4,5%	-
. Transferências Unil.	0,2%	0,6%
. Redução Res. Intern.	-	1,7%
. SOMA	93,6%	86,7%
<b>2 - Aplicação dos recursos</b>		
. Déficit Bal. Comercial	17,9%	-
. Déficit Bal. Serviços (1)	19,5%	11,7%
. Repatriação Capitais	-	2,9%
. Serviço da Dívida	51,0%	83,6%
. Erros/Omissões	0,5%	1,8%
. Aumento Reserv. Int.	11,1%	-
. SOMA	100,0	100,0%

Não inclui rendas de capitais: juros, lucros e dividendos

O quadro acima é claro, ao mostrar que as origens principais do balanço de pagamentos do país têm sido as operações de empréstimos e financiamentos, que aumentam, quando se acrescenta o valor dos déficits. As suas aplicações, por sua vez,

são dirigidas de forma absoluta para o pagamento do serviço da dívida.

#### Conclusões e sugestões

Os estudos históricos da dívida externa brasileira mostram que todo

seu processamento, objetivos, formas de negociação, estabelecimento de custos, prazos, garantias, intermediações, formação de saldos médios como garantias futuras no exterior, aplicações dos empréstimos assumidos, enriquecimentos ilícitos com suas operações, etc., copiam um modelo que nos foi legado pelo Estado patrimonial português. O domínio da economia/sociedade portuguesa, do período colonial, tem como traço fundamental a geração de rendas que são aplicadas, parte no consumo das classes dirigentes do país - a elite comercial/financeira, seu estamento burocrático e o poder absoluto do Rei e sua Corte - e a parte mais importante no desenvolvimento dos outros países da Europa, em especial a Inglaterra.

Esse processo se agrava com a transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil, em março de 1808, e a consequente dominação direta do colonialismo inglês, que se inicia com as vantagens e benefícios auferidos com a abertura dos portos brasileiros para as chamadas "nações amigas". Em 1809, D. João VI toma empréstimo pessoal na praça de Londres, que o Brasil virá a pagar já no governo de D. Pedro I, durante seu reinado - 1822/1831. A partir desta época, o Brasil nunca mais deixará de ser devedor da banca internacional, e as principais características de seu endividamento mantêm-se até os nossos dias, com o curto interregno dos Governos Vargas. Destaquem-se dentre essas características:

**Empréstimo para pagar dívida** - Predomina o caráter financeiro da dívida externa: assume-se uma dívida maior para pagar uma dívida menor, desembolsando o país significativas diferenças em divisas e/ou produtos;

**Aceitação de imposições** - O país sempre sucumbiu frente às condições negociais impostas pelos bancos credores;

**Cumplicidades** - A elite dirigente do país e seus burocratas participaram sempre dos resultados do en-

**ANEXO I – BRASIL – INDICADORES ECONÔMICOS**  
 Elaborado Pelo Prof. Luiz Fernando Vitor – Universidade de Brasília  
 US\$ VALORES CORRENTES

ANOS	PIB US\$ Milhões		População Milhares de Habitantes (3)	Balança Comercial US\$ Milhões			Serviços US\$ Milhões exceto Rendas de Capitais (7)	Saldo da Dívida Externa US\$ Milhões (8)	Reservas Internacionais US\$ Milhões (9)	Serviço da Dívida Externa US\$ Milhões			Empréstimos e financiam. US\$ Milhões (13)	Movimentação de Capitais de Risco US\$ Milhões				Reinvestimentos US\$ Milhões (18)	Conversão US\$ Milhões (19)	Outros Capi- tais e Erros e Omissões - US\$ Milhões (20)	Deflatores	
	Valores Correntes (1)	Valores de 1987 (2)		Saldo 4 = 5 - 6	Exporta- ções (5)	Importa- ções (6)				Soma 10 = 11 + 12	Amorti- zações (11)	Juros (12)		Líquido 14 = 15 - 16 - 17	Ingressos Brutos (15)	Repatria- ções (16)	Lucros e Dividendos (17)				Histórico (21)	Preços de 1987 (22)
1956	21.322,7	85.766,1	61.980	437,0	1.483,0	1.046,0	(-) 278,0	2.694,0	608,0	254,0	187,0	67,0	231,0	65,0	89,0	ND	24,0	ND	ND	(+) 4,0	-	4.022,3
1957	24.468,5	94.871,7	63.832	107,0	1.392,0	1.285,0	(-) 265,0	2.658,0	474,0	309,0	242,0	67,0	319,0	117,0	143,0	ND	26,0	ND	ND	(-) 136,0	1,0374	3,8773
1958	24.159,5	91.308,4	65.740	65,0	1.244,0	1.179,0	(-) 220,0	3.069,0	465,0	382,0	324,0	58,0	373,0	79,0	110,0	ND	31,0	ND	ND	(-) 164,0	1,0259	3,7794
1959	22.756,5	84.617,9	67.704	72,0	1.288,0	1.210,0	(-) 257,0	3.392,0	366,0	468,0	377,0	91,0	439,0	99,0	124,0	ND	25,0	ND	ND	(-) 29,0	1,0164	3,7184
1960	24.948,2	91.298,0	69.739	(-) 23,0	1.270,0	1.293,0	(-) 304,0	3.907,0	345,0	572,0	417,0	115,0	348,0	59,0	99,0	ND	40,0	ND	ND	(+) 38,0	1,0161	3,6595
1961	24.463,9	88.385,7	71.752	113,0	1.405,0	1.292,0	(-) 205,0	3.773,0	470,0	441,0	327,0	114,0	579,0	77,0	108,0	ND	31,0	ND	ND	(-) 23,0	1,0129	3,6129
1962	24.473,5	87.458,6	73.823	(-) 89,0	1.215,0	1.304,0	(-) 203,0	4.025,0	285,0	428,0	310,0	118,0	325,0	51,0	69,0	ND	18,0	ND	ND	(-) 41,0	1,0110	3,5736
1963	29.057,3	102.476,3	75.955	112,0	1.406,0	1.294,0	(-) 182,0	3.986,0	215,0	451,0	364,0	87,0	250,0	30,0	30,0	ND	0	ND	ND	(-) 46,0	1,0133	3,5267
1964	29.166,0	101.290,6	78.147	344,0	1.430,0	1.086,0	(-) 128,0	3.874,0	244,0	408,0	277,0	131,0	221,0	28,0	28,0	ND	0	ND	ND	(-) 108,0	1,0155	3,4729
1965	27.700,1	94.432,4	80.403	655,0	1.596,0	941,0	(-) 188,0	4.758,0	483,0	460,0	304,0	156,0	363,0	52,0	70,0	ND	18,0	ND	ND	(-) 166,0	1,0187	3,4091
1966	88.709,4	95.217,5	82.724	438,0	1.741,0	1.303,0	(-) 266,0	5.196,0	421,0	505,0	350,0	155,0	508,0	32,0	74,0	ND	42,0	ND	ND	(-) 133,0	1,0279	3,3166
1967	32.123,6	103.248,6	85.112	213,0	1.654,0	1.441,0	(-) 270,0	3.281,0	198,0	628,0	444,0	184,0	530,0	3,0	76,0	ND	73,0	ND	ND	(-) 170,0	1,0319	3,2141
1968	35.546,5	109.845,9	87.569	26,0	1.881,0	1.855,0	(-) 328,0	3.780,0	257,0	628,0	484,0	144,0	583,0	(-) 23,0	61,0	ND	84,0	ND	ND	(+) 380,0	1,0401	3,0902
1969	38.078,3	112.247,4	90.097	318,0	2.311,0	1.993,0	(-) 367,0	4.379,0	656,0	675,0	493,0	182,0	1.201,0	96,0	177,0	ND	81,0	ND	ND	(-) 55,0	1,0483	2,9478
1970	45.738,6	127.834,8	92.759	232,0	2.739,0	2.507,0	(-) 462,0	5.473,0	1.187,0	906,0	672,0	234,0	1.510,0	26,9	161,3	15,4	119,0	ND	ND	(+) 137,0	1,0547	2,7949
1971	49.721,7	131.474,2	95.060	(-) 341,0	2.904,0	3.245,0	(-) 560,0	6.952,0	1.723,0	1.152,0	850,0	302,0	2.523,0	50,5	207,4	38,9	118,0	320,6	ND	(-) 4,0	1,0570	2,6442
1972	59.226,1	149.717,6	97.419	(-) 244,0	3.991,0	4.235,0	(-) 730,0	10.051,0	4.183,0	1.561,0	1.202,0	359,0	4.320,0	176,2	392,5	55,3	161,0	201,3	ND	(+) 492,0	1,0460	2,5279
1973	79.690,9	188.979,1	99.836	7,0	6.199,2	6.192,2	(-) 1.009,7	13.760,0	6.416,0	2.186,5	1.672,5	514,0	4.297,7	778,8	1.018,7	41,5	198,4	397,4	ND	(+) 301,0	1,0660	2,3914
1974	106.337,5	231.347,8	102.312	(-) 4.690,3	7.951,0	12.641,3	(-) 1.532,1	18.512,0	5.269,0	2.572,6	1.920,2	652,4	7.354,7	696,7	999,8	55,0	248,1	381,7	ND	(-) 135,7	1,0900	2,1756
1975	126.803,9	251.249,3	104.851	(-) 3.540,4	8.669,9	12.210,3	(-) 1.429,3	25.115,0	4.040,0	3.670,1	2.172,1	1.498,0	7.483,0	769,4	1.080,9	76,8	234,7	298,5	56,3	(-) 452,9	1,0980	1,9814
1976	155.156,3	288.932,1	107.452	(-) 2.254,7	10.128,3	12.383,0	(-) 1.573,9	32.145,0	6.544,0	4.796,4	2.986,9	1.809,5	8.880,3	762,0	1.190,9	49,3	379,6	410,5	82,0	(+) 356,8	1,0640	1,8622
1977	180.814,5	315.575,5	110.117	96,8	12.120,1	12.023,3	(-) 1.575,7	37.951,0	7.256,0	6.163,9	4.060,4	2.103,5	8.727,5	501,0	1.014,8	58,7	455,1	577,3	108,6	(-) 809,5	1,0670	1,7453
1978	205.174,9	333.409,3	112.849	(-) 1.024,2	12.658,9	13.683,1	(-) 1.804,9	52.187,0	11.895,0	8.019,9	5.323,5	2.696,4	15.388,5	(-) 499,4	1.160,6	124,1	1.535,9	975,4	159,9	(-) 858,8	1,0740	1,6250
1979	236.938,4	353.891,3	115.649	(-) 2.839,5	15.244,4	18.083,9	(-) 2.378,0	55.803,0	9.689,0	10.570,2	6.384,7	4.185,5	11.990,9	121,0	1.831,2	353,5	1.356,7	721,0	207,4	(-) 291,4	1,0880	1,4936
1980	251.143,1	344.209,2	118.518	(-) 2.822,8	20.132,4	22.955,2	(-) 3.119,9	69.244,0	6.913,0	11.321,4	5.010,3	6.311,1	13.315,0	727,0	1.595,1	147,1	721,0	411,2	39,3	(-) 501,3	1,0910	1,3690
1981	279.018,4	348.521,9	121.458	1.202,4	23.293,0	22.090,6	(-) 2.863,2	73.963,0	7.507,0	15.402,6	6.241,6	9.161,0	16.782,4	681,9	1.903,2	110,3	1.111,0	741,4	1,8	(-) 507,5	1,0960	1,2491
1982	296.060,7	347.575,3	124.471	780,1	20.175,1	19.395,0	(-) 3.588,1	85.364,0	3.944,0	18.304,9	6.951,6	11.353,3	12.450,8	(-) 914,2	1.369,9	143,0	2.141,1	1.555,9	143,2	(-) 563,6	1,0640	1,1740
1983	221.208,2	250.186,4	127.554	6.470,4	21.899,3	15.428,9	(-) 2.407,3	93.556,0	4.563,0	16.418,3	6.862,9	9.555,4	7.777,6	(-) 1.043,4	567,0	157,8	1.452,6	694,8	452,0	(-) 840,8	1,0380	1,1310
1984	215.660,1	235.198,9	130.723	13.089,5	27.005,3	13.915,8	(-) 1.744,3	102.039,0	11.995,0	16.670,9	6.468,2	10.202,7	8.768,2	(-) 890,4	490,1	112,3	1.268,2	472,1	745,6	(-) 3.193,3	1,0370	1,0906
1985	240.811,9	254.490,0	133.966	12.470,6	25.638,7	13.168,1	(-) 1.702,2	103.283,0	11.608,0	18.478,4	8.889,7	9.588,7	5.614,1	(-) 1.379,7	485,3	262,9	1.602,1	542,8	581,2	(-) 1.235,2	1,0320	1,0568
1986	264.202,2	272.128,2	137.288	8.304,3	22.348,6	14.044,3	(-) 2.571,7	111.045,0	6.760,0	20.873,5	11.546,5	9.327,0	4.232,9	(-) 1.676,7	435,4	761,7	1.350,4	448,6	205,9	(+) 75,8	1,0260	1,0300
1987	277.412,1	277.412,1	140.851	11.173,2	26.225,1	15.051,9	(-) 2.353,2	121.264,0	7.458,0	20.816,8	12.024,6	8.792,2	2.642,3	(-) 584,4	651,0	326,0	909,4	616,9	343,3	(-) 564,6	1,0300	1,0000

**FONTES PRIMÁRIAS**

- 1 - PIB em moeda nacional 1956/1986 - IBGE. 1987 - Vir. estimado
- 2 - População Residente em 1º Julho - 1956/1987. 1986 - Dados Preliminares. 1987. Previsão - IBGE.
- 3 - Balança comercial - 1956/1985 - IBGE. 1986/1987 - BACEN.
- 4 - Balanço Serviços - 1956/1985 - IBGE. 1986/1987 - BACEN. Exclui Juros, Lucros e Dividendos.
- 5 - Saldo Dívida Extra - 1956/1968 - IBGE. - 1969/1987 - BACEN. Inclui Curto Prazo a partir de 1969.
- 6 - Reservas Internacionais - 1956/1987 - BACEN.
- 7 - Serviço da Dívida - 1956/1985 - IBGE. 1986/87 - BACEN.
- 8 - Ingressos Brutos - Moeda e Mercadoria - 1970/1987 - BACEN de 1956/1969 - IBGE.

- 9 - Repatriações - 1970/1987 - BACEN.
- 10 - Lucros e Dividendos - 1956/1985 - IBGE - 1986/1987 - BACEN
- 11 - Ingressos Brutos - 1956/1969 - IBGE - Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil menos Inv. Brasileiro no Exterior.
- 12 - Reinvestimento - 1971/1987 - BACEN.
- 13 - Conversões - 1975/1987 - BACEN.
- 14 - Outros Capitais, erros e omissões - IBGE - 1956/1985 - BACEN - 1986/1987
- 15 - Deflatores - OCDE e BACEN.

dividamento externo. O primeiro deles foi o Barão de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant), que foi um dos responsáveis pelo endividamento durante a gestão de D. Pedro I;

**Ausência de aplicações produtivas** – Os valores do endividamento externo que se destinaram ao desenvolvimento nacional foram sempre marginais, embora, na maioria das vezes, houvesse um dispositivo que designava os projetos a que se destinavam;

**Ausência de capitais de risco** – Em toda a história do país, jamais se criaram condições internas para atrair e desenvolver em nossa economia os capitais de risco estrangeiros, que aqui se aplicassem com base nas leis de mercado, com todos os riscos a eles inerentes. Mesmo em períodos de maior abertura para o capital estrangeiro, como o foram o de Juscelino, das ditaduras militares e o da nova república, as decisões governamentais estiveram sempre dirigidas para o favorecimento e fortalecimento do capital financeiro especulativo. O pouco capital produtivo que se instalou no Brasil, durante toda sua história, o fez pelas mãos e via intermediação do capital financeiro. A Casa Rotschild iniciou suas operações com o Brasil em 1827, e teve o monopólio de nossas negociações financeiras com o exterior, de 1855 a 1908.

### Soberania

A proposta que fazemos é uma proposta de soberania nacional, na qual o elemento fundamental a ser considerado é o desenvolvimento nacional. Parte do princípio de que, se crescermos, pagamos um percentual do crescimento, mas, se não crescermos, nada pagamos. É o que se demonstra a seguir:

**Seletividade** – A dívida externa atual seria congelada e sujeita às negociações que são propostas abaixo. Proíba-se a obtenção, seja do setor público, seja do setor privado, de empréstimos que não tenham como contrapartida o desenvolvimento da economia real de bens e serviços, seja através da importação de

mercadorias, equipamentos, tecnologia, etc.. Sejam proibidas as operações de empréstimos/financiamentos, de caráter financeiro - seja para reescalonamento da dívida, seja para refinanciamento da dívida, seja para aumentar as reservas internacionais, seja para cobrir diferenças cambiais, seja para capital de giro de empresas, etc..

**Teto de pagamento** – No início de cada ano, seria estabelecida a variação do Produto Interno Bruto. Se apresentar crescimento, durante o ano corrente, poderão ser dispendidos até dez por cento (10%) do crescimento real, para pagamento do serviço da dívida congelada. Se o país não crescer, durante o ano não serão pagos quaisquer valores a título do serviço da dívida. Em suma, havendo crescimento real, o país pagará. Se não crescer, não pagará.

**Crêditos de preferência** – O valor a ser pago a título do serviço da dívida, entretanto, deverá variar, em função do comportamento das exportações de produtos primários e manufaturados, e em função do comércio bilateral com os países credores. Para atender ao pagamento do serviço da dívida, as autoridades monetárias determinarão os valores mínimos para exportação de manufaturados e primários. Se os valores mínimos não forem atingidos, serão reduzidos os montantes a serem pagos como serviço da dívida, dentro de critérios técnicos a serem fixados, buscando enfrentar a manipulação internacional dos preços dos produtos primários e o bloqueio de mercados para os manufaturados. O Brasil deverá privilegiar, no pagamento do serviço da dívida, aqueles países que mantiverem um comércio importante e positivo para o país.

**Clube dos Devedores** – O Brasil deverá buscar a organização internacional de países endividados, para negociar com o cartel dos bancos. É necessário quebrar a assimetria das negociações, imposta pelo cartel dos Bancos/FMI e Bird.

\* O economista Luiz Fernando Victor é professor de Administração Financeira e Orçamentária, no Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade de Brasília. Publicará, proximamente, o estudo "Dívida Externa: Endividamento sem Desenvolvimento", de que o presente artigo apresenta as linhas gerais.

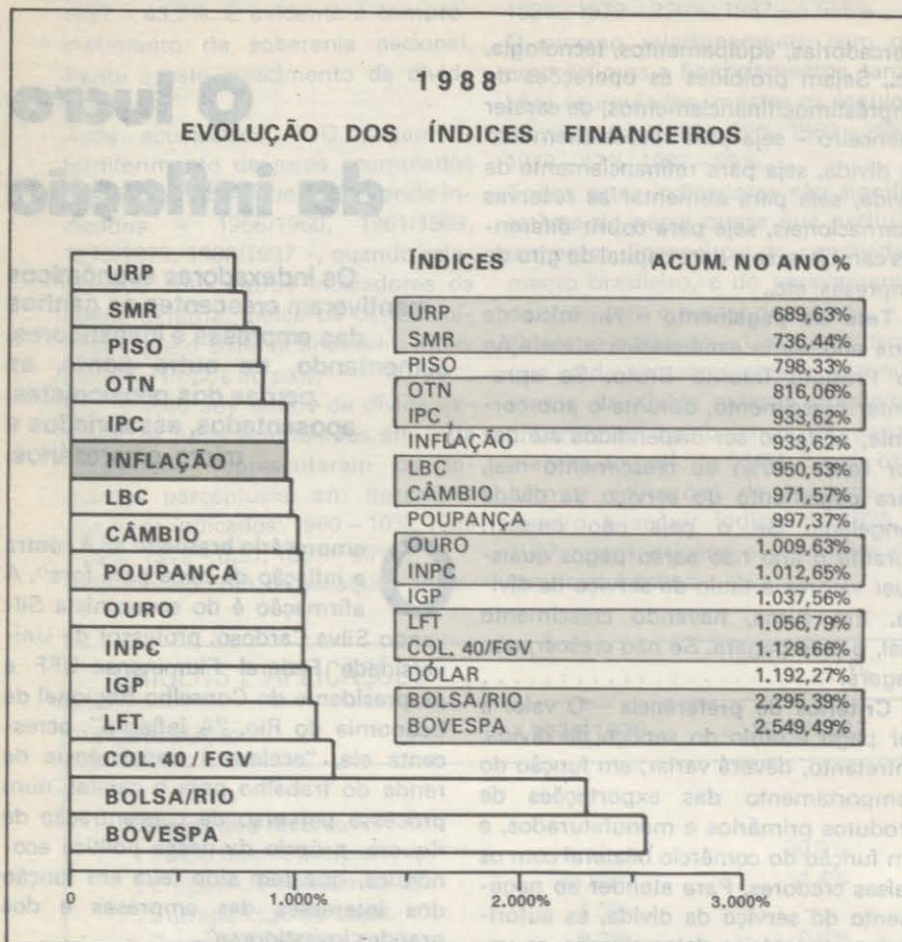
## O lucro da inflação

**Os indexadores econômicos mantiveram crescentes os ganhos das empresas e investidores, aumentando, na outra ponta, as perdas dos pensionistas, aposentados, assalariados e micro-empresários.**

O empresário brasileiro só é contra a inflação da boca para fora". A afirmação é do economista Silvano Silva Cardoso, professor da Universidade Federal Fluminense-UFF e ex-presidente do Conselho Regional de Economia do Rio. "A inflação", acrescenta ele, "acelera a transferência de renda do trabalho para o capital, num processo perverso de concentração de riqueza, próprio da nossa política econômica, que tem sido feita em função dos interesses das empresas e dos grandes investidores".

Segundo Silvano, ganham com a inflação os grandes oligopólios industriais, como, por exemplo, os setores do cimento e automobilístico, que têm poder de fixar os preços dos seus produtos; os intermediários do comércio atacadista e varejistas, como as redes de supermercados e lojas de departamentos, que especulam com os estoques; e o sistema financeiro, pelo descasamento das taxas de captação e de aplicação dos recursos por ele operados. "Perdem", continua Silvano, "todos aqueles que não têm poder de barganha, como os pensionistas, aposentados, servidores públicos, trabalhadores em geral e os pequenos e micro-empresários".

Outro economista, o ex-ministro e atual professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Antonio Dias Leite, explica que os governos sempre estiveram ligados aos grupos que se beneficiam desse processo de concentração de renda. "Basta dizer", assinala ele, "que, no mercado financeiro, existem hoje cerca de NCz\$ 60 bilhões em



papéis, e mais de 70% deles são de responsabilidade direta do Banco Central. Se o Estado está endividado, alguém possui crédito. Estão aí as grandes e médias empresas, que têm preservado seus ativos e obtido ganhos reais. A rentabilidade elevada dessas empresas tem ocorrido muito mais no mercado financeiro do que em suas atividades produtivas. Elas se encontram bastante líquidas, ou seja, com recursos disponíveis, e capitalizadas. Não é à toa que, a todo momento, aparecem empresários dizendo que as empresas brasileiras estão bem e que o que vai mal é o Estado".

#### O lobby dos indexadores

É consenso entre os economistas a opinião de que a inflação resulta do clima de conflito distributivo existente no país, situação, na prática, sancionada por um sistema formal e generalizado de indexação. Paulo Haddad, professor da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG e ex-secretário de Planeja-

mento e da Fazenda de Minas, afirma que a indexação é um instrumento que cada grupo social conquistou politicamente para preservar o valor real de seus rendimentos e de seus patrimônios, num ambiente de inflação recalcitrante.

"É evidente", ressalta ele, "que para alguns deste grupos, particularmente para aqueles vinculados ao movimento sindical, a conquista desse direito ocorreu através de estratégias de luta social, nem sempre de caráter não traumático. Da mesma forma, é parte do comportamento político de cada grupo ir aperfeiçoando os seus mecanismos formais ou informais de indexação num contexto de inflação acelerada, ora reduzindo os períodos de reajustes para a aplicação dos índices de correção, ora selecionando um indexador mais adequado para a atualização dos valores de seu interesse".

O economista Jaime Carvalho, da Associação Brasileira de Analistas do Mercado de Capitais-Abamec, chama a

atenção para o fato desses indexadores criarem dois tipos de inflação, a real e a percebida, o que torna complexa e altamente sensível, sob o ponto de vista político, a proposta de desindexação da nossa economia.

Para o economista, durante 1988, quando a inflação oficial chegou a 933,62%, o mais surpreendente foi o comportamento das bolsas de valores do Rio e São Paulo, que registraram ações com crescimento real, portanto descontada a inflação, de mais de 1.400%.

Cerca de dois milhões de pessoas, segundo Carvalho, aplicam nas bolsas, aqui no Brasil, mas poucos teriam realmente se beneficiado dessa valorização acionária. "Podemos colocar entre os que ganharam", diz ele, "os fundos de previdência, os fundos de capital estrangeiro e os grandes investidores individuais, como Nagi Nahas, Roberto Marinho, ou empresas, como Du Loren, Evadin etc."

Outra valorização que surpreendeu ocorreu com o ouro (1.032,20%), muito procurado pelas empresas, bancos e grandes fortunas. Esses aplicadores, a fim de diversificar para diminuir o risco de suas carteiras de investimento, pressionaram também a demanda do dólar no paralelo, de imóveis residenciais de luxo e de prédios comerciais, tipo shopping center. "Tudo isso", lembra Carvalho, "valorizou-se acima da inflação".

As empresas exportadoras, a maioria delas estrangeiras, ganharam duplamente, em 1988. Através da URP, que vinha repondo perdas pela média da inflação ascendente dos últimos três meses, os exportadores pagaram salários, cada vez mais baixos, contando, ao mesmo tempo, com os incentivos do governo para o comércio externo e com o câmbio privilegiado, com desvalorizações diárias. "A Coluna 40, índice da Fundação Getúlio Vargas que mede o custo da construção civil, também foi muito alta, beneficiando os construtores, incorporadores, fabricantes de materiais e numerosas empresas industriais e comerciais ligadas diretamente ao setor", conclui Carvalho.

Antonio Carlos da Cunha

# As expectativas do Plano Verão

O mais novo esforço governamental de reordenar a economia e domar a inflação é recebido com preocupação pelos que temem efeitos secundários da medicação econômica

Antônio Carlos da Cunha

As possibilidades de recessão, desemprego, queda na arrecadação tributária, mais déficit público e crescimento da dívida interna do governo, é o que teme, como consequências do Plano Cruzado Novo na vida do povo brasileiro, o presidente do Conselho Regional de Economia, professor José Clemente de Oliveira.

"Esse plano econômico", acrescenta ele, "é nitidamente uma tentativa de estabilização de curto prazo, sem maiores pretensões ou preocupações, dado que a inflação tinha atingido níveis excessivamente elevados e perigosos e era urgente o seu controle. Mas não temos, neste instante, condição alguma de afirmar que o processo inflacionário vai, de fato, ficar sob controle. Querem debelar a inflação diminuindo a demanda, que não é, agora e em nosso caso, componente do processo inflacionário".

Segundo o economista, o plano está levando o trabalhador a uma perda substancial do poder de compra do salário, que não vai se recompor de forma alguma em relação à inflação real de janeiro, quando se teve todos os preços e tarifas aumentados ao longo do mês. A inflação foi extremamente elevada, só os salários ficaram para trás. Essa foi uma das diferenças básicas entre o plano atual e o cruzado do ex-ministro Dilson Funaro, que chegou de surpresa, sem dar tempo para a revisão dos preços.

À redução salarial, somam-se dois outros agravantes, na opinião do professor José Clemente de Oliveira. Um é que, desde outubro, a economia registra queda de atividade, não obstante o nível das exportações. "O quadro recessivo", alerta o professor, "vai se aprofundar. O governo ignora essa realidade para concentrar baterias na inflação".

O outro problema é a componente de política monetária do plano, que usa



José Clemente: estabilização de curto prazo

a taxa de juros como instrumento de contenção de demanda, ou seja, adicionou-se mais um elemento, além da redução dos prazos do crediário, à queda do poder de compra da população. "O efeito disso tudo poderá ser maior do que se imagina: o desemprego virá acompanhado da queda na receita tributária. Consequentemente, o déficit público pode piorar, cancelando, na prática, qualquer esforço de corte de pessoal que for feito neste momento", teme o economista.

## Desvalorizar a dívida interna

O professor Clemente de Oliveira acredita que nada falta ao Plano Cruzado Novo para que ele atinja o objetivo que lhe deu origem, que foi reduzir a demanda interna para acabar com a inflação. "O que faltou", critica ele, "foi preocupação com as repercussões que parecem inevitáveis. A elevação da taxa de juros, por exemplo, tem efeito per-

verso sobre a dívida pública. Como o governo é tomador de recursos no mercado financeiro, para custear a dívida, mesmo mantendo o estoque desta dívida no nível de hoje, isto é, mesmo sem fazer empréstimos novos, ainda assim a dívida, hoje em torno de 80 bilhões de dólares, vai crescer muito".

Para o presidente do Corecon, a saída mais correta do governo em relação a essa dívida é desvalorizá-la, de forma que possa ser paga sem novos sacrifícios para a população. Ele acha que a gritaria dos banqueiros e das demais instituições financeiras contra o Plano Cruzado Novo mostrou que houve uma tentativa positiva, no sentido de enfocar mais adequadamente a questão do custo da dívida interna. "Mas foi insuficiente, infelizmente", assinala.

## Dívida externa: pagar o possível

O economista defende uma negociação mais competente da dívida externa, a fim de se acabar com o esforço fantástico que o povo brasileiro está sendo obrigado a fazer para conseguir pagar juros aos bancos estrangeiros. "O pagamento dessa dívida", prossegue ele, "não depende só do Brasil, por isto pouco adianta todo esse sufoco que temos sido levados a viver. Depende, por exemplo, que tenhamos lá fora compradores para os produtos brasileiros, o que está ficando cada vez mais difícil, porque estão sendo organizados grandes mercados que se abastecem entre si. É o caso do Mercado Comum Europeu. Também a Ásia está se estruturando em megamercado, com a participação de Formosa, Coréia, Japão e, provavelmente, a China. De outro lado, temos os Estados Unidos, fazendo bloco com o Canadá".

Além de procurarem manter o comércio entre si, os países participantes desses mercados, segundo Clemente, podem também redirecionar seus recursos de investimentos para dentro do





Mafson: o receituário de cunho ortodoxo

próprio bloco, o que significará queda no fluxo de dinheiro novo para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. "Para pagarmos a dívida", continua ele, "dependemos ainda dos preços internacionais e aí o Brasil não tem a menor chance de interferência. Os produtos que estão hoje bem cotados podem amanhecer com os preços lá embaixo. É esse quadro que nos pressiona, para que negociemos a dívida de forma a poder pagá-la, mas sem afetar o nosso crescimento. Temos que suspender urgentemente qualquer pagamento, para estudar com os credores como voltar a pagar, mas dando prioridade aos investimentos internos".

#### Engajar a sociedade

Clemente não aprova a proposta do Plano Cruzado Novo de demissão de servidores públicos, sem que antes se tenha a dimensão real do problema de custeio do pessoal da máquina do Estado. "É absolutamente justo", ressalva ele, "demitir o servidor que está lá por influência espúria, nepotismo, apadrinhamento do poder, que não presta serviço algum. Mas, é necessário saber onde eles estão. Quanto ao restante, o governo precisa trazer à opinião pública informações mais claras sobre os números das demissões propostas".

Ele acha natural a dificuldade do



Funaro: lembranças do cruzado heterodoxo

Congresso em relação ao exame e à aprovação do plano econômico, mas desaprova o veto de uma ou outra medida específica. "O pacote", explica o economista, "tem coerência global, do ponto de vista dos seus formuladores. Qualquer alteração desarranjará o conjunto. A alternativa é a não-aprovação

total, para que o governo possa encaminhar outro plano, já que o Congresso não tem competência para formular programas econômicos".

O presidente do Corecon sugere para o Brasil um programa de desenvolvimento que seja submetido à avaliação profunda dos canais de decisão da sociedade, como o Congresso, os trabalhadores e empresário. Para ele, qualquer programa nesse sentido envolve a recuperação da capacidade de investir do setor público, sob pena de se perder até o investimento da iniciativa privada. "Ninguém", lembra ele, "vai se arriscar a investir, se as estradas, a telefonia, o fornecimento de energia elétrica e outras infra-estruturas estão em colapso. Um programa com esse conteúdo, e negociado para ter respaldo e credibilidade, é o caminho para o país sair da crise. É muito difícil cumprir um plano que não tenha o engajamento dos setores decisórios da sociedade. Mais difícil ainda é o caso deste cruzado novo, que já nasce desgastado por duas tentativas anteriores fracassadas. Além disso, está dentro de um quadro político adverso e em ano de eleições presidenciais".



Brizola: advertindo para insuficiências



Lula: reclamando a reposição salarial

## Outra batalha na guerra da inflação



Sarney: "obra comum de salvação nacional", ante perigo de hiperinflação

Após tentativas heterodoxas de reordenar a economia, o governo procura a solução — o controle da inflação — através de receitas ortodoxas. O Plano Verão é "uma obra comum de salvação nacional", na definição dada pelo presidente José Sarney, durante a apresentação do programa de estabilização econômica. Diante do risco de uma inflação anual de 1.500%, fronteira previsível da desordem institucional, "para não termos sangue e lágrimas, temos de ter suor e sacrifício", alertou Sarney.

As reações foram cautelosas, em função dos insucessos dos planos Cruzado e Bresser, embora — talvez pela linha ortodoxa adotada desta vez — os economistas tenham destacado, de modo geral, uma lógica interna mais consistente do que nos anteriores. E, pela primeira vez, o setor financeiro, considerado sempre a salvo das mudanças, precisou fazer concessões. Segundo o ministro Mailson da Nóbrega, o setor financeiro terá de absorver também algumas perdas, tal como os trabalhadores e os demais ramos da economia.

Os aspectos mais polêmicos do plano (demissão de funcionários, privatização ou extinção de estatais,

congelamento de salários) marcaram o grosso das críticas ao pacote econômico. Duas semanas após a edição do plano, já o Congresso aprovava as medidas, com algumas alterações conseguidas através de negociações, como uma reposição salarial escalonada a partir de março. No início de fevereiro, as centrais sindicais planejavam convocar greve geral, para conseguir melhorar a reposição salarial, considerada ainda insuficiente para recuperar o poder de compra dos trabalhadores, muito corroído no decorrer de 1988, quando a inflação chegou a 933,6%.

De qualquer forma, a aprovação do plano pelo Congresso, na madrugada de 29 de janeiro, aliviou o governo e afastou a ameaça do impasse que significaria a recusa total da proposta econômica.

### Oposições

As oposições fazem reparos às medidas adotadas pelo governo sob dois aspectos: quanto a providências específicas adotadas e quanto à filosofia geral. O ex-governador Leonel Brizola, principal crítico do Plano Cruzado, centrou suas observações, quanto à filosofia do Plano Verão, no

fato de que faltam decisões sobre a causa básica do desequilíbrio econômico brasileiro: a dívida externa. Brizola admitiu a existência de pontos positivos no programa lançado pelo governo, mas ressaltou que a falta de medidas, quanto à dívida, impedem sonhar com a derrota definitiva da inflação. Uma definição sumária foi dada pelo líder pedetista na Câmara, Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que considerou o plano "um paliativo".

No PT, a questão salarial — a não reposição de perdas passadas e o congelamento para o futuro — foi o ponto mais criticado. Lula, que estava no exterior, previu a possibilidade de greve geral dos trabalhadores.

O PMDB, a cujos economistas o presidente Sarney atribuiu toda a trajetória dos planos anteriores, não emitiu pronunciamento, mas vozes esparsas destacaram apoio ou chamaram a atenção para aspectos, como a questão salarial e possíveis efeitos recessivos.

A edição do plano, porém, além de esperada, conta com o reforço da opinião generalizada de que a situação econômica atingira a fronteira do descontrole, para o que se precisava fazer alguma coisa capaz de instalar o equilíbrio. As experiências anteriores, inclusive o exemplo de outros países, torna aceitável a idéia de que se está, na verdade, em mais uma batalha da guerra anti-inflacionária, prevendo-se outras batalhas, mais à frente.

O maior ou menor sucesso do Plano Verão parece depender, exclusivamente, da atenção, eficiência e velocidade da equipe econômica do governo em corrigir desvios e suprir insuficiências, que se forem apresentando ao longo do tempo, como recomendam alguns economistas. Tais cuidados não foram adotados em 1986 e 1987, provocando os insucessos dos planos Cruzado e Bresser.



Ryff: analisando o alcance do novo plano

Tito Ryff\*

O Plano Verão difere do Plano Cruzado, porque combate a inflação com instrumentos ortodoxos, como a elevação da taxa de juros e o corte nas despesas do governo. São instrumentos tradicionais do receituário dos economistas mais conservadores do FMI. No cruzado, a peça fundamental era o congelamento de preços, porque os economistas da época acreditavam que a inflação era basicamente inercial, ou seja, derivada da indexação generalizada da economia. A inflação passada, segundo eles, projetava-se para o presente, que, por sua vez, influa no futuro.

Ao combater a inflação pela diminuição da demanda, o Plano Verão é recessivo, não apenas pela elevação da taxa de juros, mas também pela contenção da expansão do crédito, tanto das autoridades monetárias como dos bancos privados, através do aumento do compulsório do Banco Central.

Outro instrumento de restrição ao consumo foi a redução dos salários, e o governo fez isto através da eliminação

## A receita ortodoxa

da URP. Aqui, o congelamento teve função diferente da época do cruzado, pois foi instituído com a função básica de facilitar, do ponto de vista político e social, o fim do reajuste mensal dos salários. Era preciso desindexar a economia e o governo estava interessado sobretudo em desatrelar os salários da inflação. O congelamento teve também a função de dar a impressão de que a inflação está contida, pelo menos durante 40 ou 60 dias para, a partir daí, esperar os resultados das medidas ortodoxas aplicadas à economia. Na verdade, o que prevaleceu foi a terapêutica recomendada pelo professor Gouvêia de Bulhões. Ele acredita que, se o governo deixar de emitir moedas e títulos para se financiar, a inflação cai em 60 dias.

Quanto aos salários, é preciso constatar três coisas: 1) há a perda passada, devido à aceleração inflacionária que vivemos, em 1988, cuja reposição está proibida pelo governo; 2) a inflação de janeiro, muito superior ao que pensava o governo, não tendo sido sequer compensada pela URP do mês, significa perda adicional razoável; 3) perda futura, já que os salários estão temporariamente congelados, até que se acerte uma forma de reajustes, uma vez que, dificilmente, a inflação é de fato mantida a nível zero. Há sempre algum resíduo inflacionário, que representará perda para o assalariado.

Há outras ameaças, no pacote de verão. Momentaneamente afastada do Congresso, a proposta de privatização de empresas estatais, com a participação acionária de capital estrangeiro, é um exemplo. Não se sabe em que condições esse patrimônio vai ser vendido. Se for pelo valor de Bolsa, seria uma doação ao capital estrangeiro, por ser um valor muito inferior ao patrimônio líquido destas empresas. Existe ainda o risco grave, que seria retomar a conversão da dívida, nas estatais, com a aceitação de capital estrangeiro.

Têm ainda merecido a atenção do PDT, em relação ao cruzado novo, os

critérios pouco seletivos adotados para as demissões dos funcionários públicos. Questionamos a transferência de recursos do lapas para o Ministério da Fazenda, porque é uma idéia que lança dúvidas quanto à gerência do sistema previdenciário. Sabe-se que o próprio Estado é, muitas vezes, relapso no pagamento das suas contribuições ao lapas. Esse dinheiro não pertence ao Ministério da Fazenda, nem ao caixa do Tesouro, mas aos trabalhadores, que são os mutuários do sistema. Deve, portanto, ser gerido de forma independente das necessidades do Tesouro.

A hiperinflação tem que ser contida, através de um conjunto mais amplo de medidas. Tornou-se urgente baixar a dívida interna, desvalorizando-a, através de uma aceleração da inflação, alguns meses antes da adoção de um processo de congelamento, que teria de haver, e alongando-lhe os prazos de pagamentos. É preciso reduzir as transferências de recursos para o exterior, começando pela suspensão temporária da remessa dos juros da dívida externa. Os empresários e os assalariados precisam negociar, para estabelecer uma forma de reajuste salarial, distribuindo melhor as perdas.

Tem que haver, ainda, o combate à oligopolização excessiva da economia. Provavelmente, haveremos de ter uma reforma do sistema financeiro nacional privado, que, hoje, trabalha com custos bastante elevados e são sócios da inflação. Isso ficou claro com o Plano Verão. Existem, inclusive, estudos que mostram que é preciso inflação de 10% ao mês, para o nosso sistema financeiro funcionar com lucro. Isso é muito grave. Mostra que esse setor está com estruturas totalmente ineficientes, distorcidas e que têm que ser corrigidas. O país carece também de mudança na política agrícola, para termos oferta mais elástica de alimentos. Devemos combater o déficit público e o excesso de despesas do governo, em diversas áreas. ●

\* Tito Ryff é economista e vereador, pelo PDT, no Rio de Janeiro

# Um programa contra o Estado

O candidato do Partido Liberal à Presidência da República, deputado Guilherme Afif Domingos, de São Paulo, define para *terceiro mundo* o projeto liberal de "fazer o Estado voltar às origens": a função estatal seria de garantir os direitos individuais e coletivos, e não a de atuar na economia, como possuir empresas. Embora adversário da reforma agrária, diz que a redenção brasileira está na agricultura e na mineração

Clovis Sena

O riundo de uma das divisões do udenismo (há os udenistas que continuam no PDS, outros dividiram-se em PFL e PMDB, e a facção mais identificada com o lacerdismo formou o PL), o candidato liberal Afif Domingos prefere, porém, levantar o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek como bandeira de campanha e modelo. Paralelamente, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, manifesta preferência por Afif. Dos presidencialistas, é o deputado paulista o único que lhe parece confiável.

Contrário à reforma agrária durante o período constituinte, Afif foi atuante membro do chamado Centrão, acredita na vocação agrícola do Brasil e vê por aí o caminho da redenção nacional. Gosta muito de pronunciar o vocábulo "eficiência", só aprova a reserva de mercado que Juscelino concedeu à indústria automobilística. E diz, finalmente: o Brasil vai pagar a dívida, mas não vai precisar desembolsar nada. Como Álvaro Vale, do Rio de Janeiro e do mesmo PL, Afif Domingos obteve grande votação para deputado constituinte, em São Paulo. E por disputar a mesma área, desbancou um veterano udenista e empresário, o ex-deputado Herbert Levy.

Afif Domingos recebeu **terceiro mundo** em seu gabinete, no 6º andar do anexo IV da Câmara Federal.

*Deputado Afif Domingos, o senhor é candidato a Presidente da República pelo Partido Liberal. Qual é a proposta liberal de governo?*

– Proposta liberal. Antes de mais na-



Afif: o capitalismo se humanizou

da, a gente confunde a proposta liberal com o *laissez faire* do final do século passado. Na verdade, a visão liberal moderna é a de um Estado forte, garantidor da igualdade de oportunidades, que é um investimento na promoção humana. Um Estado forte, garantindo exatamente o acesso ao saber a todos, e o acesso às condições básicas de saúde a todos, para termos indivíduos preparados para competir. Como é que nós podemos falar de igualdade de oportunidades, num país que tem nutridos e subnutridos, que tem os que têm acesso ao saber e os que não têm acesso ao saber? Em segundo lugar, o Estado garantidor dos direitos individuais e coletivos é o Estado que investe na justiça, porque, em terra que não tem justiça, ter razão é perigoso. É o Estado que invista na segurança, o Estado que in-

vista na infra-estrutura básica para o desenvolvimento econômico e social. Este é o conceito do que eu chamo do projeto liberal da volta às origens.

*Como se processaria este acesso social?*

– Em primeiro lugar, o cidadão paga por isso. O cidadão não paga imposto para o governo construir siderúrgicas; o cidadão não paga imposto para o governo investir em empresas, que estão muito mais a serviço dos apaniguados, a serviço dos que mamam na teta do governo, a serviço dos subsídios, do favorecimento aos amigos-do-rei. O povo paga imposto, e quanto mais carente for, maior é a proporção do imposto que paga. Porque ele paga pelo acesso à educação, que ele não tem; ele paga pelo acesso à saúde, que deveria ter e não tem. Portanto, o Estado tem de ser enxugado e reduzido às suas funções básicas e principais, para ser o grande prestador de serviço à sociedade, e não a sociedade estar a serviço do Estado. Então a fórmula é voltar o poder público a ser um poder honrado, com funcionalismo público e os serviços estatais de altíssima qualidade, na proporção do que o cidadão paga. O funcionário tem de ser muito bem pago para aquela função – é a função da professora bem paga, do médico-sanitarista muito bem pago, do serventuário da justiça bem pago, do militar bem pago, para prestar esses serviços básicos à sociedade. Então, trata-se da volta do Estado à sua condição de prestador de serviço. Este é o Estado forte. Este é o Estado que vai exatamente intervir na sociedade, quando exatamente as regras da justiça estiverem sendo rompidas. Não é o Estado promotor de injustiças, protetor da corrupção, protetor dos poderosos,

opressor dos fracos e alimentador dos fortes.

*Mas, como pretende efetivar essa mudança?*

— À medida que tenhamos condições de voltar o Estado às suas origens, à sua função original, nós temos de abrir campo, para a iniciativa individual se incumbir do carro-chefe do desenvolvimento econômico. E a prioridade básica do nosso governo, o governo da volta às origens, é investir naquilo que foi efetivamente esquecido, a real e maior vocação do Brasil, que é o setor primário da nossa economia: é o binômio agricultura e mineração.

— O destino e a natureza mostram que o binômio do novo ciclo de riquezas no Brasil está localizado no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde nós temos as maiores reservas de áreas para a agricultura de clima tropical, desde que saibamos ter o uso múltiplo das águas. Já Caminha dizia, e foi esquecida essa frase dele, porque o citam dizendo: "Neste país, em se plantando tudo dá". Depois eu fui ler melhor, e vejo que Caminha dizia: "Este país, pela água que tem, em se plantando tudo dá".

Veja aí os vales úmidos do Nordeste. Veja aqui a região Centro-Oeste. Veja hoje as condições de uma agricultura feita 365 dias por ano, com técnicas preservacionistas. Sabendo usar, não vai faltar. A preocupação com a ecologia tem de fazer parte da cultura do brasileiro, porque se temos recursos, esses recursos têm de ser inesgotáveis para as próximas gerações, se nós tivermos a cultura de saber usar. Não pode é ser de uma forma predatória, como muitas das vezes é feita, através de incentivos fiscais, de forma absolutamente disparatada. Então, a volta às origens faz com que a mola-mestra do desenvolvimento do Brasil, para o início do próximo século, seja o setor básico, o setor primário, que são a agricultura e a mineração. Basicamente, a mineração.

*Qual é a base de sua tese, deputado?*

— O brasileiro pode viver sem automóvel. O cidadão pode viver sem computador, o cidadão pode viver sem avião. O cidadão não pode é viver

sem comida. Este é o raciocínio básico.

*Como resolver esta questão, seguindo com uma filosofia exportadora de comida?*

— Perceba: todo produto que o Brasil consome no mercado interno, vira e mexe, importamos...

*Passamos fome e exportamos comida...*

— ... Vira e mexe, e importamos. Porque nós não temos produção. E aquilo que nós exportamos, nós produzimos com abundância. Eu descobri isso. A maior praga é o burocrata de plantão: em nome da justiça social, ele deprime o preço dos produtos básicos que com-

põem a cesta de produtos, para que esse peso não apareça no cálculo da inflação. Então, ele permanentemente mascara uma política de depressão de preços, fazendo com que o produtor prefira exportar, ante o preço fixado pelo mercado internacional... Por exemplo, soja e milho são culturas parelhas, são culturas assemelhadas, quem produz soja pode produzir milho. Por que não se produz o milho? Porque quem fixa o preço é o burocrata de plantão. Já o preço da soja, que fixa não é o burocrata de plantão: é o mercado internacional. Então, o produtor sempre vai dar preferência àquele produto a que as regras de mercado dão melhores condições. Se for depender do governo... O governo é o maior desestimulador da produção interna.

*O Sr. disse que a cada importação e atrás de cada importação, há sempre uma comissão. Qual é essa comissão?*

— Deve ser a Comissão de Fomento da Produção... Não é possível tanta burrice na fixação de uma política de alimentos no Brasil. Gostaria que a competência que nós tivemos para produzir o combustível dos automóveis — que é o álcool — nós tivéssemos para produzir o combustível do povo. Você viu a perfeição com que o Brasil, nos últimos dez anos, arranca da terra o álco-

**A prioridade básica do nosso governo, o governo da volta às origens, é investir naquilo que foi efetivamente esquecido, a real, maior vocação do Brasil, que é o setor primário da nossa economia: é o binômio agricultura e mineração**



O candidato liberal acredita no refluxo das migrações de volta ao Norte-Nordeste

ol, que nunca falta, distribuído por preço equalizado em todas as bombas de gasolina do país. Que maravilha, se esses mesmos burocratas, que organizaram este sistema, que rende bastante no overnight...

*Espécie de faça-se-a-luz...*

— ... É. Será que é tão difícil fazer isso, distribuir o combustível do povo, que é muito mais importante que o combustível do automóvel? Competência para isso nós temos. É uma questão de gerar prioridade. Já demonstramos, em vários setores, que podemos ser competentes. Basta querer. Mas não quiseram. Portanto, a volta às origens faz parte do nosso projeto.

*Portanto, prioridade para a agricultura?*

— A industrialização se solidificou no Centro-Sul do país pelo fato de a região contar com uma base agrícola. Basta olhar que todas as nações desenvolvidas do mundo têm o seu alicerce básico na agricultura. O maior produto de exportação norte-americano não é nenhum computador da IBM ou avião: é milho. Então, na hora que vejo a preocupação com a reserva de mercado que temos aqui, em cima do computador, em cima do avião, e deixar importar milho à vontade, porque nós não conseguimos produzir, isso é uma pouca vergonha. Então, esta base agrícola fez, no centro-sul brasileiro, um nível de desenvolvimento igual a qualquer país desenvolvido do Hemisfério Norte.

*O Centro-Sul tem terras melhores também.*

— Olha, posso dizer que não é verdade. O Centro-Sul tem um clima, que é clima temperado, ou subtropical. Foi o imigrante europeu, que se localizou nestas regiões, trazendo a sua cultura, o principal responsável pelo desenvolvimento, primeiro da agricultura, e depois da industrialização. Depois, acabamos assimilando uma cultura dos países que têm história. E pergunto a você: quem é que está ocupando o Centro-Oeste? Quem é que está ocupando os vales úmidos do Nordeste?

*É o gaúcho...*

— É o gaúcho, o catarinense, o pau-



Afif prega prioridade ao setor primário, mas é contra a reforma agrária e tem o apoio da UDR

lista. Por que ele está subindo? Porque a viabilidade da agricultura de clima tropical é maior do que a viabilidade da agricultura de clima temperado. Porque, enquanto na região Norte-Nordeste e Centro-Oeste você produz 365 dias por ano, desde que você saiba usar água, no clima temperado você tem a possibilidade de produção em função do próprio clima.

No aspecto cultural, o Centro-Sul do Brasil criou uma mesclagem de resultados únicos. São Paulo é o único lugar do mundo em que japonês vende comida árabe e pernambucano faz comida chinesa. Isto revela um preparo cultural da massa para o novo processo que vem aí. E o sonho do nordestino do meu Estado é um dia poder voltar. Mas, voltar não como um derrotado.

*Aqui em Brasília uma das mais famosas casas de cozinha francesa é de um nordestino. Um nordestino é quem faz.*

— Hoje, o nordestino convive com o paulista, sem perder origem. Aliás, o paulista é que está assimilando os hábitos nordestinos: está lá o forró, está lá a lambada, está lá a carne-de-sol.

*Para dor dos quatrocentões, hoje uma das maiores cidades nordestinas é São Paulo...*

— E eu digo uma coisa, que é verdade: o sonho do nordestino, que foi arrancado de sua terra, é voltar...

*Ele foi obrigado a sair. Mas não volta mais. É assim mesmo. Só volta a passeio.*

— Na hora em que você dá condições

à terra de o sertão virar mar, e o Nordeste pode ser a solução, ele volta. O Nordeste não é pobre, o Nordeste tem riqueza. Quando eu vejo o vale do Açu, quando vejo a riqueza do vale do Parnaíba, do São Francisco... O Piauí seria o Estado mais pobre do Brasil, teoricamente. No entanto, tem a maior reserva de águas subterrâneas. Faço uma pergunta: como é que a gente consegue ser pobre? A gente consegue ser pobre, porque aquele potencial não está sendo explorado pela verdadeira vocação de riqueza do Brasil: a terra. E o povo sabe disso. É que estão roubando muito. E o povo deve ter cuidado.

*O Sr. diz que estão roubando muito e toda hora estoura um escândalo. Eu lhe perguntaria: O SNI é necessário?*

— Olha, pelo que nós temos aí em termos de SNI, ele acabou se tornando um órgão inchado, a serviço da articulação política de cúpulas. Parece-me que, em matéria de previsão eleitoral, o SNI é desastroso. Ele conhece muito bem o jogo da articulação da base do povo brasileiro. O SNI é um órgão importante para o governo. Mas, um órgão que tem de servir à informação do poder como um todo, para que o país possa se reencontrar com suas raízes, e não fazer o jogo fechado das cortes.

*O sr. é um líder empresarial em São Paulo, onde foi presidente da Associação Comercial. No governo liberal, como seriam as relações capital-trabalho?*

— São as relações do Século XXI. Capital e trabalho não são antagônicos. A

marca do capital e trabalho antagônicos foi a marca do Século passado, onde nós tínhamos uma mentalidade do capitalismo de fato selvagem, onde o homem era de fato utilizado como objeto, para o fim da produção. Essa mentalidade mudou. Hoje, num final de século e próximo a um novo século, a marca é um novo conceito. O capitalismo se humanizou: quem se tornou selvagem foi o estatismo. Hoje, o mal do final do século é o estatismo selvagem. A solução é o capitalismo humanizado. Basta olhar: onde o capitalismo é forte, o sindicalismo é forte; e onde o capitalismo é fraco, devido à intervenção do Estado, o sindicalismo é fraco; e onde o capitalismo não existe, o sindicalismo não existe. Exemplo da Polônia e União Soviética. Só no capitalismo o trabalhismo é forte. Tanto que aceitando uma sugestão minha, o deputado Osmundo Rebouças colocou, no projeto do Orçamento, que as empresas de capital fechado, que permitirem participação no capital de no mínimo 5%, para o mínimo de também 25% dos seus empregados, terão uma redução no imposto de renda. Conflitantes no passado, sócios no futuro. Isso vale para as empresas estatais, também.

*O empresariado brasileiro, o grande empresário, em grande parte tem uma feição de empresário chapa-branca. Tudo pendurado no Governo: tomando dinheiro do Banco do Brasil e do BNDES e nunca pagando, e fica por aí...*

— A realidade do empresário brasileiro não é a daquele que frequenta Brasília. A realidade do empresário brasileiro é a daquele que não vem a Brasília, que não vive de subsídios, que não vive de favores: é o que vive no regime de mercado. O que vem a Brasília não gosta do regime de mercado. Ele gosta do regime de reserva do mercado, ele gosta do subsídio, de fazer acordos com o governo, ele não gosta de concorrer. Não confunda a exceção com a regra. Vira regra, porque acaba sendo o empresário que sai nas manchetes: os pelegos do sindicalismo empresarial. Mas, esses não representam a sua base e a sua massa. Aliás, cheguei aqui, com a votação que tive, não pela elite: foi pela base, a que não vem a Brasília. Eu ve-

nho aqui para representá-los e falo grosso com o governo.

*O sr. se coloca muito contra as estatais. Que empresas são essas? Todas?*

— Veja, que o problema não é privatização contra estatização. É eficiência contra ineficiência. Eu quero eficiência na empresa estatal e na empresa privada. Há muita empresa privada ineficiente, que é essa empresa chapa-branca, que vive e sobrevive porque mama na teta do governo. Quando vai quebrar, vem aí e o papai BNDES faz um pronto-socorro com o dinheiro do contribuinte. Vamos ter este ano a hora do acerto de contas. O povo irá às urnas para enfrentar o Estado. Eu política-

**O brasileiro pode viver sem automóvel. O cidadão pode viver sem computador, o cidadão pode viver sem avião. O cidadão não pode é viver sem comida. Este é o raciocínio básico**

mente não tenho nenhum compromisso com o Estado. Tenho compromisso com a Nação.

*Estado é a Nação organizada...*

— Sim, mas nós estamos ainda com um ranço colonial, porque, no Brasil, o Estado nasceu antes que a Nação. A Nação é obra e graça do trabalho do povo de 100 anos para cá, dos quais só em 15 nos foi permitido participar do processo de escolha. Não deram tempo à Nação de promover os acertos. O erro do voto dado ao Sr. Jânio Quadros, em 1960, seria amplamente corrigido em 1965, com a volta de Juscelino, que, na minha opinião, foi o precursor da modernidade, o libertador da Nação.

*Vamos ao sentido do termo precursor. Precursor foi Getúlio.*

— Não nego os méritos de Getúlio. Mas, Getúlio foi um caudilho fascista.

*Volto à questão. Juscelino foi uma fascinante figura do ciclo getuliano. Mas, neste século, Getúlio foi o que pôs a Semana de Arte Moderna no poder, criou as primeiras universidades, implantou a in-*

*dústria do aço, a eletricidade, estimulou o sindicalismo, álcalis, petróleo. Ele cobre o século e é o precursor do Brasil moderno.*

— Sim, mas Getúlio foi um fascista. Ele queria que o povo acreditasse nele. Juscelino queria que o povo acreditasse em si mesmo. A maior obra de Juscelino não foi a indústria automobilística: foi a de fazer com que o povo acreditasse em si mesmo. Quando Getúlio morreu, a Nação perdeu o pai. Juscelino é o precursor.

*Precursor é o João Batista, é quem vem na frente...*

— Mas, o precursor foi Juscelino. Eu posso reconhecer que Getúlio foi a modernidade do Século XX e Juscelino é a pré-modernidade do Século XXI. A visão que Juscelino teve, na década de 50, hoje é válida para os estadistas do próximo século. Juscelino foi nacionalista, mas nacionalista de fins. Os meios nós temos de buscar nos mais eficazes e eficientes. Foi o momento da industrialização automobilística...

*Com reserva de mercado para o capital estrangeiro...*

— Mas, veja que estes conceitos se adaptavam a uma época. Mas, na verdade, o capital estrangeiro aqui não era aceito. Mas Juscelino entendeu. Olhe o discurso de hoje do Gorbachev: venha o capital estrangeiro.

*E a dívida externa, com esses juros, o Brasil deve pagar?*

— As nossas oportunidade são incomparáveis. Somos a única nação, do Hemisfério Sul, pronta a arrancar em termos de explosão de desenvolvimento. O Brasil, produzindo 200 milhões de toneladas de comida para o início do século, é uma nação viável. O Brasil vai pagar essa dívida, mas não vai precisar desembolsar nada... Também não considero o Brasil do Terceiro Mundo.

*Mas não é questão de aderir ou sair. É questão do PIB, é questão de renda per capita... Isso é o que define se o país é ou não do Terceiro Mundo. É a desigualdade, a Bélgica numa Índia.*

— Mas, não considero o Brasil do Terceiro Mundo. O Brasil tem todas as condições de ser uma nação do Primeiro Mundo.

# A resistência cultural das escolas - de - samba

A grande festa do carnaval tem, por trás do espetáculo, as raízes do modo de sentir e viver das populações pobres, que lutam por se preservar culturalmente



Os mendigos da Beija-Flor, ao pé da imagem do Cristo Redentor coberta por plástico, formaram a polêmica do carnaval carioca neste ano

José Louzeiro

**A**s escolas de samba do Rio de Janeiro encheram de brilho, mais uma vez, o carnaval e a passarela da Av. Marquês de Sapucaí, com enredos críticos ou comemorativos, mas todos expressando uma vivência popular que torna sempre impressionante a festa do carnaval carioca. A Imperatriz Leopoldinense levou o campeonato deste ano, comemorando o centenário da República, com um samba de estribilho forte – “Liberdade, abre

as asas sobre nós, e que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz” – mas com uma letra, que apesar das notas máximas dadas pelos jurados, comete certas misturas pouco críticas, há muito denunciadas por Stanislaw Ponte Preta. Mas, a bela melodia pôs em segundo plano os senões.

Ao lado da Imperatriz Leopoldinense, brilhou a Beija-Flor de Nilópolis, que ficou em segundo apenas pelo que muitos consideram um cochilo imperdoável de dois ou três jurados. “Ratos e urubus, larguem minha fantasia” foi o enredo-revelação do sempre surpreendente Joãozinho Trinta, um artista nor-

destino que, com suas ousadias criativas, há muito entrou na história do samba do Rio de Janeiro. Muitas vezes condenado pelo luxo de sua Beija-Flor e pela frase de que “quem gosta de miséria é intelectual, pois o povo gosta de luxo”, Joãozinho Trinta pôs na avenida um enredo sobre a mendicância, com algumas alas vestidas a caráter, isto é, com os trapos que caracterizam a vivência dos cada vez mais numerosos cidadãos expulsos para a periferia social.

Surpreso pela severidade de alguns juízes, Joãozinho Trinta promete ousar para o carnaval de 1990: a reluzente e sempre empolgante Beija-Flor, que re-



## Sambas do Primeiro Grupo



Caprichosos: "Vem de lá dos tempos de Cabral a exploração de meu país"

Este ano foram 18 as escolas que desfilaram na Marquês de Sapucaí: Arranco do Engenho de Dentro, Unidos do Cabuçu, Unidos da Ponte, Mocidade Independente de Padre Miguel, Tradição, União da Ilha do Governador, Caprichosos de Pilares, Acadêmicos do Salgueiro, Mangueira, Unidos de Vila Isabel, Portela, Beija-Flor e Império Serrano, Unidos de Jacarezinho, Imperatriz Leopoldinense, Unidos da Tijuca, São Clemente, Estácio de Sá.

Em todos os sambas, pelo menos duas preocupações estiveram presentes: liberdade e meio ambiente. Em outros, os intérpretes (comumente chamados puxadores), esmeram-se em cantar a exploração interpretada de que somos vítima, a dívida externa e outras mazelas.

De vez em quando, em ou samba ou outro, pinta o ufanismo dispa-

tado, fala-se de duques e marquesas, coisa que Stanislaw Ponte Preta chamaria "samba do crioulo doido". Afinal, numa sociedade cuja elite se aprimora em espezinhar, não faz sentido que no dia da grande festa da pobreza (embora coberta de plumas e paetês) os homenageados sejam exatamente os espezinhadores.

Mas, folia é folia. Se existe de forma palpável o esforço de solapar, de pasteurizar as manifestações críticas que os carnavalescos fazem aos políticos e às instituições, nem sempre aqueles que desejam "administrar" a grande festa conseguem seus objetivos.

O samba de maior lucidez deste carnaval intitulou-se "O que é bom todo mundo gosta", de Wanderlei Novidade, Paulinho Rocha, Vanico do Beco, Walter Pardal e Jorge 101, e teve como intérprete J. Leão, todos eles da Caprichosos de Pilares.

O que é bom todo mundo gosta

Vem de lá dos tempos de Cabral  
a exploração do meu país (meu país)  
ganhavam no grito  
deram pro índio um apito (tiu-fiu)  
levaram todo o nosso pau-brasil,  
Eu já mandei buscar  
a minha figa de Guiné (Guiné)  
vou rezar não sei aonde  
pra espantar este olho grande  
da terra que o "mundo" todo quer.  
É só papo, é caô  
todos sabem, ninguém viu  
depositam na Suíça  
o que levam do Brasil.  
Caprichosos...  
Caprichosamente vai o meu grito  
de alerta pro povão (na Sapucaí)  
preservar este lugar  
tudo que se planta dá  
do Oiapoque ao Chuf.  
Estão caçando jacaré no Pantanal  
pra virar bolsa e cinto  
na maior cara de pau.  
Vigie este ouro negro que apareceu  
tem país de olho pequeno  
azarando o que é meu  
Todos gostam do que é bom  
tira a mão do meu país  
se liga no que a história diz.  
Eu disse que vem...

Ao lado do belo e oportuno samba da Caprichosos, podemos igualar dois outros como sendo de alta qualidade: "Milton Nascimento - sou de Minas Gerais", da Unidos do Cabuçu, autoria de Beto Pernada, Rebello, Ney do Cabuçu e Jadir (intérprete Di Miguel), e "Jorge Amado - axé, Brasil", da Império Serrano, autores Beto Sem Braço, Aluisio Machado, Bicalho e Arlindo Cruz. Intérprete: Silvinho.

A mesma coisa não podemos dizer de "Trinca de Reis", da Mangueira, que parece um samba-jingle. Bom para o palco do Scala, péssimo para a passarela da Sapucaí, como bem demonstrou o humilhante décimo-primeiro lugar da escola neste carnaval, cujo samba tirou duas notas 8 e cujo enredo obteve apenas a nota 9, em sua exaltação a Chico Recarey, o atual rei da noite carioca e em maré de ácidas críticas.

apresenta a comunidade da pequena cidade de Nilópolis, na Baixada Fluminense, deixaria de comparecer aos desfiles oficiais, para impregnar o carnaval de rua de sua cidade. files oficiais, para impregnar o carnaval de sua cidade. O objetivo seria estimular o carnaval de rua, a exemplo do que ocorre em Salvador, na Bahia, ou em Recife e Olinda, em Pernambuco, dominados pela folia das massas nas ruas.

Seja qual for a nova ousadia de Joãozinho, um fato permanece: as escolas de samba representam um ponto de aglutinação das comunidades pobres do Grande Rio. Elas não devem ser vistas apenas como entidades que dão brilho ao carnaval na passarela da Avenida Marquês de Sapucaí. Elas têm outros méritos: formam gerações e mais gerações de músicos, despertam nos jovens pobres o amor por sua comunidade, funcionam como células de resistência ao domínio cultural, dão dignidade aos morros.

Os sambistas pertencentes às escolas constituem uma classe que não está necessariamente atrelada às gravadoras. Eles vivem do seu trabalho geralmente modesto, a música é atividade paralela e quase sempre coletiva.

No momento em que se inicia a grande tarefa da confecção das fantasias, dos adereços e dos bonecos gigantes para compor os carros alegóricos, aí o morro parte para o trabalho em regime de mutirão. Todos colaboram.

Durante meses, prolongam-se os ensaios da sua escola. O samba-enredo é cantado e recantado, até a interpretação coletiva chegar ao ponto de aprovação dos ritmistas e do chefe da bateria. Samba bom é aquele que todos os integrantes da escola sabem cantar e, mais

O sambista enfrenta, fora do carnaval, imensas dificuldades para sua música



No Sambódromo, a beleza e a arte popular

que isso, que os "envolve e alucina", transformando os foliões em bailarinos da Sapucaí.

O espetáculo que resulta da apresentação das escolas ganha de todos os shows mundiais, mesmo os que são encenados na Broadway. Não há nada parecido. Nada mais colorido. Nada mais alegre. Impulsionado por um ritmo quente e verdadeiro. O carnaval carioca é a explosão do bom-humor e da criatividade do povo. Nos dias de carnaval até a violência diminui.

#### Rádio, tevê, gravadoras e samba

Se os sambistas das escolas são famosos na boca do povo, se conseguem atrair tantos turistas durante o carnaval, a mesma coisa não acontece entre os meses de março a janeiro: eles compõem suas músicas, procuram as gravadoras e não são recebidos. Há sempre uma desculpa, há sempre uma forma de dissimular. O ano inteiro as gravadoras esmeram-se em empurrar os rocks bolados no exterior, particularmente nos Estados Unidos.

No dia-a-dia, são as emissoras de rádio e de televisão que se encarregam do trabalho de minar nossas raízes musicais. Impõe-se o gosto pela música estrangeira (leia-se norte-americana), enquanto nossos músicos reúnem-se às tardes nos cantinhos da Praça Tiradentes, em pleno desemprego.

De outra parte, há que relembrar, nesta reflexão sobre os "obreiros" do carnaval: só os bicheiros ajudam de fato as escolas. O governo dá ajudinha de brincadeira, a Liga Independente parece não ter hábito de cobrar em dólares (e na verdade não o tem). Por isso, nas fantasias o que entra, mesmo, é o suado dinheirinho do folião, que paga para que outros, muitos outros, lucrem com sua alegria.

As gravadoras (mereciam medidas objetivas do Ministério da Cultura) não ficam atrás dos exploradores das emissoras de rádio e televisão: colocam as músicas das escolas do primeiro grupo em dois discos, disparam no mercado. Claro está: os discos não são numerados, os sambistas não sabem quantos foram prensados e coisas do tipo. É um carnaval de oportunismo, em cima do carnaval dos alegres e ingênuos trabalhadores cariocas.

#### Pasteurização e bajulação

O que as gravadoras e as emissoras de televisão gostariam, mesmo, é que no lugar da grande festa do povo, aqui se instalasse (como já foi tentado por um deputado), um Woodstock permanente, para que a cultura popular brasileira acabasse de vez.

Enquanto não conseguem implantar o Woodstock-2, esforçam-se no sentido de que os sambas das escolas se transformem em peças de endeusamento e até mesmo de bajulação. Pouco a pouco (e sempre por causa do tal dinheiro), vão se impondo aos dirigentes das escolas, "os princípios das homenagens".

É hora de o sambista entender que o carnaval são os únicos dias do ano em que ele ainda pode sonhar com relativa liberdade. Nos outros, o que lhe sobra são as agressões da polícia, as discriminações, a extorsão dos empresários e negociantes, em forma de preços e salários, a indiferença do governo. ●

# Teatro em busca de raízes



A linguagem internacional do teatro fez "O Vendedor de Milagres" ser apreciado no Brasil

**Um diretor brasileiro no teatro italiano redescobre as raízes populares que atravessam séculos e marcam permanências culturais**

*Nereida Daudt*

A leitura visual e sonora da peça "O Vendedor de Milagres", baseada num conto de Gabriel Garcia Márquez, é tão marcante que o grupo italiano Assembleia Teatro, apesar de não se expressar em português, conseguiu entusiasmar as platéias no Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Nessa tournée brasileira, o diretor José Caldas, mineiro, há dez anos radicado na Europa, comprovou sua tese de que "teatro é uma linguagem internacional". Para ele, essa experiência serviu também para aprofundar uma identificação da cultura popular existente entre Europa e América Latina.

Os atores italianos — conta José Caldas — ao visitarem a Feira Nordestina de São Cristóvão, no Rio, ficaram emocionados, ao identificarem, nas figuras ali presentes, muitos dos personagens de Garcia Márquez que vinham interpretando. Segundo Caldas, esse passeio pela chamada "feira dos paraíbas" facilitou a compreensão, por parte dos

atores, das imagens criadas pelo escritor colombiano.

Caldas comenta também que uma das atrizes, ao conversar com lideranças negras brasileiras, encontrou uma impressionante similitude entre o lendário Zumbi e uma figura mitológica cultuada no interior da Itália. Aliás, no espetáculo que Caldas trouxe ao Brasil, essa afinidade cultural consegue aproximar regiões tão distantes como o campo italiano, o sertão brasileiro e o interior da Colômbia. Desse modo, é interessante constatar como a forma do cordel nordestino expressa raízes medievais.

Com base nessas semelhanças, o espírito criativo de Caldas pretende enriquecer textos e adaptações a serem encenados no decorrer de 89, na Europa. Segundo a crítica teatral portuguesa, onde o diretor realizou grande parte de seu trabalho, o mérito desse mineiro, natural de Itanhandu, é ter aproximado dos europeus importantes autores como Cecília Meireles, Clarice Lispector,



Diretor José Caldas

Graciliano Ramos, Lygia Bojunga Nunes e Jorge Amado, entre outros. "Espero que um governo democrático no Brasil venha a condecorar José Caldas, por ter tornado acessíveis autores brasileiros importantes, recriando textos com uma qualidade estética, com uma forma comunicativa e uma capacidade de inven-

## Renovando a linguagem

□ "O teatro infantil é hoje uma grande fonte de renovação da linguagem teatral". Com essa observação o diretor de peças infantis, Dudu Sandroni, atualmente dirigindo a peça "Dois idiotas, cada qual sentado sobre seu barril", na Casa de Cultura Laura Alvim, no Rio, deixa clara a importância do teatro não idiotizante para as crianças. Ele lembra que "na década de 70, um argentino, Ilo Krugel esteve por aqui e deu início a uma pequena revolução no teatro infantil, foi um período superfértil, quando a censura se preocupava mais com as peças para adultos".

Outro que expressa preocupação com o teatro infantil é Reinaldo Sant'Ana, diretor e integrante do Motin, movimento de teatro infantil que surgiu em 88. Com o grupo "Entrou por uma porta", ele apresentou a peça "O sonho de Gracinha" em 32 escolas públicas, 16 particulares, sindicatos, orfanatos e teatros, e considera existe muito desrespeito em relação ao teatro infantil: "Em todos os locais somos obrigados a dividir o espaço com peças para adultos e isso nos prejudica em vários sentidos".

Aponta outro exemplo dessa falta de valorização, "na agressiva diminuição do espaço destinado pelos grandes jornais aos nossos trabalhos". Queixa-se de que "não se vê nenhuma crítica, nem matérias informativas sobre teatro infantil nesses jornais".

ção excepcionais", escreveu o crítico de teatro português Carlos Porto, ao comentar a encenação de "Corda Bamba", peça de teatro juvenil, adaptada do conto homônimo da escritora brasileira Lygia Bojunga Nunes.

A criança e o jovem têm sido nesses anos todos de Europa o campo fértil de atuação de Caldas. Ele presidiu o Centro Português de Teatro para a infância e a

Juventude e, nesse período, lutou para acabar com o tipo de teatro imbecilizante, do tipo "florzinha, ursinho, crianças". Depois de muita dedicação, Caldas diz que hoje em Portugal, "você não vê nenhum teatro idiota para criança". Apesar desse avanço, o diretor observa que a política cultural na terra de Camões é muito pobre: "Em 75, 76, houve muita liberação de recursos para

a cultura, mas depois, gradativa e paralelamente à ascensão da direita ao poder, os recursos foram minguando".

Na opinião dele, "para um governo de perfil fascista, como o de Cavaco Silva", não pode interessar um teatro que conscientize as pessoas. "Portugal é muito Terceiro Mundo", acrescenta, "apesar de ter ingressado no Mercado Comum Europeu, segue ainda muito subdesenvolvido".

## Um cineasta em Moçambique

**Convidado por Rui Guerra para reestruturar o cinema em Moçambique, Labi Mendonça aceita o desafio e troca um salário de 4 mil dólares por 500 dólares ao mês, em Maputo, e diz que valeu a pena.**

de diversos produtos moçambicanos, criando novidades na área audiovisual e inovando embalagens. Durante vários anos, exerceu o cargo de assessor da direção-geral de produção, no Instituto Nacional de Cinema, formando o núcleo de produção de cinema e audiovisual, que recentemente veio a se tornar uma produtora de capital privado, com 10% de participação estatal, a Kanemo-produção e comunicação.

Segundo Labi Mendonça, a Kanemo provou que é mais fácil fazer cinema com a participação da iniciativa privada, "não haverá evolução dinâmica sem ela", arrisca o publicitário. "Com o surgimento da Kanemo", acrescenta, "realizamos 10 filmes, em 5 anos, 10 vídeos, 7 programas audiovisuais e uma infinidade de outras peças de comunicação — projetos de marketing, centenas de comerciais, logotipos e designs — além da comercialização dos trabalhos dos técnicos estrangeiros, possibilitando assim que eles próprios propiciassem sua estadia em Moçambique.

"A coragem do estado Moçambicano" sublinha Labi "está em ter criado um órgão da iniciativa privada na área ideológica da informação". Ele explica que até hoje isso gera uma série de confrontos, discussões e análises. "Alguns organismos, como a Unicef e a Unesco" observa, "têm resistências em relação a Kanemo, pelo fato dela ser majoritariamente da iniciativa privada". Esse fato, ele relata que dificulta alguns projetos, porque aumenta a burocracia, "Estes organismos contatam diretamente o Instituto Nacional de Cinema que depois então contrata a Kanemo".

### O novo e o tradicional

Labi diz que ficou oito anos em Moçambique, "porque consegui ser respeitado, apesar de ter levantado grandes contradições". Ele conta que "não só filmamos a realidade, mas fizemos ficção sobre a realidade".

A primeira experiência do Instituto Nacional de Cinema, com ficção sobre o aspecto social, foi "Maputo Mulher", onde realizou a produção executiva. "O filme" diz ele, "é sobre uma velha tia da periferia, que entra em choque com os novos valores de sua sobrinha, moradora da cidade e operária. É uma simples narração, sem um final conclusivo".

Em relação a esse choque entre valores tradicionais e modernos, Labi diz que conheceu muita coisa em Moçambique, "porque não fui curioso, mas fui aberto". Ele conta que os ritos, o aprendizado da cultura tradicional começa, quando a criança está na puberdade e se prolonga até a idade adulta. "Esses ritos são secretos e, muito em função desse hábito cultural do segredo, os moçambicanos obtiveram uma incrível unidade na luta armada, onde esse fator é vital".

Durante a entrevista, Labi falou de Moçambique na primeira pessoa plural, "nós vamos para o 14º ano da independência...", e não conteve o riso frente ao lapso. Em vários momentos, esse brasileiro-moçambicano fez questão de frisar as urgências que atravessa esse país em guerra, onde muitas vezes falar demais pode ser uma maneira de municiar o inimigo. Casado com Dalila, professora moçambicana com quem tem dois filhos, Labi pretende agora fazer sua base no Brasil, "sem me desligar de Moçambique", conclui.



Labi à câmera prepara a cena

**S**e financeiramente a troca não foi vantajosa, a experiência de vida, num país há 22 anos em guerra e há quase 14 em processo de socialização, deram a Labi inúmeros motivos de orgulho e muitos ensinamentos. Ele participou da criação do Instituto Nacional de Cinema Moçambicano, acompanhando toda sua evolução, desde a fase pós-independência, de reafirmação da identidade cultural, em que toda a propaganda era ideológica, até os dias atuais, quando não mais existe preconceito contra a publicidade e a propaganda em geral.

### Inovando

Foi com base em sua experiência profissional que Labi revolucionou o visual, o design e o acabamento gráfico

# A hora é esta

Philip M. Klutznick\*

**H**á períodos na história em que é preciso ir à guerra, combater. Vivi diversos desses períodos. Na verdade, o primeiro dos sete presidentes a que servi – o último foi Jimmy Carter, como secretário do Comércio – foi Franklin Roosevelt.

E há momentos na história em que é preciso fazer a paz, dialogar. Penso que estamos vivendo agora um instante desses no Oriente Médio.

Por vezes, os conflitos, como os povos e as nações, cumprem seu ciclo e se tornam maduros. Numa fase, eles desafiam uma solução razoável, mas, em outra fase, o que antes parecia impossível torna-se viável. Seja qual for a perspectiva do passado, tenho a firme impressão de que o conflito palestino-israelense está maduro para alcançar uma solução. Todos os que são reféns do passado, todos os que não percebem o momento histórico, estes devem ser afastados do caminho. Todos os que são capazes de abrir o caminho para uma nova, pacífica e produtiva relação entre os dois povos semitas, que legitimamente reivindicam pela Palestina ou por Israel, devem ser ajudados e encorajados.

Décadas atrás, quando o meu povo estava em desesperada necessidade, em seguida a um momento de inimaginável destruição e sofrimento, tentei fazer o possível. Orgulhoso da modesta ajuda que fui capaz de dar à construção do moderno Israel, ao sonho sionista e para forjar o forte relacionamento entre meu próprio país e o novo Estado judeu.

Quando presidi a associação B'nai B'rith, nos anos 50, e o Congresso

Mundial Judaico, nos anos 70, ou a Conferência das Organizações Judaicas Americanas, também nos anos 50, tentei ser realista em relação aos perigos da guerra, enquanto existissem possibilidades de paz.

Hoje, não tenho outros títulos que estes de presidente honorário ou emérito (de entidades judaicas). Aos 81 anos de idade, tenho pouca aspiração por mais reconhecimentos. Mas, tenho 14 netos e tempo para lutar em defesa de um Estado de Israel forte e saudável, da paz mundial, de uma vibrante Organização das Nações Unidas e de um futuro que libere o espírito e a criatividade humana, para que triunfe sobre nossos destrutivos impulsos tribais.

A última vez em que falei sobre esse assunto foi há cerca de 6 anos, com dois dos meus mais eminentes colegas: Nahum Goldman, fundador do Congresso Mundial Judaico e dirigente da Organização Mundial Sionista, e Pierre Mendès-France, o ilustre e astuto ex-presidente da França, que acabou com o envolvimento do seu país na Indochina.

A nossa "Declaração de Paris", de 3 de julho de 1982, determinou o fim imediato da invasão israelense ao Líbano, e exigiu negociações entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina-OLP. Em consideração a mim, a Declaração terminou com uma proclamação por uma Pátria Palestina nos territórios ocupados, em coexistência com Israel. Apesar da opinião geral, de que nada menos do que um "Estado Palestino" satisfaria as necessidades e os anseios dos palestinos, esse processo de autonomia seria essencial, tanto para o bem dos palestinos, como para o do próprio Estado de Israel.

Hoje, após consideráveis tragédias e misérias humanas, essa solução tornou-se consenso na opinião públi-

ca mundial, mesmo para os Estados Unidos, o aliado mais próximo de Israel. Além disso, há o perigo do isolamento. Mas, os dirigentes políticos, como todos nós, falham; nem sempre os países têm personalidades e abertura política que sejam ideais para eles mesmo. Assim, as modernas armas de destruição criaram, por si mesmas, um novo imperativo, que negligenciamos, apesar de seu perigo.

Os judeus e os palestinos precisavam de uma pátria. Ambos terão de aceitar um pouco menos do que sonham conseguir. Ambos têm seus grupos descompromissados, que preferem a luta à negociação, e seus elementos céticos, os quais não acreditam que as negociações possam superar o conflito.

Assim como o *problema judeu* levou à criação de um Estado judaico mais cedo, neste século, hoje o *problema palestino* requer, como solução, a autodeterminação palestina em seu próprio Estado. Somente negociações diretas – estimuladas, se preciso for, por verdadeiros amigos de cada lado, e de preferência por amigos de ambos – serão capazes de levar ao resultado desejável.

Esta é a hora em que o povo parece mais sábio do que muitos de seus líderes. A maioria dos israelenses, como a maioria dos judeus norte-americanos, entende que o interlocutor é a Organização para a Libertação da Palestina-OLP. E, na recente reunião do Conselho Nacional Palestino, em Argel, a maioria dos palestinos expressou sua opinião de que o diálogo com Israel é um imperativo para eles.

Esta é a hora de dialogar, a hora de fazer a paz. ●

\* Philip Klutznick foi secretário de Comércio durante a administração Carter. Aposentado em 1981, permanece como presidente honorário da associação B'nai B'rith Internacional e presidente emérito do Congresso Mundial Judaico.

# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



## BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52 -  
10º andar  
Tel.: 263-5611  
Telex 21664MERI

## PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

## HOLANDA

Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL



## ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGONAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**

# Portobrás. Portos para o Brasil, portas para o mundo.



**1808 - O Brasil abre os portos às nações amigas.**

**1989 - Cento e oitenta e um anos de progresso. Com portos eficientes, o Brasil exportou 31 bilhões de dólares, alcançando o maior superávit comercial de sua história.**

**A Portobrás se moderniza para novas conquistas.**

**PORTOBRÁS** 

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
GOVERNO FEDERAL - TUDO PELO SOCIAL